





DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação, conforme parâmetros básicos a seguir elencados, a serem complementados em Termo de Referência (TR).

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)	
1. Identificação da Necessidade: Capacitação e desenvolvimento profissional de servidores e membros do MPBA.	
2. Objeto da Contratação: Realização do Curso Processo Civil: Hipóteses em que o Ministério Público deve intervir, que será ministrado pelo Instrutor Hermes Zaneti Júnior, no dia 24/09, na modalidade presencial, em Salvador/BA, para servidores e membros do MPBA.	
3. Tipo de Objeto: <input type="checkbox"/> Fornecimento imediato. <input type="checkbox"/> Fornecimento parcelado. <input type="checkbox"/> Fornecimento continuado. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço não continuado. <input type="checkbox"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra. <input type="checkbox"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.	
4. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA): <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não* Se SIM , informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ 8.000,00	
5. Origem do Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Recursos Próprios - Orçamento do MPBA. <input type="checkbox"/> Recursos Oriundos de Convênio Estadual. <input type="checkbox"/> Recursos Oriundos de Convênio Federal.	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO: (Se aplicável):
6. Formalização da Contratação: <input checked="" type="checkbox"/> Por empenho e AFM <input type="checkbox"/> Por instrumento formal de contrato.	
7. Unidade Responsável pela Instrução do Processo: Unidade de Finanças - CEAF	
8. Unidade Demandante: CAOCIFE	
9. Unidade Gestora dos Recursos (nome e código): 40101.0007 – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO	
Matrícula: 353.215	Nome Completo: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade



Unidade Administrativa: Unidade de Finanças - CEAF		INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE Data: 14/08/2024 10:10:14-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO		
Matrícula: 352.906	Nome Completo: Liliane Formigli Noblat	
Órgão/ Unidade: Coordenação Administrativa do CEAF		INSERIR ASSINATURA DIGITAL:  Documento assinado digitalmente LILIANE FORMIGLI NOBLAT Data: 14/08/2024 10:23:31-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO	
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Realização do “Curso Processo Civil: Hipóteses em que o Ministério Público deve intervir”, que será ministrado pelo Instrutor Hermes Zaneti Júnior, no dia 24/09, na modalidade presencial, em Salvador/BA, para servidores e membros do MPBA.
1.2 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO DEFINIDO</u>	O quantitativo de participantes de 200 participantes foi definido pela área demandante CAOCIFE, considerando a modalidade do curso, que será presencial com teletransmissão para todos os servidores e membros inscritos.
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<div> <input checked="" type="checkbox"/> A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO </div> <div> <input type="checkbox"/> B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA </div> <div> <input type="checkbox"/> C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA <input type="checkbox"/> D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) <input type="checkbox"/> D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) </div> <div> <input type="checkbox"/> D) OUTRO(S). Especificar: </div>
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	<div> <input checked="" type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados) </div> <div> <input type="checkbox"/> B) JUSTIFICATIVA: </div>
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	<div> <input checked="" type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia) </div> <div> <input type="checkbox"/> B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO “SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA” ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> A) TODOS OS ITENS <input type="checkbox"/> B) PARTE DOS ITENS </div>
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	“O palestrante é um renomado Promotor de Justiça no Ministério Público do Espírito Santo, especialista na área de objeto do curso (processo civil), de acordo com o seu Lattes. Ademais, preparará um curso específico para os integrantes do Ministério Público baiano. A necessidade que se busca solucionar com a referida contratação é a de capacitação dos membros e servidores (que também se relaciona a um problema detectado pela área solicitante), contribuindo com uma atuação mais eficiente e resolutiva, o que impacta diretamente na



	entrega do serviço público para a população.” Observação: Justificativa fornecida pela área demandante CAOCIFE. Doc. SEI 1180150.
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	Cuida-se de prestação de serviços de realização do Curso Processo Civil: Hipóteses em que o Ministério Público deve intervir, que será ministrado pelo Instrutor Hermes Zaneti Júnior, no dia 24/09, na modalidade presencial com teletransmissão, em Salvador/BA, visando a capacitação de aproximadamente 200 servidores e membros da Instituição, visando contribuir para uma atuação mais eficiente e resolutiva das atividades funcionais.
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR	
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ENQUADRAMENTO COMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	2.1.1 BASE LEGAL – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/> A) Artigo 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021 <input type="checkbox"/> B) Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21 <input type="checkbox"/> C) Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 <input checked="" type="checkbox"/> D) Artigo 74, inciso III, alínea f da Lei Federal nº 14.133/2021 <input type="checkbox"/> E) Artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 <input type="checkbox"/> F) Artigo 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021
	2.1.2 JUSTIFICATIVA PARA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO: Trata-se de curso de capacitação que será realizado pelo renomado Promotor de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo, especialista em Processo Civil, com diversos livros publicados nessa área de conhecimento.
2.2 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO	<input type="checkbox"/> A) JURÍDICA – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input checked="" type="checkbox"/> A.1) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Cartão CNPJ e ato constitutivo); <input type="checkbox"/> A.2) DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Documento oficial de identificação pessoal e cartão CPF, caso esta numeração não conste no primeiro)
	<input checked="" type="checkbox"/> B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, a englobar: B.1) Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal e INSS; B.2) Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia; B.3) Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Pública do Estado sede da empresa ou do domicílio da pessoa física – caso não seja Bahia; B.4) Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do município-sede do fornecedor selecionado; B.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (se pessoa jurídica); B.6) Certidão de Regularidade do FGTS (se pessoa jurídica);
	<input type="checkbox"/> C) TÉCNICA (FACULTATIVO):
	<input type="checkbox"/> D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (FACULTATIVO): <input type="checkbox"/> D.1) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA



		<p>() D.2) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICES. ESPECIFICAR:</p> <p>➤ Justificar opção “D.2” (Em caso positivo):</p> <p>➤ ÍNDICES CONTÁBEIS APLICÁVEIS – ESCOLHER QUANTOS CABÍVEIS:</p> <p>() 1. Liquidez Corrente (ILC), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 2. Liquidez Geral (LG), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 3. Solvência Geral (SG), que deverá ser:</p> <p>() Maior que 01 (um) () Outro. Indicar:</p> <p>() 4. Outro. Indicar:</p> <p>() D.3) DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL, igual ou superior a _____ % do valor da inexigibilidade de licitação (limite legal: 10%);</p> <p>➤ Justificar opção “D.3” (Em caso positivo):</p>
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO		
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	<input type="checkbox"/> ()	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
	<input type="checkbox"/> ()	C) OUTRO. Indicar:
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO	<p>➤ PRAZO: 2 dias. Contagem – ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> (x) Úteis <input type="checkbox"/> () Corridos</p> <p>3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.</p> <p>3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).</p> <p>3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.</p>	
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO	<p>➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: On-line</p> <p>➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) NÃO SE APLICA</p> <p>(x) B) REGRAS: O evento será realizado na modalidade presencial, em Salvador/BA, no dia 24/09.</p> <p>DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO :</p>	
	<input checked="" type="checkbox"/> (x)	A) REGRAS (SUGESTÃO):



3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO

➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:

SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM
Realização de curso de capacitação.	60	() Úteis (x) Corridos
		() Úteis () Corridos

➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

(x) A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL)

() B) OUTRO – Informar:

➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER):

➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

() A) NÃO

(x) B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de execução consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato aceito pela Instituição.

()

B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE):

()

C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas (INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)

3.5 REGRAS DE GARANTIA

(x)

A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE GARANTIA ACESSÓRIA

()

B) GARANTIA LEGAL PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

()

C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS

➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:

()

D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)

➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:

➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – Indicar o número correspondente ao item na tabela do APENSO I:

○ GARANTIA LEGAL:

○ GARANTIA CONTRATADA:

()

E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO III - Especificações Técnicas Detalhadas
(INCLUIR AO FINAL DO DOCUMENTO)3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

() A) CONTRATADO (REGRA GERAL)

() B) FABRICANTE (EXCEÇÃO)

○ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo): .➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

() A) _____ DIAS

() B) _____ MESES

() C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL
(SERVIÇOS CONTÍNUOS)

○ Justificar prazo de duração definido:

➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo
MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

() A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos

() B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos

() C) OUTRO(S). Indicar:

➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador

() B) Assistência sediada no seguinte município:

() C) Assistência sediada em local a critério da Contratada

() D) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO).
Regras:○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo
de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas
decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o
deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido
executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua
oficina, se necessário;○ Justificativa para a garantia *on site*:

() E) Outra. Especificar:

➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):



3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO	(x)	A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO
	()	B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: <p>3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o Contratante designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a Contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.7.1.2 Incumbe à gestão e à fiscalização, na medida de suas competências institucionais, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.2.2 Transmitir à Contratada as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.2.3 Promover, com a presença da Contratada, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da Contratada, solicitando ao setor competente do Contratante, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).</p> <p>3.7.1.3 A fiscalização, pelo Contratante, não desobriga a Contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.3.1 A ausência de comunicação, por parte do Contratante, sobre irregularidades ou falhas, não exime a Contratada das responsabilidades determinadas neste instrumento.</p> <p>3.7.1.4 O Contratante poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela Contratada, às suas expensas;</p> <p style="padding-left: 40px;">3.7.1.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do Contratante.</p>	



3.7.1.5 Para fins de fiscalização, o Contratante poderá solicitar à Contratada, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

3.7.1.6 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO: ESCOLHER UMA OPÇÃO:

☒ **A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1**

☐ **B) DISPOSIÇÕES ESPECIFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL:**

3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

3.7.3.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

3.7.3.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

3.7.3.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

3.7.3.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.7.3.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

3.7.3.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3.7.3.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

3.7.3.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

3.7.3.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.7.3.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.7.3.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.7.3.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

3.7.3.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

3.7.3.3.1 Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

3.7.3.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos



	<p>itens 3.7.3.2.2, a 3.7.3.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);</p> <p>3.7.3.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 3.7.3.2.5 a 3.7.3.2.10, acima, bem como nas alíneas 3.7.3.2.2 a 3.7.3.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);</p>
	<p>3.7.4 DAS MULTAS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
(x)	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS - PREENCHER, CONFORME O CASO:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a</p>



	<p>execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<p>3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)</p>	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</p> <p>➤ PRAZO: 2 dias corridos, contados: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u></p> <p>() A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>(x) B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA</p> <p>() C) OUTRO:</p> <p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.</p> <p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(x) A) NÃO SE APLICA</p> <p>() B) PRAZO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() 1) HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() 2) DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() 3) OUTRO(S). Indicar:</p> <p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p>



	<p>3.8.4.1 O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;</p> <p>3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à Contratada a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;</p> <p>3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a Contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;</p> <p>3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;</p> <p>3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste instrumento e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Contratante, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>	
3.9 DOS PREÇOS	3.9.1 ABRANGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	
	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 1317 523 1688">(x)</td> <td data-bbox="523 1317 1509 1688"> <p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <p>➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.</p> <p>➤ Demais regramentos (se houver):</p> </td> </tr> </table>	(x)
(x)	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <p>➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.</p> <p>➤ Demais regramentos (se houver):</p>	
<table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 1688 523 1816">()</td> <td data-bbox="523 1688 1509 1816"> <p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p> </td> </tr> </table>	()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>
()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>	
3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>		
<table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 1872 523 1960">()</td> <td data-bbox="523 1872 1509 1960"> <p>A) VALOR MENSAL FIXO</p> </td> </tr> </table>	()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO</p>
()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO</p>	
<table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 1960 523 2096">(x)</td> <td data-bbox="523 1960 1509 2096"> <p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p> </td> </tr> </table>	(x)	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>
(x)	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>	



	<input type="checkbox"/> D) OUTRO:
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>
	<input type="checkbox"/> A) MENSAL
	<input type="checkbox"/> B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO
	C) EM PARCELA ÚNICA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>
	<input checked="" type="checkbox"/> 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral)
	<input type="checkbox"/> 2) OUTRO:
	D) PARCELADO:
<input type="checkbox"/> ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS:	
<input type="checkbox"/> ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS - <i>Especificar:</i>	
<input type="checkbox"/> E) OUTRO(A). Indicar:	
3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>	<input checked="" type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA, sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).
	<input type="checkbox"/> B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	<p>3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;</p> <p>3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;</p> <p>3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;</p> <p>3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratual;</p> <p>3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.</p>



	<p>3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>	
<p>3.12 REAJUSTAMENTO</p>	<p>()</p>	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração. ➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
		<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços.</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (x) A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.
<p>3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS</p>	<p>(x)</p>	<p>3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)</p>



	<p>B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <p>() ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 1 ano)</p> <p>➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO:</p> <p>() NÃO () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 2 anos)</p> <p>3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>A) CONTRATAÇÕES <u>SEM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(x) 1) 3_meses, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p>() 3) _____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*</p> <p>() 4) _____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*</p> <p>B) CONTRATAÇÕES <u>COM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() Opção 1: _____ meses, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da (última) assinatura</p> <p>() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da (última) assinatura</p> <p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(x) A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p> <p>() B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.</p> <p>➤ Justificativa:</p>
<p>3.14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>	<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do Contratante, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>3.14.1.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p> <p>3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;</p> <p>3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à</p>



execução dos serviços objeto deste instrumento;

3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo Contratante não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela Contratada;

3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo Contratante, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de inexigibilidade de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o Contratante;

3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

3.14.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.


3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;



	<p>3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;</p> <p>3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;</p> <p>3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021);</p> <p>3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;</p> <p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="434 936 523 1025">(x)</td><td data-bbox="523 936 1511 1025">A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.</td></tr> <tr> <td data-bbox="434 1025 523 1128">()</td><td data-bbox="523 1025 1511 1128">B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</td></tr> </table>	(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.				
()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:				
<p>3.15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</p>	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.15.1.3 Permitir o acesso da Contratada às instalações físicas do Contratante, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;</p> <p>3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.15.1.5 Fornecer à Contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando a execução do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, entrega, qualidade e demais condições previstas neste instrumento.</p> <p>3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:</p> <p>3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;</p> <p>3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio</p>				



	econômico-financeiro do contrato;	
	3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	()	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
	(x)	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: 3.15.2.1 Envio da relação de servidores da Instituição que participarão do curso.
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	(x)	A) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	B) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Percentual exigido - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <div data-bbox="598 846 1484 913"> () A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento) </div> ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato:
3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO:		
MATRÍCULA: 353.215	NOME DO SERVIDOR: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	INSERIR ASSINATURA DIGITAL: <div data-bbox="927 1406 1372 1491">  Documento assinado digitalmente GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE Data: 14/08/2024 10:12:35-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br </div>
UNIDADE ADMINISTRATIVA: Unidade de Finanças – CA - CEAF		

**APENSO I****TABELA INDICATIVA DOS ITENS DE SERVIÇO A SEREM CONTRATADOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Código do item de serviço, com descrição *
1	Realização do “Curso Processo Civil: Hipóteses em que o Ministério Público deve intervir”, que será ministrado pelo Instrutor Hermes Zaneti Júnior, no dia 24/09, na modalidade presencial, em Salvador/BA, para servidores e membros do MPBA.	Unidade	01	21172 - Treinamento Qualificação Profissional

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

APENSO II

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

RAZÃO SOCIAL (PJ) ou NOME (PF):

EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUÇÕES CULTURAIS – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA

NOME FANTASIA (PJ):

EPPUR SI MUOVE

CNPJ / CPF:

13.081.189/0001-36

ENDEREÇO:

TV JUNDIAÍ, 2227, AP 401 - HIGIENOÓLIS

MUNICÍPIO:

PORTO ALEGRE

UF:

RS

CEP:

90.520-270

REPRESENTANTE LEGAL (NOME E FUNÇÃO):

ENI ZANETI MATIELLO

CPF:

[REDACTED]



APENSO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

Não se aplica.


PROPOSTA DE DESPESAS PASSAGENS E HOSPEDAGEM

DE: EPPUR SI MUOVE ESM PRODUÇÕES CULTURAIS
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO – EPPUR

CNPJ: 13.081.189/0001-36

Apresentamos a Vossa Senhoria o valor total das despesas para Ministrar o Curso de Processo Civil, no dia 24/09/2024 no Ministério Público da Bahia. **O valor solicitado é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** relativos a aulas do curso, passagens aéreas, hotel e alimentação.

**Porto Alegre, 07 de Agosto de
2024.**

Documento assinado digitalmente
 **ENI ZANETI MATIELLO**
Data: 08/08/2024 15:57:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eni Zaneti Matiello
Representante Legal

Curso de Processo Civil - MPBA

matiello.ez@terra.com.br <matiello.ez@terra.com.br>

Qua, 07/08/2024 21:14

Para:Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Cc:Ceaf Financeiro <ceaf.financeiro@mpba.mp.br>;Hermes Zaneti Jr' <hermeszanetijr@gmail.com>

 12 anexos (3 MB)

07-08-2024_Currículo_do_Sistema_de_Currículos_Lattes_(Hermes_Zaneti_Junior)[1].pdf; CERTIFICADO REGULARIDADE FGTS.pdf; CND TRIBUTOS ESTADUAIS.pdf; CND TRIBUTOS FEDERAIS.pdf; CND TRIBUTOS MUNICIPAIS.pdf; CNPJ EPPUR.pdf; DECLARACAO_DE_REGULARIDADE_assinado.pdf; DECLARACAO_QUE_NAO_EMPREGA_MENOR_DE_IDADE_assinado.pdf; PJ - Ficha Cadastral EPPUR.docx; PROPOSTA DE DESPESAS.pdf; Carteira Identidade funcional.jpeg; Carteira Identidade Hermes Junior.jpeg;

Prezada Liliane,

Enviamos os documentos da empresa EPPUR RELATIVO AS AULAS DO PROF. HERMES ZANETI.

Obrigada.

Eni Zaneti Matiello

De: Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Enviada em: terça-feira, 6 de agosto de 2024 08:59

Para: matiello.ez@terra.com.br

Cc: Ceaf Financeiro <ceaf.financeiro@mpba.mp.br>

Assunto: Curso de Processo Civil - MPBA

Prezada Sra. Eni, bom dia!

Vamos providenciar a contratação do Dr. Hermes Zanetti, para sua participação como instrutor do "**Curso de Processo Civil: Hipóteses em que o Ministério Público deve intervir**", que será realizado no dia **24/09**, aqui no MPBA.

Para tanto, precisaremos da seguinte documentação, para contratação por Inexigibilidade de Licitação, conforme a Nova Lei de Licitações:

1- Proposta, incluindo despesas com passagens e hospedagem, com as seguintes informações: logomarca, nome da empresa, CNPJ, assinatura do representante legal (assinador sugerido GOV.BR), data da proposta, validade da proposta (que contemple a execução do serviço);

2- Declarações assinadas pelo contratado (Vide modelos em anexo. Sugestão de assinador: GOV.BR):

a) Declaração de não emprego de menor de 18 anos, salvo como aprendiz (exigência do inc. XXXIII do art. 7º da CF);

b) Declaração de adequação à Resolução Nº 37/2009 – CNMP.

3- Comprovante dos dados bancários da Contratada;

4- Pelo menos, 3 notas fiscais ou empenhos ou contratos de realização de Seleções Públicas de Estagiários nos últimos 12 meses (trata-se de pesquisa de mercado para efeito de compatibilidade do valor cobrado);

5- Atestados de capacidade técnica (no mínimo 3);

6- Contrato Social e suas alterações;

7- Cartão do cadastro do CNPJ;

8- Certidão Negativa de Débitos fiscais com (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista) e Certificado de Regularidade FGTS;

9- Documentos do representante legal que assina os documentos em nome da empresa:

a) Documento (s) de identificação pessoal oficial, contendo RG e CPF; e

b) Documento que comprove a regular representação (ex.: procuração, termo de posse etc);

10- CV do instrutor;

11- Identificação oficial (RG, CPF, CNH...) do instrutor (caso não seja sócio);

12 - Declaração que o instrutor presta serviços para a empresa (caso não seja sócio);

13- Certificado de Registro cadastral - SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/consultas/consultarCRC.jsf>).

Qualquer dúvida, estou à disposição.

Atenciosamente,

Liliane Formigli Noblat

Coordenadora Administrativa do CEAF

Ministério Público do Estado da Bahia

(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217

Re: Justificativa de Contratação - Curso de Processo Civil - MPBA

Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Sex, 09/08/2024 08:50

Para:Aurivana Curvelo De Jesus Braga <aurivana@mpba.mp.br>

Cc:Ceaf Financeiro <ceaf.financeiro@mpba.mp.br>

Bom dia, Dra. Aurivana!

Muito obrigada!

Atenciosamente,

Liliane Formigli Noblat
Coord. Administrativa do CEAF
Ministério Público do Estado da Bahia
(71) 3322-5090

De: Aurivana Curvelo De Jesus Braga <aurivana@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, agosto 8, 2024 5:46:20 PM

Para: Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Assunto: RE: Justificativa de Contratação - Curso de Processo Civil - MPBA

Prezada Liliane,

Conforme solicitado, seguem as informações para complementação do Termo de Referência:

1 - Laís Divinal Ribeiro Santos, mat.: 354-596, unidade SEI: CAOCIFE - Coordenação;
Ângela Ribeiro Almeida, mat.: 351-823, unidade SEI: CAOCIFE - Apoio Técnico.

2 - A expectativa é que se tenha, aproximadamente, 200 (duzentos) inscritos, considerando a modalidade do curso (presencial com teletransmissão);

3 - Sim, há inviabilidade de competição. O palestrante é um renomado Promotor de Justiça no Ministério Público do Espírito Santo, especialista na área de objeto do curso (processo civil), de acordo com o seu *Lattes*. Ademais, preparará um curso específico para os integrantes do Ministério Público baiano. A necessidade que se busca solucionar com a referida contratação é a de capacitação dos membros e servidores (que também se relaciona a um problema detectado pela área solicitante), contribuindo com uma atuação mais eficiente e resolutiva, o que impacta diretamente na entrega do serviço público para a população.

Encontro-me à disposição para outros esclarecimentos porventura necessários.

Atenciosamente,

Aurivana Curvelo de Jesus Braga

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Cíveis, Fundações e Eleitorais - CAOCIFE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

5ª Av. do CAB, nº 750, sala 134, Salvador/BA, CEP: 41745-004

Tel.: (71) 3103-0710

Cível, Fundações e Eleitoral



De: Liliane Formigli Noblat <liliane.noblat@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 8 de agosto de 2024 14:15

Para: Aurivana Curvelo De Jesus Braga <aurivana@mpba.mp.br>

Assunto: Justificativa de Contratação - Curso de Processo Civil - MPBA

Boa tarde, Dra. Aurivana!

Para completarmos o Termo de Referência do processo de contratação de Dr. Hermes Zaneti, a senhora poderia nos enviar as informações abaixo, por favor?

- 1- Indicação de 2 servidores para fiscal técnico e suplente (nome completo, matrícula e Unidade do SEI);
- 2- Quantitativo de participantes do evento;
- 3- Justificativa da contratação sobre a escolha específica deste Instrutor. Há inviabilidade de competição? Quais características / atributos que tornam inviável a competição? Qual a necessidade que se pretende solucionar com esta contratação? Quais as contribuições que este curso trará ao MPBA? Esta contratação solucionará algum problema detectado pela área solicitante no MPBA?

Grata,

Liliane Formigli Noblat

Coordenadora Administrativa do CEAF

Ministério Público do Estado da Bahia

(71) 3322-5090 / 3321-4628 R. 217

TABELA DE PREÇOS

Declaro, para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços semelhantes para futura contratação do(s) item(ns) abaixo listado(s), respeitados os ditames legais.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QTD E	PREÇO 1 – PROPOSTA DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO			PREÇOS DE CONTRATAÇÕES SEMELHANTES DE MESMA NATUREZA	
			RAZÃO SOCIAL OU NOME	CNPJ ou CPF	VALOR TOTAL R\$	CONTRATANTE	VALOR TOTAL R\$
1	Realização do Curso Processo Civil: Hipóteses em que o Ministério Público deve intervir.	01	Eppur Si Muove (ESM) Produções Culturais – Pesquisa e Desenvolvimento da Ciência do Direito Ltda	13.081.189/0001-36	8.000,00	Fundação Escola Superior do MP	4.000,00

Nota: Incluir ou excluir colunas e linhas, conforme necessidade.

1 - OBSERVAÇÕES:

a) Trata-se de processo de contratação direta por meio de Inexigibilidade (art.74 da Lei Federal de nº14.133/21), ante a inviabilidade de competição

b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) comprobatórios dos preços pagos em contratações semelhantes com o pretenso contratado.

2 – JUSTIFICATIVA SE NÃO APRESENTAR O MÍNIMO DE 03 (TRÊS) CONTRATAÇÕES SEMELHANTES PARA CADA ITEM:

Informe que o Promotor de Justiça do MPES Dr. Hermes Zaneti Jr. (Instrutor / Sócio) somente dispõe da nota fiscal da Fundação Escola Superior do MP (doc. SEI 1180146), para realização de curso, emitida nos últimos 12 meses. Esclareço que o valor proposto ao MPBA de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) contempla todas as despesas para a realização do curso, incluindo despesas com passagens, hospedagem, locomoção e alimentação. Ressalto que o valor cobrado à Escola Superior do MP se trata de aulas gravadas, não dispondo de valores para custear outras despesas além dos honorários.

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

Matrícula:
353.215

Nome do Servidor:
Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade

INSERIR ASSINATURA DIGITAL:

gov.br

Documento assinado digitalmente
GRAZIELE MARIA GRAVE TEIXEIRA DE ANDRADE
Data: 14/08/2024 10:20:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Unidade Administrativa: Unidade de Finanças do CEAF

Anexo - Tabela de Preços (1185931) SEI 19.09.45340.0023692/2024-49 / pg. 27



Chave de Acesso da NFS-e 4314902221308118900013600000000000524077085784237

Número da NFS-e 5

Competência da NFS-e 18/07/2024

Data e Hora da emissão da NFS-e 18/07/2024 16:46:27

Número da DPS 5

Série da DPS 900

Data e Hora da emissão da DPS 18/07/2024 16:46:27



A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e Prestador do Serviço	CNPJ / CPF / NIF 13.081.189/0001-36	Inscrição Municipal -	Telefone (51) 3024-6475
Nome / Nome Empresarial EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUÇÕES CULTURAIS - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA.		E-mail HERMESZANETIJR@GMAIL.COM	
Endereço JUNDIAI, 2227, HIGIENOPOLIS		Município Porto Alegre - RS	CEP 90520-270
Simplex Nacional na Data de Competência Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)		Regime de Apuração Tributária pelo SN Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional	
TOMADOR DO SERVIÇO	CNPJ / CPF / NIF 90.090.762/0001-19	Inscrição Municipal -	Telefone -
Nome / Nome Empresarial FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO		E-mail -	
Endereço CORONEL GENUINO, 421, ANDAR 6 E 7 ANDAR SALA 801E 901 E902 E1002 SALA 1201 E 1202, CENTRO HISTÓRICO		Município Porto Alegre - RS	CEP 90010-350

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional 10.03.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de ...	Código de Tributação Municipal -	Local da Prestação Porto Alegre - RS	País da Prestação -
Descrição do Serviço Aulas gravadas Pós-graduação em Métodos Autocompositivos.			
Dados bancários: Banco Sicredi AG 0116 Conta: 91880-7			

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN Operação Tributável	País Resultado da Prestação do Serviço -	Município de Incidência do ISSQN Porto Alegre - RS	Regime Especial de Tributação Nenhum
Tipo de Imunidade -	Suspensão da Exigibilidade do ISSQN Não	Número Processo Suspensão -	Benefício Municipal -
Valor do Serviço R\$ 4.000,00	Desconto Incondicionado -	Total Deduções/Reduções -	Cálculo do BM -
BC ISSQN -	Alíquota Aplicada -	Retenção do ISSQN Não Retido	ISSQN Apurado -

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF -	CP -	CSLL -	
PIS -	COFINS -	Retenção do PIS/COFINS -	TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL -

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço R\$ 4.000,00	Desconto Condicionado R\$	Desconto Incondicionado R\$	ISSQN Retido -
IRRF, CP,CSLL - Retidos R\$ 0,00	PIS/COFINS Retidos -		Valor Líquido da NFS-e R\$ 4.000,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais -	Estaduais -	Municipais -
---------------	----------------	-----------------

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Hermes Zaneti Junior

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5343355826023519>

ID Lattes: **5343355826023519**

Última atualização do currículo em 21/06/2024

Possui Pós-Doutorado em Direito pela Università degli Studi di Torino (2014); Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005), área de concentração Direito Processual; Doutorado em Direito pela Università degli Studi di Roma Tre (2014), área de concentração Teoria do Direito; Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de concentração em Direito Processual (2000); Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997). Atualmente é professor adjunto dos Cursos de Graduação e Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Líder do Grupo de Pesquisa Fundamentos do Processo Civil Contemporâneo (FPCC). Cofundador e membro da Rede de Pesquisa ProcNet. É ainda membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP), membro da International Association of Procedural Law (IAPL), membro da ABRAMPA e do MPCON. Promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo (2006/MPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual, atuando principalmente nos seguintes temas: constitucionalização do processo, processo coletivo, processo civil comparado e precedentes judiciais. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Hermes Zaneti Junior 

Nome em citações bibliográficas

ZANETI JR, Hermes; ZANETI JUNIOR, Hermes; JUNIOR, HERMES
ZANETI; ZANETI JR., Hermes; ZANETI JUNIOR, HERMES

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/5343355826023519>

Orcid iD

?  <https://orcid.org/0000-0001-6461-6742>


Endereço

Formação acadêmica/titulação

2010 - 2014

Doutorado em Scuola Dottorale Tullio Ascarelli.
Università degli studi di Roma Tre, UNIROMA3, Itália.
Título: Il Valore Vincolante dei Precedenti,
Ano de obtenção: 2014.
Orientador: Luigi Ferrajoli.
Bolsista do(a): CDEMP - Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público, CDEMP, Brasil.
Palavras-chave: processo e constituição; Direito Comparado; direito e política; Precedentes; Interpretação jurídica.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: Filosofia do Direito.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social; Atividades administrativas e serviços complementares; Outras atividades de serviços.

2002 - 2005

Doutorado em Direito.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.
Título: A Constitucionalização do Processo: A Virada do Paradigma Racional e Político no Direito Processual Civil Brasileiro no Estado Democrático Constitucional, Ano de obtenção: 2005.
Orientador:  Carlos Alberto Alvaro de Oliveira.
Palavras-chave: processo e constituição; writs constitucionais; Tópica - Retórica; Judicialização de direitos e titularidade coletiva; direito e política; ativismo judicial.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.
Setores de atividade: Outros.

1998 - 2000

Mestrado em Direito.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.
Título: Mandado de Segurança Coletivo,
Ano de Obtenção: 2000.
Orientador: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira.

2011 - 2013

Especialização em direito urbano e ambiental. (Carga Horária: 360h).
Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS, FESMP/RS, Brasil.
Título: Ensaio sobre a função de garantia dos juízes e tribunais em matéria ambiental - constitucionalismo garantista e precedentes vinculantes em matéria ambiental - limites e vínculos ao ativismo judicial contrário ao meio ambiente.
Orientador: Silvia Cappelli.

1992 - 1997

Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.

Pós-doutorado

2009 - 2014

Pós-Doutorado.
Università degli Studi di Torino, UST, Itália.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público /
Especialidade: Direito Constitucional.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direitos Especiais /
Especialidade: Direito Processual Coletivo.

Atuação Profissional

Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal, IIDP, Peru.

Vínculo institucional

2024 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Max Planck Institute for Procedural Law - Luxembourg, MPI, Luxemburgo.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: projeto de pesquisa -
pesquisador

Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Professor Adjunto, Carga

horária: 20

Outras informações

Aprovação por concurso público, Professor da Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado

Vínculo institucional

2006 - 2010

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: professor colaborador, Carga horária: 20

International Association of Procedural Law, IAPL, Inglaterra.

Vínculo institucional

2008 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Associado

Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, IIDP, Uruguai.

Vínculo institucional

2008 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Membro

Outras informações

Ingresso nas XXI Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal - Octubre 16 al 18 de 2008 - Lima - Peru

Instituto Brasileiro de Direito Processual, IBDP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Membro

Outras informações

Ministério Público do Espírito Santo, MPES, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Dirigente

Outras informações

Dirigente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Gestão Dr. Eder Pontes da Silva PGJ (2018/2020). Gestão Dra. Luciana Gomes Ferreira de Andrade (2020/2022).

Vínculo institucional

2006 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Promotor de Justiça, Carga horária: 40

Outras informações

Promotor de Justiça Estadual atuando em diversas comarcas, com destaque para a atuação cível e criminal, nesta, especialmente no Tribunal do Juri de Vila Velha, Linhares, São Gabriel da Palha, Nova Venécia, Domingos Martins, Marechal Floriano, Serra e nas promotorias de tráfico de drogas de Vila Velha e Linhares, entre outras atribuições criminais.

Atividades

05/2024 - Atual

Direção e administração, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Cargo ou função
Dirigente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF.

03/2024 - Atual

Direção e administração, CDEMP.

Cargo ou função
Presidente do Colégio de Diretores de
Escolas e Centros de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional dos
Ministérios Públicos do Brasil.

Associações Espírito Santense do Ministério Público, AESMP, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - Atual

Vínculo: Professor Doutor, Enquadramento
Funcional: Professor Doutor, Carga
horária: 5

**Outras
informações**

Professor da Especialização e Curso
Preparatório das Disciplinas de Processo
Coletivo e Processo Constitucional. Direito
Ambiental e Direitos Humanos.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2006

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Professor da Pós- Graduação
Lato Sensu, Carga horária: 20

**Outras
informações**

Atuando também como Coordenador
Adjunto do Curso de Pós - Graduação
Processo Constitucional - Processo Civil

Vínculo institucional

1999 - 2000

Vínculo: Estágio docência,
Enquadramento Funcional: Professor

Atividades

03/1999 - Atual

Ensino,

Disciplinas ministradas
Direito Processual civil

Faculdade Baiana de Direito, FBD, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: Curso de Esp. em Processo,
Enquadramento Funcional: Professor

Faculdades Integradas de Vitória, FDV, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2006

Vínculo: Professor, Enquadramento
Funcional: Professor Doutor I Mestrado,
Carga horária: 20

**Outras
informações**

Disciplina Acesso Constitucional à Justiça:
Tutela da Norma, Tutela da Administração
Pública e Tutela Jurisdicional

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2003

Vínculo: Horista, Enquadramento
Funcional: Professor, Carga horária: 12

**Outras
informações**

Desligamento para cumprir a carga
horária do doutorado.

Atividades

08/2001 - Atual

Ensino,

Disciplinas ministradas
Direito Processual Civil

Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Vínculo: Professor, Enquadramento
Funcional: Professor, Carga horária: 20

Atividades

08/2000 - Atual

Ensino,

Disciplinas ministradas
Temas Emergentes
Direito Processual Civil

Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional, ABDPC, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Associado, Enquadramento
Funcional: Membro Efetivo

Associação Nacional de Professores de Direito Ambiental, APRODAB, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Associado, Enquadramento
Funcional: Membro Associado

Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, ABRAMPA, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Escola Superior da ABRAMPA,
Enquadramento Funcional: Vice-
Presidente

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento
Funcional: Diretor de publicações, Carga
horária: 0

Escola Nacional do Ministério Público, ENAMP, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Diretor

**Outras
informações**

A Escola Nacional do Ministério Público - ENAMP é ligada ao Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP. O regimento interno da ENAMP pode ser consultado no site: <http://www.cdemp.org.br/site/enamp/regimento-interno/>

Projetos de pesquisa

2024 - Atual

Procesos Colectivos

Situação: Em andamento; Natureza:
Pesquisa.

Integrantes: Hermes Zaneti Junior -
Coordenador / José MAria Salgado -
Integrante / Teresa Armenta Deu -
Integrante / Maria José Capelo -
Integrante / Ruth Estella Correa Palacio -
Integrante / Sergio Cruz Arenhardt -
Integrante / Carlos Glave Mavila -
Integrante / Deborah Guerra - Integrante
/ Marco Jobim - Integrante / Silvia Pereira
- Integrante / Santiago Pereira Campos -
Integrante / Walter Reinhardt - Integrante
/ Francisco Verbic - Integrante.

2020 - Atual

Impacto da COVID-19 no Sistema de
Justiça

Descrição: A Covid-19 tem sido responsável pelo aumento da litigiosidade individual e coletiva no Brasil e no mundo. Sendo assim, o estudo se justifica pela importância mediante o incremento das ações de judicialização da saúde e seus impactos no sistema de saúde brasileiro. O projeto de pesquisa utilizará as informações relacionadas as demandas da inclusão da taxonomia criada para o assunto "12.612-Covid-19" no Poder Judiciário e Ministério Público. O estudo tem como objetivo principal avaliar o impacto da Covid-19 no Sistema de Justiça, e por conseguinte, no Direito Processual brasileiro em seus diferentes ramos, administrativo, civil, penal, trabalhista, tributário e eleitoral. Para alcançar tal objetivo, a equipe pretende verificar a quantidade e a qualidade da litigância deste o início da ocorrência da pandemia de Covid-19 no Brasil..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Hermes Zaneti Junior -
Integrante / Patrícia Duarte Deps -
Coordenador.

2020 - Atual

Comparative Procedural Law and Justice (CPLJ)

Descrição: Comparative Procedural Law and Justice (CPLJ) is a global project of the Max Planck Institute Luxembourg for Procedural Law with the support of the Luxembourg National Research Fund (O19/13946847), where more than one hundred scholars from all over the world are involved. CPLJ is envisaged as a comprehensive study of comparative civil procedural law and civil dispute resolution schemes in the contemporary world. It aims at understanding procedural rules in their cultural context, as well as at highlighting workable approaches to the resolution of civil disputes. The project focuses on current developments in the field of comparative civil procedure from a global perspective. These include the influence of information technologies and artificial intelligence; the expansion of alternative dispute resolution; the most recent trends on access to justice and litigation funding; the challenges of collective litigation; and the growing needs for transparency and independence of the justice systems. The cultural dimensions and the methodology of comparative civil procedural law receive specific attention. CPLJ will ultimately result in the publication of a Compendium on Comparative Civil Justice, accessible both online and in print (as a multi-volume publication). The Compendium is expected to illustrate the consolidation of comparative civil procedural law as a self-

standing research area and to become one of the main sources of reference for future studies..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Hermes Zaneti Junior - Coordenador / Sergio Cruz Arenhart - Integrante / Antonio do Passo Cabral - Integrante / Alan Uzelac - Integrante / Daniel Mitidiero - Integrante / Richard Marcus - Integrante / Burkhard Hess - Integrante / Margaret Woo - Integrante / Loïc Cadiet - Integrante / Eduardo Oteiza - Integrante / Yulin Fu - Integrante / John Sorabji - Integrante / Inga Jarvekulg. - Integrante / Oscar Chase - Integrante / Vivian Curran - Integrante / Lee Epstein - Integrante / Athanassios Kaissis - Integrante / Remco van Rhee - Integrante / Rolf Stürner - Integrante / Adriani Dori - Integrante / John Haley - Integrante / Judith Resnik - Integrante / Bruno Deffains - Integrante / Marie-Claire Foblets - Integrante / Hatem Elliesie - Integrante / Faris Nasrallah - Integrante / Edith Wagner - Integrante / Wolfgang Hau - Integrante / Frédérique Ferrand - Integrante / Beate Gsell - Integrante / Peter C.H. Chan - Integrante / Stefan Huber - Integrante / Karol Weitz - Integrante / Piotr Rylski - Integrante / Fernando Gascón Inchausti - Integrante / Teresa Arruda Alvim - Integrante / Soraya Amrani Mekki - Integrante / Catherine Piché - Integrante / Piet Taelman - Integrante / Masahisa Deguchi - Integrante / Georg Kodek - Integrante / Marta Requejo Isidro - Integrante / Remo Caponi - Integrante / Antonio Cabral - Integrante / Janet Walker - Integrante / Fernanda Medina Pantoja - Integrante / Aluisio Gonçalves de Castro Mendes - Integrante.

Financiador(es): Luxembourg National Research Fund - Outra.

2017 - Atual

Projeto Desastre do Rio Doce

Descrição: O Projeto de Pesquisa FPCC - Caso Samarco (Desastre do Rio Doce), coordenado pelo Prof. Dr. Hermes Zaneti Jr., obteve aprovação de financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), no Edital 003/2017, com duração de 24 meses. O Projeto Desastre do Rio Doce é resultado das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Fundamentos do Processo Civil Contemporâneo (FPCC), integrante do Laboratório de Processo e Constituição (LAPROCON), vinculado ao Mestrado em Direito Processual, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A pesquisa tem por objetivo principal analisar o Desastre do Rio Doce e as decisões judiciais que já incidiram no caso, especialmente no que se refere às técnicas processuais aplicadas..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Hermes Zaneti Junior - Coordenador.

2014 - 2016

Processo coletivo: modelo brasileiro

Descrição: O grupo pretende analisar, discutir e apresentar propostas a respeito do processo coletivo brasileiro. Foram identificadas recentemente, na tese de pós-doutorado do Prof. Hermes Zaneti Jr, três grandes tendências ou modelos de processos coletivos: class actions; ações associativas e litígios agregados; processo coletivo: modelo brasileiro. O grupo pretende portanto aprofundar as pesquisas sobre a matriz metodológica do direito processual coletivo brasileiro no direito comparado, civil law e common law, bem como, através da crítica comparativa identificar as tendências do processo coletivo no Brasil e em outros ordenamentos jurídicos, notadamente da Europa, América-Latina e Estados Unidos da América. Adotou-se, ademais, um novo conceito de processo coletivo, compreendido como: "[...] processo coletivo é aquele em que se postula um direito coletivo lato sensu (situação jurídica coletiva ativa) ou se afirma a existência de uma situação jurídica coletiva passiva [...] o núcleo do conceito de processo coletivo está em seu objeto litigioso: coletivo é o processo que tem por objeto litigioso uma situação jurídica coletiva ativa ou passiva" (DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de direito processual civil. Processo coletivo. 9ed. revista, ampliada e atualizada. Salvador: Jus Podivm, 2014, p. 38/39, vol. 4). Assim tanto as class actions como as ações associativas e os litígios agregados poderão ser identificados do ponto de vista comparado como processos coletivos. Por outro lado, a pesquisa procura identificar o conteúdo dogmático e teórico dos direitos fundamentais coletivos e dos direitos subjetivos materiais coletivos ao lado dos direitos processuais assegurados pelo processo coletivo e já devidamente reconhecidos, pois se parte da premissa que o direito material e o processo convivem em uma relação circular e mutuamente implicada. O grupo pretende ainda analisar a constitucionalização dos processos coletivos. Atualmente o Prof. Dr. Antonio Gidi é co-líder e o grupo focará a atividade na análise crítica de sua produção científica e na sua conhecida expertise em processo comparado.. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Especialização: (50) / Mestrado acadêmico: (10) .

Integrantes: Hermes Zaneti Junior -

2007 - Atual

Grupo de Pesquisa Fundamentos do Processo Civil Contemporâneo

Descrição: O grupo pretende analisar e reconstruir os fundamentos do processo civil contemporâneo à luz de uma perspectiva vertical (história do processo) e horizontal (processo comparado). A partir do conceito de ciência jurídica integrada (Luigi Ferrajoli) identifica diversos pontos de vista para análise dos problemas jurídicos: filosofia da justiça, teoria do direito, dogmática jurídica e sociologia do direito. Analisa, neste contexto, os fenômenos ligados ao processo contemporâneo como a constitucionalização do processo, recodificação, microssistemas processuais, em especial o do processo coletivo, precedentes vinculantes e normas fundamentais, sob as perspectivas analítica e hermenêutica, compreendidas como as duas grandes metanarrativas filosóficas do direito após o giro linguístico..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (11) / Especialização: (4) / Mestrado acadêmico: (15) / Doutorado: (7) .

Integrantes: Hermes Zaneti Junior - Coordenador / Juliana Provedel Cardoso - Integrante / Thiago Sales de Oliveira - Integrante / Alexandre José Guimarães - Integrante / Ana Clara Almeida de Abreu - Integrante / Ana Paula Alves Alcântara - Integrante / Carolina Trentini Schenkel - Integrante / Déborah Vieira Freire - Integrante / Diego Pereira - Integrante / Edilson Santana Gonçalves Filho - Integrante / Edmundo Gouvêa Freitas - Integrante / Fabiana Marcello Gonçalves Mariotini - Integrante / Fabiane Costa Nascimento - Integrante / Felipe Prata Pravato Rangel - Integrante / Fernanda Rosa Coelho - Integrante / Gabriel de Oliveira Coelho Santana - Integrante / Gustavo Felipe da Cruz Lago - Integrante / Igor Moraes Rocha - Integrante / João Vitor Cruz de Castro - Integrante / Jorge Luiz Rodrigues Campanharo - Integrante / Juliana Carvalho da Silva Wendt - Integrante / Lara Abreu Assef - Integrante / Luana Cabral Mendes Gontijo - Integrante / Luana Steffens - Integrante / Luiz Henrique Miguel Pavan - Integrante / Márcia Vitor de Magalhães e Guerra - Integrante / Mariângela Guerreiro Milhioranza - Integrante / Michelle Ivair Cavalcanti de Oliveira - Integrante / Mylenna Katyele Preato Dimabrre - Integrante / Rafaella Boone Schmidt - Integrante / Raimundo Rolim de Mendonça Junior - Integrante / Ravi Peixoto - Integrante / Rodrigo Santos de

Souza - Integrante / Thaís Milani Del Pupo
- Integrante / Vinícius Henrique Rodrigues
- Integrante / Wanessa Kelly Almeida Silva
- Integrante / Isabela Rossi Cortes Ferrari
- Integrante / Rosana de Jesus Guilherme
- Integrante.

Projetos de extensão

2015 - 2018

LIGA UNIVERSITÁRIA DE DIREITO DA UFES - PRÁTICA JURÍDICA

Descrição: A Liga Universitária de Direito da UFES (LUDUFES) é um projeto discente formado e composto pelos estudantes em parceria com professor coordenador de Direito da UFES que pretendem alinhar conhecimento teórico e prático. Foi criada em 2015 com apoio da Fundação Estudar por meio do Projeto de Incubação de Ligas. O objetivo é difundir a temática do Direito com foco na Prática Jurídica, estimulando, capacitando e apoiando os estudantes, criando uma oportunidade de atuação e aprendizado profissional, pois acreditamos que a preparação ao Direito precisa alinhar o conhecimento teórico da academia à prática jurídica realizada pelos operadores do Direito em suas várias vertentes de atuação.#8203;.

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (40) .

Integrantes: Hermes Zaneti Junior -
Coordenador.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual

Periódico: Civil Procedure Review

2018 - Atual

Periódico: Revista Jurídica do Ministério
Público do Estado do Espírito Santo

2017 - Atual

Periódico: REVISTA DA PROCURADORIA
GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2015 - Atual

Periódico: Razón Crítica - Revista de
Estudios Sociales, Jurídicos y Humanos

2011 - Atual

2009 - Atual

Periódico: Revista da Procuradoria Geral do Município de Vitória

2008 - Atual

Periódico: CAdernos de Direito Processual - Rev. do PPGDir da UFES

2005 - 2005

Periódico: Processo e Constituição - Cadernos Galeno Lacerda UFRGS

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Constitucional.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Processual
Civil.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Teoria do
Direito/Especialidade: Filosofia do Direito.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direitos
Especiais/Especialidade: Direito
Ambiental.

6.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direitos
Especiais/Especialidade: Direito
Processual Coletivo.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Francês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Italiano

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

CARVALHO, D. W. ; **ZANETI JR., Hermes** . DESASTRES CLIMÁTICOS E O DIREITO PROCESSUAL DOS DESASTRES. revista dos tribunais, v. 1059, p. 43-62, 2024.

2.

ZANETI; RODRIGUES, M. A. . Prefiro ser uma metamorfose ambulante: o cumprimento de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva e o Tema 1.169 do STJ. Informativo Migalhas, v. 1, p. 1, 2024.

3.

CARVALHO, D. W. ; **ZANETI** . O pós-desastre: Litigância de massa em casos de desastres, casos repetitivos e tutela coletiva. REVISTA DE PROCESSO, v. 351, p. 201-229, 2024.

4.

CARVALHO, D. W. ; **ZANETI** . O direito processual dos desastres e o papel das cortes judiciais na prevenção e no preparo aos desastres. REVISTA DE PROCESSO, v. 346, p. 167-194, 2024.

5.

DIDIER JR, Fredie ; **ZANETI JR., Hermes** . IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PROCESSO COLETIVO E A LEI 14.230/2021: CONSENSOS E DISSENSOS NUMA COAUTORIA. REVISTA DE PROCESSO, v. 338, p. 299-312, 2023.

6.

ZANETI JR., Hermes; PEREIRA, D. . Entre jalecos e togas: um ensaio sobre Ciências, Desastres e Processo. O que o jurista tem a ver com isso?. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ANIMAL (ONLINE), v. 18, p. 1-32, 2023.

7.

ZANETI JR, Hermes; FONSECA, B. G. B. ; SCHIMIDT, R. B. . ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A LEGITIMAÇÃO ADEQUADA E A REPRESENTAÇÃO ADEQUADA NA CELEBRAÇÃO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA A PARTIR DO DESASTRE DO RIO DOCE. REVISTA DE PROCESSO, v. 324, p. 267-300, 2022.

8.

ZANETI JR, Hermes; PAVAN, L. H. M. . O MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS JUDICIAIS COM IMPACTO DIRETO E INDIRETO EM COMPROMISSOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PARA TUTELA COLETIVA. REVISTA DE PROCESSO, v. 323, p. 219-249, 2022.

9.

ZANETI JR, Hermes; SCHIMIDT, R. B. ; MACHADO, C. F. C. . ANÁLISE DA AUTOCOMPOSIÇÃO E DA AÇÃO COLETIVA COMO CAUSAS DE SUSPENSÃO E DE INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO PARA AÇÕES INDIVIDUAIS NO DESASTRE DO RIO DOCE. Revista eletrônica de direito processual, v. 23, p. 579-598, 2022.

10.

ZANETI JR., Hermes. O PROCESSUALISTA SERGIO CHIARLONI (1936-2022): UM EXEMPLO E UMA VIVA LEMBRANÇA DE UM "GENTILUOMO D'ALTRI TEMPI". REVISTA DE PROCESSO, v. 326, p. 17-23, 2022.

11.

PEIXOTO, R. ; GUILHERME, R. J. ; **ZANETI JR., Hermes** . JUSTIÇA ON-LINE: REPENSANDO O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA CANADENSE. REVISTA DE PROCESSO, v. 326, p. 417-448, 2022.

12.

ZANETI JR., Hermes; ALVES, Gustavo Silva . Breves notas sobre as alterações do Código de Processo Civil pela Lei 14.195/2021: citação eletrônica, exibição de documento ou coisa e prescrição intercorrente. REVISTA DE PROCESSO, v. 330, p. 43-74, 2022.

13.

ZANETI JR., Hermes. O Case Management e as European Rules of Civil Procedure: Uma Análise à Luz da Experiência Brasileira do Código de Processo Civil de 2015. IUS DICTUM, v. 7, p. 11-24, 2022.

14.

GIDI, A. ; **ZANETI JR., Hermes** . The Cost of Access to Justice Revisited? The "Age of Austerity" in Brazilian Civil Procedure Five Years Later: Winds of Change?. The University of Miami Inter-American Law Review, v. 52, p. 49, 2021.

15.

FRIZZEIRA, A. C. F. ; SCHMIDT, R. B. ; GONTIJO, L. C. M. ; **ZANETI JR., Hermes** . A Aplicação de Decisões Estruturais ao Desastre do Rio Doce Quanto à Questão Ambiental. Revista Brasileira de Direito Processual - RBDPRO, v. 115, p. 1, 2021.

16.

MARCHESAN, A. M. M. ; **ZANETI JR., Hermes** . AS DECISÕES MONOCRÁTICAS NA ESFERA CÍVEL EM CASOS DE INTERVENÇÃO OBRIGATORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ? LIMITES E NULIDADES. Revista eletrônica de direito processual, v. 17, p. 53-81, 2021.

17.

ZANETI JR., Hermes; **DIDIER JR., Fredie** ; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de . Elementos para una teoría del proceso estructural aplicado al proceso civil brasileño. revista de derecho procesal, v. 2, p. 477-524, 2021.

18.

ZANETI JR., Hermes. Case Management and the European Rules of Civil Procedure: An analysis in the Light of the Brazilian Experience of the 2015 Civil Procedure Code. INTERNATIONAL JOURNAL OF PROCEDURAL LAW, v. 11, p. 85-105, 2021.

19.

ZANETI JR., Hermes; GUIMARAES, A. J. ; SCHIMIDT, R. B. ; CASSIMIRO, M. C. ; REPSOLD, T. A. R. ; DEPS, P. D. . Impactos da COVID-19 no sistema de Justiça e Judicialização da Saúde no Brasil. Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná, v. 8, p. 164-188, 2021.

20.

DIDIER JR., Fredie ; **ZANETI JR., Hermes** . Princípio da competência adequada, conflitos coletivos multipolares e competências materiais distintas. REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, v. 128, p. 403-414, 2020.

21.

ZANETI JR., Hermes. Covid-19: Brazilian Perspective. Septentrio Reports, p. 8-10, 2020.

22.

★ DIDIER JR, Fredie ; **ZANETI JR., Hermes** ; OLIVEIRA, R. A. . Elementos para uma Teoria Estrutural Aplicada ao Processo Civil Brasileiro. REVISTA DE PROCESSO, v. 303, p. 45-82, 2020.

23.

MADUREIRA, Claudio Penedo ; **ZANETI JÚNIOR, HERMES** . CONTROLE JURISDICIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA. DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA, v. 14, p. 555-576, 2020.

24.

ZANETI JR., Hermes; OLIVEIRA, M. I. C. ; BERDEAL, F. M. . A Atribuição do Ministério Público nas Ações de Família. Revista eletrônica de direito processual, v. 21, p. 242-269, 2020.

25.

MADUREIRA, Claudio Penedo ; **ZANETI JR., Hermes** . Covid-19 e tutela jurisdicional: a doutrina dos processos estruturais

26.

ZANETI JR., Hermes; CABRAL, Aantonio do Passo . Entidades de infraestrutura específica para a resolução de conflitos coletivos: as claims resolution facilities e sua aplicabilidade no Brasil. REVISTA DE PROCESSO, v. 287, p. 445-483, 2019.

27.

DIDIER JR., Fredie ; **ZANETI JR., Hermes** ; ALVES, Gustavo Silva . Intervenção dos membros de grupo no julgamento de casos repetitivos. CIVIL PROCEDURE REVIEW, v. 10, p. 51-73, 2019.

28.

ZANETI JR., Hermes. Processo Coletivo no Brasil: Sucesso ou Decepção?. CIVIL PROCEDURE REVIEW, v. 10, p. 11-40, 2019.

29.

ZANETI JR., Hermes. Processo Coletivo e Constituição: a aplicação direta do CPC 2015 ao microsistema dos processos coletivos. REVISTA IBEROAMERICANA DE DERECHO PROCESAL, v. 9, p. 371-405, 2019.

30.

ZANETI JR., Hermes; VITORELLI, E. . O Futuro do Processo Coletivo: considerações sobre o relatório analítico propositivo do Conselho Nacional de Justiça. REVISTA DE PROCESSO, v. 295, p. 195-233, 2019.

31.

ZANETI JR., Hermes; GIDI, A. . O Processo Civil Brasileiro na 'Era da Austeridade'? Efetividade, Celeridade e Segurança Jurídica: pequenas causas, causas não contestadas e outras matérias de simplificação das decisões judiciais e dos procedimentos. REVISTA DE PROCESSO, v. 294, p. 41-76, 2019.

32.

ZANETI JR., Hermes; CABRAL, A. P. . Entidades de Infraestructura específica para la resolución de conflictos colectivos: las claims resolution facilities y su aplicabilidad en

33.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Processo Colectivo en Brasil: éxito o decepción?. Revista de Derecho Procesal, v. 2019-2, p. 293-330, 2019.

34.

ZANETI JR, Hermes; PEREIRA, C. F. B. . Interpretação operativa, hermenêutica e precedentes: um diálogo com Lênio Streck. REVISTA DO INSTITUTO DE HERMENÊUTICA JURÍDICA, v. 1, p. 29-43, 2019.

35.

ZANETI JR., Hermes; LINO, Daniela Bermudes ; SOBRAL, M. A. ; CAMPOS, R. M. P. ; TRAZZI, P. H. C.. AÇÕES INDIVIDUAIS NO CASO RIO DOCE: INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO, SUSPENSÃO, DA PRESCRIÇÃO E COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO DOS LITIGANTES NO PROCESSO DE AUTOCOMPOSIÇÃO. REVISTA DE PROCESSO, v. 298, p. 193-217, 2019.

36.

ZANETI JR., Hermes. AGGREGATE LITIGATION CASES IN BRAZIL: NOTEWORTHY CONSIDERATIONS ON THE AGGREGATION OF CASES, CLASS ACTIONS AND BINDING PRECEDENTS IN LITIGATIONS PURSUANT TO THE NEW CPC/2015. Revista de Direito Brasileira, v. 24, p. 428-443, 2019.

37.

ZANETI JR., Hermes. Os Casos Repetitivos No Brasil: Notas Sobre a Agregação De Litígios, a Processo Coletivo e os Precedentes Vinculantes No Cpc/2015. REVISTA IBEROAMERICANA DE DERECHO PROCESAL, v. 7, p. 225-246, 2018.

38.

ZANETI JR., Hermes; REGGIANI, G. M. . Estabilização da tutela antecipada antecedente e incidental: sugestões pragmáticas para respeitar a ideologia de efetividade do CPC/2015. REVISTA DE PROCESSO, v. 284/20, p. 213-235, 2018.

39.

40.

ZANETI JR., Hermes; PROVEDEL, J. ; CORNIELLES, J. A. . Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Revista eletrônica de direito processual, v. 19, p. 384, 2018.

41.

ZANETI JR., Hermes. CPC/2015: O Ministério Público como Instituição de Garantia e as Normas Fundamentais Processuais. Revista Jurídica. Corregedoria Nacional, v. 2, p. 101-166, 2017.

42.

ZANETI JR., Hermes; ALVES, Gustavo Silva ; LIMA, Rafael de Oliveira . A tutela específica contra o ilícito (art. 497, parágrafo único, CPC/2015) nas ações coletivas em defesa do consumidor. REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, v. 110, p. 389-422, 2017.

43.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Nicola Picardi ? Muito além da dogmática processual civil rumo ao processo compreendido a partir da história do pensamento jurídico e filosófico, da lógica do direito e das instituições sociais. REVISTA DE PROCESSO, v. 265, p. 529-532, 2017.

44.

JEVEAUX, Geovany Cardoso ; **ZANETI JR., Hermes** . Controle Difuso no novo CPC. Revista de Direito Brasileira, v. 16, p. 324-345, 2017.

45.

DIDIER JR, Fredie. ; ZANETI JUNIOR, H. ; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de . Notas sobre as decisões estruturantes. CIVIL PROCEDURE REVIEW, v. 8, p. 46-64, 2017.

46.

ZANETI JR, Hermes; MADUREIRA, Claudio Penedo . Formalismo Valorativo e o Novo Processo Civil. REVISTA DE PROCESSO, v. 272, p. 85-125, 2017.

47.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie. . Las Acciones Colectivas Y El Enjuiciamiento De Casos Repetitivos: Dos Tipos De Proceso Colectivo En El Derecho Brasileño. INTERNATIONAL JOURNAL OF PROCEDURAL LAW, v. 7, p. 266-265, 2017.

48.

ZANETI JR., Hermes. El Nuevo Código de Proceso Civil brasileno de 2015 y los conflictos jurídicos: el Derecho Procesal como un ccimino para la paz social. Revista de Derecho Procesal, v. 1, p. 583, 2017.

49.

ZANETI JUNIOR, Hermes; PEREIRA, C. F. B. . Por que o Poder Judiciário não legisla no modelo de precedentes do Código de Processo Civil de 2015?. Revista de Processo, v. 257, p. 371-388, 2016.

50.

DIDIER JR, Fredie ; **ZANETI JUNIOR, Hermes** . Ações coletivas e o incidente de julgamento de casos repetitivos ? espécies de processo coletivo no direito brasileiro: aproximações e distinções. Revista de Processo, v. 256, p. 1, 2016.

51.

PEREIRA, C. F. B. ; ZANETI JUNIOR, H. . Teoria da Decisão Judicial no Código De Processo Civil: Uma Ponte entre Hermenêutica e Analítica?. Revista de Processo, v. 259, p. 21-53, 2016.

52.

COPETTI NETO, A. ; **ZANETI JUNIOR, Hermes** . Os deveres de coerência e integridade: a mesma face da medalha? A convergência de conteúdo entre Dworkin e MacCormick na teoria dos precedentes judiciais normativos formalmente vinculantes. Derecho y Cambio Social, v. 46, p. 1-21, 2016.

53.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Justiça Multiportas e Tutela Constitucional Adequada: Autocomposição em Direitos Coletivos. Civil Procedure Review, v. 7, p. 59-99, 2016.

54.

ZANETI JR., Hermes; PEREIRA, C. F. B. ; ALVES, G. S. . A Ratio Decidendi do Precedente STF/RE 573.232/SC: Substituição Processual v. Representação Processual. Desnecessidade de Autorização Assemblear nas Ações Coletivas em Defesa ao Consumidor. Revista de Direito do Consumidor, v. 108, p. 161-187, 2016.

55.

ZANETI JR., Hermes; ALVES, G. S. . Coisa Julgada e o Modelo Brasileiro de Processo Coletivo: Comentários à Ação Civil Pública nº 98.0025524-9 de 1998/RS (Proibição de fumar em aeronaves). Processos Coletivos, v. 7, p. 1, 2016.

56.

ZANETI JR., Hermes; ALVES, Gustavo Silva . Inquérito Civil, Contraditório E Improbidade Administrativa: Um Diagnóstico Crítico Dos Precedentes Das Cortes Supremas Brasileiras. Revista eletrônica de direito processual, v. 17, p. 298-319, 2016.

57.

ZANETI JR., Hermes; BORGES, Orlindo Francisco . Ações coletivas transnacionais para tutela de danos ambientais: caso Chevron (STJ, HSE 8.542). Revista de Direito Ambiental, v. 84, p. 187-213, 2016.

58.

ZANETI JR., Hermes. Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes: La formalización de las fuentes jurisprudenciales. REVISTA DE DERECHO PROCESAL, v. 1, p. 489, 2016.

59.

ZANETI JR., Hermes. O CONTROLE INTERSUBJETIVO DA DECISÃO QUE ADOTA MEIOS ATÍPICOS: SEGURANÇA NO PROCEDIMENTO A PARTIR DO CASO CONCRETO. Revista Diálogos, v. 2, p. 59-83, 2016.

60.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Constitucionalismo garantista e precedentes vinculantes em matéria ambiental. Revista de Direito Ambiental, v. 78, p. 179-214, 2015.

61.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Notas sobre o processo coletivo e os casos repetitivos no sistema do novo CPC/2015. Comentários ao art. 928. Revista Forense (Impresso), v. 421, p. 269-276, 2015.

62.

ZANETI JUNIOR, Hermes; GIDI, A. . Brazilian Civil Procedure in the `Age of Austerity??. Erasmus Law Review, v. 4, p. 245-257, 2015.

63.

JUNIOR, HERMES ZANETI. TRA RULE OF LAW E STATO COSTITUZIONALE NEL DIRITTO PROCESSUALE BRASILIANO. Revista da Faculdade Mineira de Direito, v. 18, p. 132, 2015.

64.

ZANETI JR., Hermes. Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes: A Formalização Das Fontes Jurisprudenciais. Ius et Tribunalis Cuadernos Jurídicos de la Facultad de Derecho, v. 1, p. 31-49, 2015.

65.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira: Verdade e Magister Dixit. Revista de Processo, v. 228, p. 1-2, 2014.

66.

DIDIER JR, Fredie ; ZANETI JUNIOR, Hermes . Conceito de processo jurisdicional coletivo. Revista de Processo, v. 229, p. 273, 2014.

67.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Precedentes (Treat Like Cases Alike) e o novo Código de Processo Civil. Universalização e vinculação horizontal como critérios de racionalidade e a negação da ?jurisprudência persuasiva? como base para uma teoria e dogmática dos precedentes no Brasil. Revista de Processo, v. 235, p. 293, 2014.

68.

ZANETI JUNIOR, Hermes; MAZZEI, R. . O mandado de injunção como instrumento de solução das lacunas legais

69.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Três Modelos de Processo Coletivo no Direito Comparado: Class Actions, Ações Associativas/Litígios Agregados e o 'Processo Coletivo: Modelo Brasileiro'. Processos Coletivos, v. 5, p. 1, 2014.

70.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Resenha: Cortes superiores e cortes supremas - do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente (Daniel Mitidiero). Revista de Processo, v. 225, p. 529, 2013.

71.

ARGENTA, G. ; ZANETI JUNIOR, Hermes . O estudo de impacto de vizinhança (EIV): alternativas dogmáticas para sua eficácia imediata e autoaplicabilidade. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, v. 49, p. 1-11, 2013.

72.

ZANETI JUNIOR, Hermes; FERRAZ, C. F. . A doutrina da legitimação dos órgãos do Estado para tutela coletiva. REVISTA DE PROCESSO, v. 212, p. 135-162, 2012.

73.

ZANETI JUNIOR, Hermes. De la Ley a la Constitución: la positivización de los derechos difusos y colectivos en la Constitución brasileña. Revista Jurídica del Perú, v. 126, p. 65-81, 2011.

74.

ZANETI JUNIOR, Hermes; GOMES, Camilla de Magalhães . O Processo Coletivo e o Formalismo-Valorativo como Nova Fase Metodológica do Processo Civil. Revista de Direitos Difusos, v. 53, p. 13-32, 2011.

75.

ZANETI JUNIOR, Hermes. A Teoria da Separação de Poderes e o Estado Democrático Constitucional.. Revista Brasileira de Direito Processual (Impresso), v. 70, p. 49-82, 2010.

76.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Prescrição e Ação Coletiva para a Tutela de Direitos Individuais Homogêneos ? O Julgamento do REsp 1.070.896/SC pelo STJ.. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, v. 1, p. 1, 2010.

77.

ZANETI JUNIOR, Hermes. A Legitimação Conglobante nas Ações Coletivas: A Substituição Processual Decorrente do Ordenamento Jurídico. Revista Videre, v. 3, p. 101-116, 2010.

78.

ZANETI JUNIOR, Hermes. L'azione collettiva brasiliana:sviluppo storico comparativo, momento attuale ed prospettive di riforme. Diritto & Diritti, v. 1, p. 01-12, 2009.

79.

DIDIER JR, Fredie ; ZANETI JUNIOR, H. . Processo coletivo passivo. Revista de Processo, v. 165, p. 29-43, 2008.

80.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Tutela de urgência nos processos coletivos: notas e particularidades. Revista de Processo, v. 143, p. 327-334, 2007.

81.

ZANETI JR, Hermes. Processo Constitucional: relações entre processo e Constituição. Gênese. Revista de Direito Processual Civil, Curitiba Paraná, v. 36, 2005.

82.

ZANETI JR, Hermes. O problema da verdade no processo civil: modelos de prova e de procedimento probatório. Gênese. Revista de Direito Processual Civil, Curitiba - Paraná, v. 31, p. 01-21, 2004.

83.

ZANETI JR, Hermes. O Problema da Verdade no Processo Civil: modelos de prova e de procedimento probatório. Revista de Processo, São Paulo: RT, v. 29, n.116, p. 334-371, 2004.

84.

ZANETI JR, Hermes; **ZANETI JR., Hermes** . Processo Constitucional: relações entre processo e Constituição. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. XXXI, n.94, p. 105-132, 2004.

85.

ZANETI JR, Hermes. Direito Material e Direito Processual: Relações e Perspectivas. Revista Processo e Constituição - Cadernos Galeno Lacerda de Estudos de Direito Processual Constitucional, Porto Alegre, v. 1, p. 245-278, 2004.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

DIDIER JR, Fredie ; **ZANETI JR., Hermes** . Curso de Direito Processual Civil - Processo coletivo. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2024. v. 1. 688p .

2.

ZANETI JR., Hermes; CABRAL, T. N. X. (Org.) . Justiça Multiportas - Mediação, Conciliação, Arbitragem e outros meios adequados de solução de conflitos. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2023. v. 1. 1248p .

3.

VITORELLI, E. (Org.) ; OSNA, G. (Org.) ; **ZANETI JR., Hermes** (Org.) ; REICHELT, L. A. (Org.) ; JOBIM, M. F. (Org.) ; ARENHART, S. C. (Org.) . Coletivização e Unidade do Direito. Vol. IV. 1. ed. Londrina/PR: Thoth, 2023. v. 1. 747p .

4.

★ **DIDIER JR, Fredie** ; **ZANETI JR., Hermes** . Curso de Direito Processual Civil - v.4 - Processo Coletivo - de acordo com a Nova Lei de Improbidade Administrativa. 17. ed. São Paulo/SP: Juspodivm, 2023. v. 1. 704p .

5.

DIDIER JR, Fredie ; **ZANETI JR, Hermes** . Curso de Direito Processual Civil. Processo Coletivo, Vol. 4. 16. ed. Salvador: Juspodivm, 2022. v. 5. 684p .

6.

VITORELLI, E. (Org.) ; OSNA, G. (Org.) ; **ZANETI JR., Hermes** (Org.) ; REICHELT, L. A. (Org.) ; JOBIM, M. F. (Org.) ; DOTI, R. (Org.) . Coletivização e Unidade do Direito. Estudos em Homenagem ao Professor Sérgio Cruz Arenhart. Vol. III. 1. ed. Londrina: Thoth, 2022. v. 1. 453p .

7.

ZANETI JR., Hermes; DEL PUPO, T. M. (Org.) . Processo, Justiça e Constituição. 1. ed. Vitória/Rio de Janeiro: EDUFES/MC&G, 2022. v. 1. 244p .

8.

CAMBI, E. A. S. (Org.) ; GARCIA, E. (Org.) ; **ZANETI JR., Hermes** (Org.) . Improbidade Administrativa. Principais Alterações Promovidas pela Lei 14.230/2021. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022. v. 1. 625p .

9.

ROCHA, C. I. (Org.) ; **ZANETI JR., Hermes** (Org.) ; DIAS, R. G. B. (Org.) . Diálogos entre Direito Público e Direito Privado: Justiça Processual. 1. ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022. v. 1. 366p .

10.

★ **ZANETI JR., Hermes**. Comentários ao Código de Processo Civil. Artigos 824 ao 925. Vol. XIV. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. 405p .

11.

★ **ZANETI JR., Hermes**. A Constitucionalização do Processo. Do problema ao precedente. Da teoria do Processo ao Código de Processo Civil de 2015. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. v. 1. 489p .

12.

★ **ZANETI JR., Hermes**. O Valor Vinculante dos Precedentes. Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

13.

ZANETI JR., Hermes. O Ministério Público e o Processo Civil Contemporâneo. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2021. v. 1. 463p .

14.

ZANETI JR., Hermes; DIDIER JR., Fredie . Curso de direito processual civil: volume 4. 14. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2020. 672p .

15.

ZANETI JR., Hermes; VITORELLI, E. (Org.) ; OSNA, G. (Org.) ; REICHELT, L. A. (Org.) ; JOBIM, M. F. (Org.) ; ARENHART, S. C. (Org.) . Coletivização e unidade do direito Vol. II. 1. ed. Londrina: Thoth, 2020. v. 1. 754p .

16.

VITORELLI, E. (Org.) ; **ZANETI JÚNIOR, HERMES** (Org.) . Casebook de Processo Coletivo Vol. 1 e Vol. 2. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2020. v. 2. 1092p .

17.

RODRIGUES, M. A. (Org.) ; **ZANETI JR., Hermes** (Org.) . Coleção Grandes Temas Do Novo CPC - Cooperação Internacional. 1. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2019. v. 13. 336p .

18.

ZANETI JR., Hermes; DIDIER JR, Fredie. . Processo colectivo: tutela procesal de los derechos difusos, colectivos e individuales homogéneos. 1. ed. Lima: Palestra Editores, 2019. v. 1. 600p .

19.

ZANETI JR., Hermes; DIDIER JR, Fredie. . Curso de Direito Processual Civil: volume 4. 13. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2019. v. 4. 576p .

20.

ZANETI JR., Hermes. O Valor Vinculante dos Precedentes: Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. 4. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2019. v. 1. 464p .

21.

ZANETI JUNIOR, Hermes; BONOMO JUNIOR, A. . Mandado de segurança individual e coletivo. 1. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2019. v. 1. 480p .

22.

ZANETI JR., Hermes; SICA, H. V. M. (Org.) ; CABRAL, A. P. (Org.) ; SEDLACEK, F. (Org.) . Temas de direito processual contemporâneo: III Congresso Brasil-Argentina de Direito Processual. Volume II. 1. ed. Serra: Milfontes, 2019. v. 2. 340p .

23.

ZANETI JR., Hermes; CABRAL, A. P. (Org.) ; SEDLACEK, F. (Org.) ; SICA, H. (Org.) . Temas de Direito Processual Contemporâneo: III Congresso Brasil-Argentina de Direito Processual. 1. ed. Serra: Milfontes, 2019. v. I. 783p .

24.

ZANETI JR., Hermes; CUNHA, L. C. . Leis especiais para concursos: direitos difusos e coletivos: volume 28. 10. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2019. 544p .

25.

ZANETI JUNIOR, H.; **DIDIER JR, Fredie** . Curso De Direito Processual Civil - Processo Coletivo. 12. ed. Salvador: JUSPODIVM, 2018. v. 1. 576p .

26.

ZANETI JÚNIOR, HERMES; GARCIA, L. . Direitos Difusos e Coletivos Lei da Ação Civil Pública - Lei 7.347/1985 - Título III do CDC - Lei 8.078/1990 - Lei da Ação Popular - Lei 4.717/1965 - Mandado de Segurança Coletivo - arts. 21 e 22 da Lei 12.016/2009 - Mandado de Injunção Coletivo - arts. 12 e 13 da Lei 13.300/2016. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. v. 1. 544p .

27.

ZANETI JUNIOR, H.. O Ministério Público e o Novo Processo Civil. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. v. 1. 240p .

28.

CABRAL, T. N. X. (Org.) ; **ZANETI JR., Hermes** (Org.) . Justiça Multiportas: Mediação, Conciliação, Arbitragem e Outros Meios Adequados de Solução de Conflitos. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. 1024p .

29.

30.

ZANETI JR., Hermes; CABRAL, T. N. X. (Org.) . COLEÇÃO GRANDES TEMAS DO NOVO CPC - V.9 - JUSTIÇA MULTIPORTAS (2017) Mediação, Conciliação, Arbitragem e outros Meios De Solução Adequada De Conflitos. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 1. 816p .

31.

ZANETI JR, Hermes; GARCIA, Leonardo de Medeiros . LEIS ESPECIAIS PARA CONCURSOS - DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 28. 528p .

32.

ZANETI JR., Hermes. O VALOR VINCULANTE DOS PRECEDENTES. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 1. 464p .

33.

ZANETI JR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - PROCESSO COLETIVO. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v. 4. 544p .

34.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O Valor Vinculante dos Precedentes. Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. 2. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016. v. 1. 428p .

35.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Curso de Direito Processual Civil. Processo Coletivo. 10. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016. v. 4. 502p .

36.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Repercussões do Novo CPC. Processo Coletivo. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016. v. 1. 640p .

37.

ZANETI JR., Hermes. Comentários ao Código de Processo Civil. Artigos 824 a 925 - Vol. 14. 1. ed. São Paulo: RT, 2016. v. 1. 384p .

38.

ZANETI JR., Hermes; GARCIA, Leonardo de Medeiros . LEIS ESPECIAIS PARA CONCURSOS - V.28 - DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS (2016) 7a edição Conforme Novo CPC. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 28. 480p .

39.

ZANETI JUNIOR, H.; DIDIER JR, Fredie. . COLEÇÃO REPERCUSSÕES DO NOVO CPC - PROCESSO COLETIVO. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. 640p .

40.

ZANETI JUNIOR, Hermes. El Valor Vinculante de los Precedentes: Teoría de los Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. 1. ed. Lima: Raguel, 2015. v. 1. 590p .

41.

DIDIER JR, Fredie ; ZANETI JUNIOR, Hermes . Da conversão da ação individual em ação coletiva. In: Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 1. ed. São Paulo: RT, 2015. v. 1. 13p .

42.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Processo Coletivo. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2015. v. 1. 640p .

43.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Curso de Direito Processual /civil - Processo Coletivo - vol 4. 9a.. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014. v. 1. 476p .

44.

ZANETI JUNIOR, Hermes. A constitucionalização do processo - O modelo constitucional da justiça brasileira e as relações entre o processo e constituição. 2a.. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1. 271p .

45.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O Valor Vinculante dos Precedentes. O Modelo Garantista (MG) e a Redução da Discricionariedade Judicial. Uma Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes,. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014. v. 1. 427p .

46.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Direitos Difusos e Coletivos. Lei da Ação Civil Pública. Título III do CDC. Lei da Ação Popular. Mandado de Segurança Coletivo.. 5. ed. salvador: Jus Podivm, 2014. v. 1. 425p .

47.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O 'Novo' Mandado de Segurança Coletivo. 1. ed. salvador: juspodivm, 2013. v. 1. 312p .

48.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Curso de Direito Processual Civil - Vol. 4 - Processo Coletivo. 8. ed. salvador: Juspodivm, 2013. v. 1. 549p .

49.

ZANETI JUNIOR, Hermes; GARCIA, Leonardo de Medeiros . Direitos difusos e coletivos: lei da ação civil pública, lei da ação popular, mandado de segurança coletivo. 4a.. ed. Salvador: Jus Podivm, 2013. v. 1. 403p .

50.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Curso de Processo Civil Vol. IV - Processo Coletivo. 7. ed. Salvador: Jus Podivm, 2012. v. 1. 514p .

51.

ZANETI JUNIOR, Hermes; GARCIA, Leonardo de Medeiros . Direitos Difusos e Coletivos. 3. ed. salvador: juspodivm, 2012. v. 1. 350p .

52.

ZANETI JUNIOR, Hermes; **GARCIA, Leonardo de Medeiros** . Direitos Difusos e Coletivos: lei da ação civil pública, tit. III do CDC, lei da ação popular, mandado de segurança coletivo.. 1. ed. salvador: JusPodivm, 2010. v. 1. 279p .

53.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Teoria Geral do Processo Civil Constitucionalizado. 1. ed. Cachoeiro de Itapemirim: Heliograf, 2008. v. 1. 398p .

54.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Processo Constitucional: o modelo constitucional do processo civil brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. v. 1. 296p .

55.

ZANETI JR, Hermes. Processo Coletivo. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2006. v. 1. 119p .

56.

ZANETI JR, Hermes. Introdução ao Estudo do Processo Civil: primeiras linhas de um paradigma emergente. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004. v. 1. 272p .

57.

ZANETI JR, Hermes. Mandado de segurança coletivo - aspectos controversos. 01. ed. Porto Alegre: Safe, 2001. v. 01. 100p .

Capítulos de livros publicados

1.

CARVALHO, D. W. ; **ZANETI JR., Hermes** . Desastres climáticos e conflitos coletivos complexos. Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas - Aspectos Doutrinários. 1ed.Brasília: CNMP, 2024, v. 1, p. 90-110.

2.

ZANETTI. Coisa julgada coletiva no Direito Brasileiro: Estabilidade e acesso à justiça. In: Giovanni F. Piori Posada; Renzo Cavani. (Org.). Los Procesos Colectivos en Debate. 1ed.Lima: Palestra Editores S.A.C., 2024, v. 1, p. 93-124.

3.

DIDIER JR, Fredie. ; **ZANETI** ; OLIVEIRA, R. A. . Elementos para uma teoria do processo estrutural aplicada ao processo civil brasileiro. In: Alberto Bastos Balazeiro; Afonso de Paula Pinheiro Rocha; Guilherme Veiga. (Org.). Novos horizontes do processo estrutural. 1ed.Londrina: Editora Thoth, 2024, v. 1, p. 1-.

4.

ANDRADE, L. G. F. ; GUIMARAES, A. J. ; **ZANETI JR., Hermes** . Resultado das Ações Improbidade Administrativa no Estado do Espírito Santo e a Duração Razoável do Processo no Tribunal de Justiça. In: Edilson Vitorelli; Gustavo Osna; Hermes Zaneti Júnior; Luís Alberto Reichelt; Marco Félix Jobim; Sérgio Cruz Arenhart.. (Org.). Coletivização e Unidade do Direito. Vol. IV. 1ed.Londrina/PR: Thoth, 2023, v. 1, p. 413-436.

5.

ZANETI JR., Hermes. APLICACIÓN SUPLETORIA, SUBSIDIARIA Y RESIDUAL DEL CPC AL CPP. PRECEDENTES NORMATIVOS FORMALMENTE VINCULANTES EN EL PROCESO PENAL Y SU DOBLE FUNCIÓN. PRO FUTURO IN MALAM PARTEM (MATERIA PENAL) Y TEMPUS REGIT ACTUM (MATERIA PROCESAL PENAL) .. In: José L. Cusi Alanoca. (Org.). Epítome disruptivo en el Derecho contemporáneo. Política Criminal, Teoría, Dogmática y Proceso. 1ed.Barcelona: Bosch Editorial, 2023, v. 1, p. 839-857.

6.

ZANETI JR., Hermes; GONCALVES FILHO, E. S. . A Defensoria Pública após 35 Anos de sua Nacionalização: O Que Dizer?. In: Gustavo F. Dayrell de Magalhães Santos; Marina Buck Carvalho Sampaio; Maurício S. B. Guedes; Renata M. de Souza. (Org.). A Defensoria Pública e os 35 Anos da Constituição Federal. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2023, v. 1, p. 563-580.

7.

ZANETI JR., Hermes; ALVES, GUSTAVO SILVA . Ministério Público e o Processo Coletivo Resolutivo. Manual de Resolutividade do Ministério Público. 1ed.Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2023, v. 1, p. 186-228.

8.

CARVALHO, D. W. ; **ZANETI JR., Hermes** . O Direito Processual dos Desastres e o Papel das Cortes Judiciais na Prevenção e no Preparo aos Desastres. In: João Batista Lopes; Maria Elizabeth de Castro Lopes; Mirna Cianci; Gregório Assagra de Almeida. (Org.). Processo Civil. Questões Controvertidas. Estudos em Homenagem ao Professor Ólavo de

9.

ZANETI JR., Hermes; GONCALVES FILHO, E. S. . Do Incidente de Vulnerabilidade: Uma Primeira Aproximação. In: Juraci Mourão Lopes Filho; Juvêncio Vasconcelos Viana; Paula Saleh Arbs. (Org.). Direito, Processo e Novas Tecnologias. 1ed.Fortaleza: Unichristus, 2023, v. 1, p. 9-18.

10.

FONSECA, B. G. B. ; **JUNIOR, HERMES ZANETI** ; SCHIMIDT, R. B. . Algumas reflexões sobre a legitimação adequada e a representação adequada na celebração do compromisso de ajustamento de conduta a partir do Desastre do Rio Doce. In: Marcelo Navarro Ribeiro Dantas; Paulo Dias de Moura Ribeiro; Ricardo Henry; Marques Dip; Thereza Arruda Alvim; Teresa Arruda Alvim; Eduardo Aranha Alves Ferreira; Igor Martins da Cunha; Vinicius Bellato Ribeiro de Carvalho. (Org.). Temas Atuais de Direito Processual. Estudos em Homenagem ao Professor Eduardo Arruda Alvim. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, v. 1, p. 1037-1074.

11.

ZANETI JR., Hermes. A Liquidação e Execução dos Direitos Individuais Homogêneos por Decisão Mandamental e o Acesso à Justiça. Homanagem ao Prof. Dr. Sergio Cruz Arenhart. Coletivização e Unidade do Direito. Estudos em Homenagem ao Professor Sérgio Cruz Arenhart. 1ed.Londrina: Thoth, 2022, v. III, p. 207-226.

12.

ZANETI JR., Hermes. Natureza Processual e a Inaplicabilidade da Prescrição Intercorrente para o Passado: Comentários ao art. 23, § 4º e 5º, LIA com as alterações da Lei Federal nº 14.230/2021. In: Eduardo Augusto Salomão Cambi; Emerson Garcia; Hermes Zaneti Júnior. (Org.). Improbidade Administrativa. Principais Alterações Promovidas pela Lei 14.230/2021. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2022, v. 1, p. 567-602.

13.

ZANETI JR., Hermes. O Ministério Público e o Processo Estrutural Coletivo para Controle Judicial de Políticas Públicas: Homenagem a Marc Galanter. In: Flávio Luiz Yarshell; Susana Henriques da Costa; Marcelo Veiga Franco. (Org.). Acesso à Justiça, Direito e Sociedade: Estudos em Homenagem ao Professor Marc Galanter. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. 1, p. 402-431.

14.

MARCHESAN, A. M. M. ; **ZANETI JR., Hermes** . "Novas Reflexões" sobre as Decisões Monocráticas na Esfera Cível em Casos de Intervenção Obrigatória do Ministério Público - Limites e Nulidades. In: Michael Schneider Flach. (Org.). Ministério Público, Estado de Direito, Justiça e Sociedade Contemporânea. 1ed.São Paulo/SP: Tirant lo Blanch, 2022, v. 1, p. 253-278.

15.

DIDIER JR, Fredie. ; **ZANETI JR., Hermes** ; PEIXOTO, R. . Brazilian precedents in Covid-19 - Supreme Courts Matters?. In: Anna Nylund; Bart Krans. (Org.). Civil Courts Coping with Covid-19. 1ed.The Hague: Eleven, 2021, v. 1, p. 25-34.

16.

ZANETI JR., Hermes. O Paradoxo de Humberto Ávila: o Elogio da Interpretação e a Interpretação Cética, Moderada e Responsável. In: Daniel Mitidiero; Pedro Adamy. (Org.). Direito, Razão e Argumento - A Reconstrução dos Fundamentos Democráticos e Republicanos do Direito Público com base na Teoria do Direito. Liber Amicorum Professor Humberto Ávila. 1ed.Salvador: Juspodivm/Malheiros, 2021, v. 1, p. 135-160.

17.

ZANETI JR., Hermes. Collective Redress in Brazil: Success or Disappointment?. In: alan Uzelac; Stefaan Voet. (Org.). Class actions in Europe. Holy grail or a wrong trail?. 1ed.Cham: Springer, 2021, v. 1, p. 342-368.

18.

ZANETI JR., Hermes; SOUSA, P. I. . Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes em Âmbito Penal e sua Dupla Função: pro futuro in malam partem (matéria penal) e tempus regit actum (matéria processual penal). In: Cláudio Alberto Gabriel Guimarães; Marcia Haydée Porto de Carvalho; Cássius Guimarães Chai. (Org.). Passado, Presente e Futuro do Ministério Público Brasileiro: Livro Comemorativo dos 50 Anos da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2021, v. 1, p. 159-178.

19.

ZANETI JR., Hermes. Procedural Obligations and the Cooperation Principle: A Brazilian Perspective (Cooperation towards the Process). Zeitschrift für Zivilprozess International Jahrbuch des Internationalen Zivilprozessrechts. 1ed.Köln: Wolters Kluwer Deutschland, 2021, v. 25, p. 197-216.

20.

JUNIOR, HERMES ZANETI. Processo Coletivo e Constituição: A Aplicação Direta do CPC ao Microsistema dos Processos Coletivos. In: Enoque Ribeiro dos Santos; Felipe de Melo Barbosa. (Org.). Fundamentos do Processo Coletivo do Trabalho. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. 1, p. 55-97.

21.

DIDIER JR, Fredie. ; **ZANETI JR., Hermes** . Princípio da competência adequada, conflitos coletivos multipolares e competências materiais distintas. In: Arlete Inês Aurelli; Arruda Alvim; Eduardo Arruda Alvim; Igor Martins da Cunha; Luiz Fernando do Vale Almeida Guilherme; Marcos da Costa; Teresa Arruda Alvim e Vinicius Bellato Ribeiro de Carvalho. (Org.). Estudos em Homenagem à Professora Thereza Alvim - Controvérsias de Direito Processual Civil: 5 anos do CPC/2015. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 169-178.

22.

DIDIER JR, Fredie ; **ZANETI JR., Hermes** ; ALVES, Gustavo Silva . Intervenção dos Membros de Grupo no Julgamento de Casos Repetitivos. In: Dierle Nunes; Fabrício Veiga Costa; Magno Federici Gomes. (Org.). Processo Coletivo, desenvolvimento sustentável e tutela diferenciada dos direitos fundamentais: volume 2. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2020, v. 2, p. 258-285.

23.

LINO, Daniela Bermudes ; **ZANETI JR., Hermes** ; SILVA, L. F. ; ANDRADE, L. G. F. ; BERGER, P. P. . O Tempo da Improbidade Administrativa no Espírito Santo. In: Edilson Vitorelli; Gustavo Osna; Hermes Zaneti Jr.; Luís Alberto Reichelt; Marco Felix Jobim; Sérgio Cruz Arenhart. (Org.). Coletivização e unidade do direito Vol. II. 1ed.Londrina: Thoth, 2020, v. 2, p. 151-184.

24.

STADLER, A. ; JEULAND, E. ; SMITH, V. ; MARCUS, R. ; CASHMAN, P. ; HAN, C. ; **ZANETI JR., Hermes** . ERCP Collective Redress and the Wider World. In: Astrid Stadler; Emmanuel Jeuland; Vincent Smith. (Org.). Collective and Mass Litigation in Europe - Model Rules for Effective Dispute Resolution. 1ed.Cheltenham: Edward Elgar, 2020, v. 1, p. 310-352.

25.

ZANETI JR., Hermes. Os casos repetitivos no Brasil: notas sobre a agregação de litígios, o processo coletivo e os precedentes vinculantes no cpc. In: Adrian Simons; Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Alvaro Pérez Ragone; Paulo Henrique dos Santos Lucon. (Org.). Estudos em Homenagem a

26.

ZANETI JR., Hermes; MOSCHEN, V. R. B. ; LINO, Daniela Bermudes . A autonomia da vontade como expressão democrática do exercício jurisdicional: a cláusula de eleição de foro na harmonização jurídica multilateral e regional e no Código de Processo Civil Brasileiro de 2015. In: ZANETI JR., Hermes; RODRIGUES, Marco Antônio. (Org.). COLEÇÃO GRANDES TEMAS DO NOVO CPC - V.13 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (2019). 1ed.Salvador: Editora JusPodivm, 2019, v. 13, p. 457-480.

27.

ZANETI JR., Hermes; JEVEAUX, Geovany Cardoso . Controle difuso no novo CPC. In: CUNHA JÚNIOR, Dirley da; NOVELINO, Marcelo; MINAMI, Marcos Youji. (Org.). Repercussões do Novo CPC: Repercussões do CPC no controle concentrado de constitucionalidade. 1ed.Salvador: Editora JusPodivm, 2019, v. 17, p. 215-242.

28.

ZANETI JR., Hermes; DIDIER JR., Fredie ; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de . Notas sobre las decisiones estructurantes. In: PRIORI POSADA, Giovanni F.. (Org.). Justicia y proceso en el siglo XXI - desafíos y tareas pendientes. 1ed.Lima: Palestra Editores, 2019, v. 1, p. 545-558.

29.

ZANETI JR., Hermes. O Princípio da Cooperação e o Código de Processo Civil: Cooperação para o Processo. In: ZANETI JR., Hermes; RODRIGUES, Marco Antônio. (Org.). Coleções Grandes Temas do Novo CPC, Cooperação Internacional. 1ed.Salvador: Editora JusPodivm, 2019, v. 13, p. 142-153.

30.

ZANETI JR., Hermes. Ativismo da lei e da constituição na tutela coletiva brasileira: processos estruturais, processos complexos e litígios de difusão irradiada. In: NUNES, Dierle; COSTA, Fabrício Veiga; GOMES, Magno Federici. (Org.). Processo Coletivo, Desenvolvimento Sustentável e Tutela Diferenciada dos Direitos Fundamentais. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 407-428.

31.

ZANETI JR., Hermes. O Princípio da Cooperação e o Código de Processo Civil: Cooperação para o Processo. In: PEREIRA, Diogo Abineder Ferreira Nolasco; DEP PUPO, Thaís Milani.

32.

ZANETI JR., Hermes. Modelos de Processo Coletivo: Ações Coletivas e o Código de Processo Civil Brasileiro de 2015. In: PEREIRA CAMPOS, Santiago. (Org.). Justicia Colectiva en Iberoamérica. 1ed.Montevideo: La Ley Uruguay, 2019, v. , p. 511-556.

33.

ZANETI JR., Hermes. Les litiges en série au Brésil. Note sur l'agrégation des litiges, la procédure collective et la règle du précédent dans le Code procédure civile brésilien CPC/15. In: FERRAND, Frédérique; CADIET, Loïc.. (Org.). Les Singularités Brésiliennes du Procès Civil à L'Épreuve du Système Français de Justice. 1ed.Paris: Société de Législation Comparée, 2019, v. 38, p. 43-62.

34.

ZANETI JR., Hermes; MADUREIRA, Claudio Penedo . Processos Estruturais e Formalismo-Valorativo. In: ZANETI JR., H.; CABRAL, A. P.; SEDLACEK, F.; SICA, H.. (Org.). Temas de Direito Processual Contemporâneo: III Congresso Brasil-Argentina de Direito Processual. 1ed.Serra: Milfontes, 2019, v. I, p. 709-781.

35.

ZANETI JR., Hermes; ALVES, GUSTAVO SILVA . O Inquérito civil como instrumento formal para apuração dos atos de improbidade administrativa.. In: Cláudio Smirne Diniz; Mauro Sérgio Rocha; Renato de Lima Castro. (Org.). Aspectos controvertidos da Lei de Improbidade Administrativa: uma análise crítica a partir dos julgados dos Tribunais Superiores. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2018, v. 2, p. 29-49.

36.

ZANETI JUNIOR, H.. O Princípio da Cooperação e o Código de Processo Civil: Cooperação para o Processo. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon; Juliana Cordeiro de Faria; Edgard Audomar Marx Neto; Ester Camila Gomes Norato Rezende. (Org.). Processo Civil Contemporâneo: Homenagem Aos 80 Anos do Professor Humberto Theodoro Júnior. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2018, v. , p. 142-153.

37.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O processo de execução no Código de Processo Civil brasileiro de 2015 e o direito fundamental à tutela processual do crédito. In: Rogéria Dotti; Sergio Arenhart; Daniel Mitidiero. (Org.). O Processo Civil entre

38.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O Modelo dos Precedentes no Código de Processo Civil Brasileiro. In: Ingo wolfgang Sarlet; Marco Félix Jobim. (Org.), Precedentes Judiciais - Diálogos Transnacionais. 1ed.Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018, v. 1, p. 105-119.

39.

ZANETI JR., Hermes; PEREIRA, C. F. B. . Teoria da decisão judicial: uma ponte entre hermenêutica e analítica?. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr. (Org.). Doutrinas Essenciais - Novo Processo Civil: Sentença e Coisa Julgada.. 2ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, v. 5, p. 341-373.

40.

PEREIRA, C. F. B. ; ZANETI JUNIOR, Hermes . Por que o Poder Judiciário não legisla no modelo de precedentes do Código de Processo Civil de 2015?. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr. (Org.). Doutrinas Essenciais - Novo Processo Civil: Precedentes, Execução, Procedimentos Especiais.. 2ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, v. 6, p. 203-220.

41.

ZANETI JR., Hermes; PEREIRA, C. F. B. . O mito dos juízes legisladores: o Código de Processo Civil e os precedentes. In: Helder Moroni Câmara; Lúcio Delfino; Luiz Eduardo Ribeiro Mourão; Rodrigo Mazzei. (Org.). Aspectos Polêmicos do Novo Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Almedina, 2018, v. 2, p. 1-10.

42.

MAZZEI, R. ; ZANETI JR., Hermes . A intervenção móvel no microssistema do processo coletivo: notas especiais sobre sua relevância no processo civil ambiental (artigos 6º, § 3º, da LAP e 17, § 3º, da LIA). In: Guilherme Guimarães Feliciano; João Urias; Ney Maranhão. (Org.). Direito Ambiental do Trabalho: apontamentos para uma teoria geral. 1ed.São Paulo: LTr, 2017, v. 3, p. 321-342.

43.

ZANETI JR., Hermes. O Ministério Público e as Normas Fundamentais do Direito Processual Civil Brasileiro. In: Robson Renault Godinho; Susana Henriques da Costa. (Org.). COLEÇÃO REPERCUSSÕES DO NOVO CPC - MINISTÉRIO PÚBLICO. 2ed.Salvador: JusPodivm, 2017, v. 6, p. 401-464.

44.

ZANETI JR., Hermes. Poderes do relator e precedentes no CPC/15: perfil analítico do art. 932, IV e V. In: DIERLE NUNES; ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES; FERNANDO GONZAGA JAYME. (Org.). A Nova Aplicação da Jurisprudência e Precedentes no CPC/2015. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. , p. 525-544.

45.

ZANETI JR., Hermes. Litigiosidade Repetitiva? Avanços, desafios e perspectivas de futuro. In: Fernando Gonzaga Jayme; Renata C. Vieira Maia; Ester Camila Gomes Norato Rezende; Helena Lana Figueiredo. (Org.). Inovações e Modificações do Código de Processo Civil. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2017, v. , p. 487-506.

46.

ZANETI JR., Hermes; CARDOSO, Juliana Provedel ; LUCENA, Tamyres Tavares . Direito Processual Coletivo. In: Roberval Rocha; Ravi Peixoto. (Org.). Enunciados FPPC Comentados. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2017, v. 1, p. 905-916.

47.

ZANETI JR., Hermes. CPC/2015 e a ruptura do paradoxo entre o Ministério Público da Legalidade o Ministério Público Constitucional. In: Robson Renault Godinho; Susana Henriques da Costa. (Org.). COLEÇÃO REPERCUSSÕES DO NOVO CPC - MINISTÉRIO PÚBLICO. 2ed.Salvador: Juspodivm, 2017, v. 6, p. 25-62.

48.

ZANETI JR., Hermes; DIDIER JR, Fredie . Justiça multiportas e tutela constitucional adequada: autocomposição em direitos coletivos.. COLEÇÃO GRANDES TEMAS DO NOVO CPC - JUSTIÇA MULTIPORTAS. 2ed.Salvador: Juspodivm, 2017, v. 9, p. 35-65.

49.

ZANETI JR., Hermes. El nuevo código de proceso civil brasileño de 2015 y los conflictos jurídicos: el derecho procesal como un camino para la paz social. In: AZARI, Roland. (Org.). Revista de derecho procesal. Los contratos y el negocio jurídico procesal. 1ed.Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2017, v. 2, p. 583-614.

50.

ZANETI; DIDIER JR, Fredie . O CPC-2015 e a reconvenção em processo coletivo. In: DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. (Org.). Coleção Repercussões do Novo CPC: Processo Coletivo, v. 8. 8ed.Salvador: JusPodivm, 2016, v. , p. 511-514.

51.

ZANETI JUNIOR, Hermes. A legalidade na era da proteção das necessidade de tutela: princípio da constitucionalidade e legalidade ampla. In: fredie didier jr; dierle nunes; alexandre freire. (Org.). normas fundamentais. 1ed.Salvador: Jus Podivm, 2016, v. 8, p. 175-196.

52.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Comentários ao arts. 176 a 181 - Título V - Do Ministério Público. In: Lenio Luiz Streck; Dierle Nunes; Leonardo Carneiro da Cunha. (Org.). Comentários ao Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1, p. 260-282.

53.

ZANETI JUNIOR, Hermes. A tutela dos direitos coletivos deve ser preservada no Novo Código de Processo Civil: o modelo combinado de remédios e direitos como garantia de tutela. In: Hermes Zaneti Jr.. (Org.). Repercussões do novo CPC. Processo Coletivo.. 1ed.Salvador: Jus Podivm, 2016, v. 8, p. 23-48.

54.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Aplicação supletiva, subsidiária e residual do CPC ao CPC: precedentes normativos formalmente vinculantes no processo penal e sua dupla função. In: Antonio do Passo Cabral, Eugênio Pacelli, Rogerio Schietti Cruz. (Org.). Repercussões do Novo CPC: Processo Penal. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2016, v. 13, p. 453-468.

55.

COPETTI NETO, A. ; ZANETI JR, H. ; ZANETI JUNIOR, H. . Os deveres de coerência e integridade: a mesma face da medalha? A convergência de conteúdo entre Dworkin e MacCormick na teoria dos precedentes judiciais normativos formalmente vinculantes. In: STRECK, Lenio Luiz; ARRUDA ALVIM, Eduardo; LEITE, George Salomão.. (Org.). Hermenêutica e Jurisprudência no novo Código de Processo Civil: Coerência e Integridade. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1, p. 135-155.

56.

ZANETI JUNIOR, Hermes; AMORIM, H. M. . Ministério Público na intervenção protetiva dos direitos fundamentais e a ?disponibilidade motivada?: para além dos pareceres. In:

57.

DIDIER JR, Fredie ; ZANETI JR., Hermes . Ações Coletivas e o Incidente de Julgamento de Casos Repetitivos - Espécies de Processo Coletivo no Direito Brasileiro. In: Fredie Didier Jr.; Leonardo Carneiro da Cunha. (Org.). COLEÇÃO GRANDES TEMAS DO NOVO CPC - V.10 - JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS (2017). 1ed.Salvador: Juspodivm, 2016, v. v. 10, p. 181-192.

58.

DIDIER JR, Fredie ; ZANETI JR., Hermes . Justiça multiportas e tutela constitucional adequada: autocomposição em direitos coletivos. In: Hermes Zaneti Jr e Trícia Navarro Xavier Cabral. (Org.). COLEÇÃO GRANDES TEMAS DO NOVO CPC - V.9 - JUSTIÇA MULTIPORTAS (2017) Mediação, Conciliação, Arbitragem e outros meios de solução adequada de conflitos. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2016, v. 1, p. 35-66.

59.

ZANETI JR., Hermes. Brazilian Civil Procedure in the "Age of Austereity"? Effectiveness, Speed, and Legal Certainty: Small Claims, Uncontested Claims, and Simplification of Judicial Decisions and Proceedings. Eppur Si Muove: The Age of Uniform Law. Essays in Honour of Michael Joachim Bonell to Celebrate his 70th Birthday. V.2ed.Roma: UNIDROIT, 2016, v. , p. 921-952.

60.

ZANETI JUNIOR, H.; MOSCHEN, V. R. B. . Temas controversos do Direito Processual Civil Internacional: A Cláusula de Eleição de Foro e os Limites do Exercício Jurisdicional na Convenção de Haia de 2005 e no Código de Processo Civil Brasileiro de 2015. In: André de Carvalho Ramos.. (Org.). Direito Internacional Privado: Questões Controvertidas. 1ed..Belo Horizonte: .Belo Horizonte: ARRAES, 2016, v. 1, p. 357-372.

61.

ZANETI JR., Hermes. Precedentes normativos formalmente vinculantes: la formalización de las fuentes jurisprudenciales. In: ROLAND, Azari. (Org.). Revista de derecho procesal civil: capacidad, representación y legitimación. 1ed.Santa Fe: Rubinzal Culzoni, 2016, v. 1, p. 489-514.

62.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Execução nos processos coletivos: necessidade de disciplina própria e interpretação flexível. In: Carlos Henrique Bezerra Leite; Lorena de Mello Rezende Colnago; Luiz Eduardo Gunther. (Org.). Execução Trabalhista. 1ed.: LTr, 2015, v. 1, p. 202-212.

63.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Código de processo civil 2015: ruptura do paradoxo entre o ministério público da legalidade e o ministério público constitucional. In: Robson Renault Godinho e Susana Henriques da Costa. (Org.). Repercussões do Novo CPC: Ministério Público. 1ed.salvador: jus podivm, 2015, v. 6, p. 43-60.

64.

ZANETI JUNIOR, Hermes; MAZZEI, R. . Mandado de injunção como instrumento de solução das lacunas legais ("fracas-fortes") no direito brasileiro. Doutrinas essenciais - Direito Constitucional. 1ed.São Paulo: RT, 2015, v. 10, p. 1231-1270.

65.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Constitucionalismo garantista e precedentes vinculantes em matéria ambiental. Limites e vínculos ao ativismo judicial contrário ao meio ambiente.. In: Clémerson Merlin Cleve. (Org.). Doutrinas essenciais - Direito Constitucional. 1ed.São Paulo: RT, 2015, v. 7, p. 1367-1400.

66.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Precedentes (treat like cases alike) e o novo Código de Processo Civil - Universalização e vinculação horizontal como critérios de racionalidade e a negação da "jurisprudência persuasiva" como base para uma teoria e dogmática dos precedentes no Brasil. Doutrinas essenciais - Direito Constitucional. 1ed.São Paulo: RT, 2015, v. 1, p. 465-526.

67.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . A disciplina dos honorários no processo coletivo-modelo brasileiro e seu eventual desenvolvimento dogmático. In: Rodrigo Mazzei e Marcellus Polastri. (Org.). Honorários de advogado: aspectos materiais e processuais. Ensaio atualizados com a redação do projeto de novo código de processo civil. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, v. 1, p. 295-312.

68.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Cortes Supremas e Interpretação do Direito. In: Isabel Gallotti; Bruno Dantas; Alexandre Freire;

69.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Brasil: Um País de "Common Law"? As Tradições Jurídicas de "Common Law" e "Civil Law" e a Experiência da Constituição Brasileira como Constitucionalismo Híbrido. In: Fredie Didier Jr; Pedro Henrique Pedrosa Nogueira; Roberto Campos Gouveia Filho. (Org.). Pontes de Miranda e o Direito Processual. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2013, v. 1, p. 421-464.

70.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Da lei à Constituição: a positivação dos direitos difusos e coletivos na Constituição brasileira. In: Geovany Cardoso Jeveaux. (Org.). Uma Teoria da Justiça para o Acesso à Justiça. 1ed.Rio de Janeiro: GZ, 2012, v. 1, p. 267-295.

71.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Relações entre processo coletivo e o processo individual. In: Fredie Didier Jr; Rodrigo Mazzei; José Henrique Mouta. (Org.). Tutela Jurisdicional Coletiva. 1ed.salvador: juspodivm, 2012, v. 1, p. 293-308.

72.

ZANETI JUNIOR, Hermes; GOMES, Camilla de Magalhães . O Processo Coletivo e o Formalismo-Valorativo como Nova Fase Metodológica do Processo Civil. In: Fredie Didier Jr; Rodrigo Mazzei; José HEnrique Mouta. (Org.). Tutela Jurisdicional Coletiva. 1ed.salvador: juspodivm, 2012, v. 1, p. 309-326.

73.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DIDIER JR, Fredie . Coisa julgada no processo judicial de Improbidade Administrativa. In: Cristiano Chaves de Farias; Alexandre Albagli Oliveira; Luciano Taques Ghignone. (Org.). Estudos sobre improbidade administrativa: em homenagem ao professo J.J. Calmon de Passos. 2ed.salvador: juspodivm, 2012, v. 1, p. 419-430.

74.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O Modelo Constitucional do Processo Civil Brasileiro Contemporâneo. In: Daniel Mitidiero; Guilherme Rizzo Amaral; Maria Angélica Echer Ferreira Feijó. (Org.). Processo Civil: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. 1ed.São Paulo: Atlas, 2012, v. 1, p. 199-225.

75.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Processo e Direito Fundamental ao Meio Ambiente Urbano: A "Nova Execução" e os Direitos-Deveres do Poder-Público no Parcelamento do Solo. In: Francisco Vieira Lima Neto; Gilberto Fachetti Silvestre; Marcellus Polastri Lima; Margareth Vetis Zaganelli. (Org.). Temas Atuais de Direito: Estudos em Homenagem aos 80 anos do Curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, v. 1, p. 349-362.

76.

DIDIER JR, Fredie ; ZANETI JUNIOR, Hermes . Princípio da Adequação Jurisdicional do Processo Coletivo - Benfazeja Proposta Contida no Projeto de Nova Lei de Ação Civil Pública. In: Maria Clara Gozzoli; Mirna Ciani; Petrônio Calomoni; Rita Quartieri.. (Org.). Em Defesa de Um Novo Sistema de Processos Coletivos: Estudos em Homenagem a Ada Pellegrini Grinover. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2010, v. 1, p. 245-254.

77.

DIDIER JR, Fredie ; ZANETI JUNIOR, H. . Coisa Julgada no Processo Jurisdicional de Improbidade Administrativa. In: Flávio Cheim Jorge; Marcelo Abelha Rodrigues; Eduardo Arruda Alvim.. (Org.). Temas de Improbidade Administrativa. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, v. 1, p. 345-354.

78.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O controle de constitucionalidade ambiental mediante o ajuizamento de ação civil pública. In: Jarbas Soares Júnior e Luciano José Alvarenga. (Org.). Direito Ambiental no STJ. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2010, v. 01, p. 117-140.

79.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Os direitos individuais homogêneos e o neoprocessualismo. In: Guilherme José Purvin de Figueiredo e Marcelo Abelha Rodrigues. (Org.). O novo processo civil coletivo. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, v. 1, p. 137-160.

80.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O mandado de segurança coletivo e os anteprojetos de código brasileiro de processos coletivos (CBPC/IBDP e CBPC/UERJ/UNESA). In: José Henrique Mouta e Fredie Didier Jr.. (Org.). Tutela jurisdicional coletiva. 1ed.Salvador: Jus Podivm, 2009, v. 1, p. 237-260.

81.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Direito probatório, lógica jurídica e processo: a racionalidade prática procedimental e o retorno ao juízo. In: Daniel Amorin Assumpção Neves. (Org.). Provas: aspectos atuais do direito probatório. 1ed.Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2009, v. 1, p. 179-228.

82.

ZANETI JUNIOR, Hermes. A Fragilização do Sistema Codificado e a Jurisprudência como Fonte Primária do Direito. In: Claudio Penedo Madureira. (Org.). Temas de Direito Público - A Importância da Advocacia Pública para a Aplicação do Direito. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2009, v. 1, p. 81-106.

83.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Democracia e Judiciário na (Re) Politização do Direito: notas sobre o papel dos juízes e do Judiciário em um modelo deliberativo-procedimental de democracia (parte I). In: Joés Miguel Garcia Medina; Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz; Luís Otavio Sequeira de Cerqueira; Luiz Manoel Gomes Junior. (Org.). Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais: Estudos em Homenagem à Prof. Teresa Arruda Alvim Wambier. 1ed.São Paulo: RT, 2008, v. 1, p. 199-218.

84.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Regime Jurídico da Prescrição e da Decadência dos Direitos Coletivos Lato Sensu. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fabiano Carvalho; Rodrigo Barioni. (Org.). Aspectos Processuais do Código de Defesa do Consumidor. 1ed.São Paulo: RT, 2008, v. 1, p. 109-130.

85.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Mandado de Segurança Coletivo. In: Fredie didier Jr.. (Org.). Ações Constitucionais. 3ed.Salvador: JusPodivm, 2008, v. 1, p. 157-210.

86.

ZANETI JUNIOR, Hermes. A efetividade do mandado de segurança coletivo no Código Brasileiro de Processos Coletivos. In: Ada Pellegrini Grinover; Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; Kazuo Watanabe. (Org.). Direito Processual Coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos. 2eded.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, v. 1, p. 388-402.

87.

ZANETI JUNIOR, Hermes. teoria circular dos planos. In: Fredie didier Jr. (Org.). Leituras Complementares de Processo Civil - 5ª edição - revista e ampliada. Seded.Salvador: Jus Podivm, 2007, v. 1, p. -.

88.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Comentários aos Artigos 690-A ao 704.. In: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. (Org.). A Nova Execução de Títulos Extrajudiciais. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2007, v. 1, p. 130-151.

89.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Comentário ao Art. 5o. da Lei 11.382, de 6 de dezembro de 2006 - Difícil Engenharia. In: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. (Org.). A Nova Execução de Títulos Extrajudiciais. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2007, v. 1, p. 253-.

90.

ZANETI JR, Hermes. Teoria circular dos planos (direito material e direito processual). In: Fábio Cardoso Machado; Guilherme Rizzo Amaral. (Org.). Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo. 1ed.Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, v. 1, p. 165-196.

91.

ZANETI JR, Hermes; MAZZEI, R. . Ação monitória: primeiras impressões após a Lei n. 11.232/05. In: Paulo Hoffman; Leonardo Ferres da Silva Ribeiro. (Org.). Processo de Execução Civil: Modificações da Lei 11.232/05. Sao Paulo: Quartier Latin, 2006, v. , p. 249-274.

92.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Derechos Colectivos Lato Sensu. In: Juan Jose Monroy Palacios. (Org.). Revista Peruana de Derecho Procesal. 9ed.Lima: Estudio Monroy, 2006, v. IX, p. 625-650.

93.

ZANETI JR, Hermes. Direitos Coletivos lato sensu: a definição conceitual dos direitos difusos, dos direitos coletivos stricto sensu e dos direitos individuais homogêneos. In: Guilherme Rizzo Amaral; Márcio Louzada Carpena. (Org.). Visões Críticas do Processo Civil Brasileiro: uma homenagem ao Prof. Dr. José Maria Rosa Tesheiner. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, v. , p. 227-244.

94.

ZANETI JR, Hermes. Eficácia e Efeitos nas Sentenças Cíveis: o Direito Material e a Definição de Eficácia Natural Postos em Distinção com a Eficácia Processual Sentencial. In: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. (Org.). Eficácia e coisa julgada. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2005, v. 1, p. 49-60.

95.

ZANETI JR, Hermes. A Eficácia Constitutiva da Sentença. As sentenças de Eficácia Preponderantemente Constitutiva e a Força Normativa do Comando Judicial. In: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. (Org.). Eficácia e Coisa Julgada. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2005, v. 1, p. 91-114.

96.

ZANETI JR, Hermes. Entre o passado e o futuro: uma breve introdução às incertas dimensões do presente em direito processual civil. In: Hermes Zaneti Junior; Daniel Mitidiero. (Org.). Introdução ao estudo do direito processual civil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004, v. , p. 11-22.

97.

ZANETI JR, Hermes. Processo constitucional: relações entre processo e constituição. Introdução ao estudo do processo civil. : , 2004, v. , p. 23-62.

98.

ZANETI JR, Hermes. A jurisprudência do STF e o Protocolo do Mercosul para Cooperação Jurisdicional em Medidas Cautelares - Perfil de um processo transnacional para a efetividade. In: Hermes Zaneti Junior; Daniel Mitidiero. (Org.). Introdução ao estudo do processo civil. : , 2004, v. , p. 231-272.

99.

ZANETI JR, Hermes. Os novos writs constitucionais brasileiros na esfera civil: mandado de segurança coletivo, habeas data e mandado de injunção.. In: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. (Org.). Processo e Constituição. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2004, v. 1, p. 303-326.

100.

ZANETI JR, Hermes. Derechos colectivos lato sensu: la definición conceptual de los derechos difusos, de los derechos colectivos stricto sensu y de los derechos individuales homogéneos. In: Antonio Gidi; Eduardo Ferrer Mac-Gregor.

(Org.). La tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales homogéneos - hacia un código modelo para iberoamerica. 1ed.México DF: Editorial Porrúa, 2003, v. 1, p. 45-62.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

ZANETI JR., Hermes; LINO, Daniela Bermudes . Os painéis do CNJ e os dados da efetividade das ações coletivas no Brasil. Consultor Jurídico (CONJUR), 20 mar. 2019.

2.

ZANETI JR., Hermes; LINO, Daniela Bermudes . Alerta para a prescrição das pretensões individuais no Caso Rio Doce. Justificando, 24 out. 2018.

3.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Crimes Ambientais. AESMP em FOCO, Vitória - Espírito Santo, p. 18 - 18, 01 fev. 2009.

4.

ZANETI JR., Hermes; LOPES, A.S . Prescritibilidade da ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil: análise da ratio decidendi do precedente STF/RE nº 669.069/MQ. Interesse Público REVISTA BIMESTRAL DE DIREITO PUBLICO, p. 75.

5.

ZANETI JR., Hermes; DIDIER JR, Fredie. . Las Acciones Colectivas y el Enjuiciamiento de Casos Repetitivos: dos Tipos de Proceso Colectivo en el Deerecho Brasileiro. International Journal of Procedural Law, p. 266 - 275.

6.

ZANETI JR., Hermes; DIDIER JR., Fredie ; CABRAL, A. P. ; MITIDIERO, D. . Questões procedimentais sobre o julgamento pelo STF do HC de Lula: três teses, colheita de votos e proclamação do resultado. Jota.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

ZANETI JUNIOR, Hermes; MAZZEI, R. . Mandado de Injunção e Garantismo Constitucional: Uma Junção Possível. In: I Encontro de Internacionalização do CONPEDI, 2015, Barcelona. I Encontro de Internacionalização do CONPEDI. Barcelona: Ediciones Laborum, 2014. v. 4. p. 237-270.

2.

Marcelo Zenkner ; **ZANETI .** O Regime Geral da Atuação do Ministério Público em Mandados de Segurança e a Obrigatoriedade de Intervenção nos Mandados de Segurança Coletivos. In: XVII Congresso Nacional do Ministério Público, 2007. XVII Congresso Nacional do Ministério Público, 2007. v. 1.

3.

ZANETI JUNIOR, Hermes. A Dignidade da Tutela Coletiva: O Caráter (In)Disponível e (Trans)Individual dos Direitos Individuais Homogêneos para Fins de Tutela. In: XVII Congresso Nacional do Ministério Público, 2007, Salvador/BA. XVII Congresso Nacional do Ministério Público, 2007.

4.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Processo constitucional: reflexões sobre a judicial review e o stare cdecisis no direito brasileiro. In: 1º Congresso Beneficente de Direito Processual Civil, 2005, Porto alegre. Centro de Estudos - TJRS, 2005.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1.

ZANETI JR., Hermes. The Public Prosecutor's Office in Family Civil Procedure: Normative and Cultural Change in the Attributions of the Parquet. In: FEATURES OF FAMILY COURT TRIAL AND ITS REFORM IN CHINA, 2017, Chengdu. FEATURES OF FAMILY COURT TRIAL AND ITS REFORM IN CHINA. Chengdu, 2017. v. 1. p. 46-46.

Apresentações de Trabalho

1.

VADELL, L. B. ; **ZANETI** ; POSADA, G. F. P. . La cosa julgada en los procesos colectivos. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

ZANETI. Ministério Público resolutivo e critérios para o processo estrutural. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

PINTO, B. S. ; COSTAS, R. O. ; **ZANETI** . A reforma do Código Civil e impactos na atuação do Ministério Público. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

ZANETI. A nova morfologia da conflitualidade: Ações coletivas e tutela estrutural. 2024. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

5.

ZANETTI. Autocomposição e efeitos sistêmicos de desastres ambientais - Casos Rio Doce (Mariana) e Brumadinho. 2024. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

6.

ZANETI. From samba to stare decisis: The rhythms of legal precedents in Brazil. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

ZANETI JR., Hermes. Procesos Estructurales. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8.

ZANETI JR., Hermes. Precedentes e Processo Coletivo. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

9.

ZANETI JR., Hermes. Palestra Online - Processo coletivo e precedentes: a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos coletivos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Curso Avançado de Execução no Processo Coletivo com Especial Ênfase no Patrimônio Público. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

11.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O Papel do Judiciário, do Processo Coletivo e do Ministério Público Brasileiro na Tutela do Meio Ambiente: Instrumentos e Perspectivas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Precedente vinculante - Il ruolo del precedente come fonte primaria del diritto. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

13.

ZANETI JUNIOR, H.. La Costituzione Brasiliana come Costituzione di Terza Generazione - Diritti e Garanzie. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Outras produções bibliográficas

1.

ZANETI JR., Hermes. A Função Criadora do Juiz. Do Implemento dos Poderes Judiciais ao Estabelecimento de uma Margem de Segurança para as Decisões Inovatórias. Leme/SP, 2023. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

2.

UZELAC, A. ; **ZANETI JR., Hermes** ; TEMER, P. P. . Estudos Comparados de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. (Tradução/Artigo).

3.

ZANETI JR, Hermes; GONCALVES FILHO, E. S. . Apresentação em Defensoria Pública e a Tutela coletiva de Direitos. Salvador, 2022. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

4.

ZANETI JR., Hermes. Tutela Coletiva. Ações Coletivas e Casos Repetitivos. Curitiba/PR, 2022. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

5.

ZANETI JR., Hermes; II, R. C. R. . Prefácio em O Distinguishing no Modelo de Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes. Curitiba, 2021. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

6.

ZANETI JR., Hermes. Prefácio Responsabilidade Administrativo Disciplinar de Membros do Ministério Público da União. Brasília, 2021. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

7.

ZANETI JR., Hermes. Prefácio em Estudos sobre Direito Processual. Belo Horizonte, 2019. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

8.

ZANETI JR., Hermes; LOPES, A. S. . Prefácio em Precedentes Judiciais e Administração Pública. Constitucionalização, Processo e Litigiosidade. Belo Horizonte, 2019. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

9.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O Modelo Brasileiro de Processo Coletivo - As Ações Coletivas e o Julgamento de Casos Repetitivos. Salvador, 2018. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

10.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Ações Coletivas e Casos Repetitivos - A Vinculação das Decisões no Processo Coletivo. Salvador, 2018. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

11.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Precedentes Vinculantes - Contraditório Efetivo e Técnicas Repetitivas. Belo Horizonte, 2018. (Prefácio, Pós-fácio/Posfácio)>.

12.

ZANETI JUNIOR, Hermes; RODRIGUES, M. A. . Improcedência Liminar do Pedido no Novo CPC - Causas Típicas e Atípicas. Curitiba, 2018. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

13.

SOUZA, A. A. ; **ZANETI JUNIOR, Hermes** ; TRINDADE, A. K. ; SALIM, Alexandre ; COPPETTI, A. ; MENIN, L. . A Democracia Através dos Direitos. O Constitucionalismo Garantista como Modelo Teórico e como Projeto Político. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. (Tradução/Livro).

14.

ZANETI JUNIOR, Hermes; SALIM, Alexandre ; COPPETTI, A. . A Cultura Jurídica Italiana no Séc. XX. São Paulo: Saraiva, 2015. (Tradução/Livro).

15.

SALIM, Alexandre ; **ZANETI JR., Hermes** ; COPPETTI, A. ; CARDEMARTORI, D. ; CADEMARTORI, S. . Por uma Teoria dos Direitos e dos Bens Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. (Tradução/Livro).

16.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O garantismo de Luigi Ferrajoli. São Leopoldo: Unisinos, 2011. (Tradução/Artigo).

17.

ZANETI JUNIOR, Hermes; SALIM, Alexandre . Teoria dos Direitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (Tradução/Outra).

18.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Icebergs de Common Law e Civil Law? Macro-comparação e Micro-comparação Processual e o Problema da Verificação da Verdade. rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (Tradução/Outra).

19.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Reflexões Micro-comparativas Sobre as Ideologias Processuais e a Verificação da Verdade. rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (Tradução/Outra).

20.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Icebergs do Common Law e Civil Law? Macrocomparação e microcomparação processual e o

21.

ZANETI JUNIOR, H.; Carlos Alberto Alvaro de Oliveira . Processo, Ideologias, Sociedade. Porto Alegre: SAFE - Sergio Antonio Fabris - Editor, 2009. (Tradução/Livro).

22.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O Acesso à Justiça como Programa de Reformas e Método de Pensamento. Rio de Janeiro: Forense, 2008. (Tradução/Artigo).

23.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Notas sobre o Precedente Judicial. Rio de Janeiro: Forense/GEN, 2008. (Tradução/Outra).

24.

ZANETI JR, Hermes. Mandado de Segurança Coletivo - desenvolvimento processual e conseqüências 2000 (Dissertação de Mestrado).

25.

ZANETI JR, Hermes. Ensino jurídico: um momento para a reflexão metodológica sob o prisma da pedagogia crítica 1999 (Monografia de mestrado).

26.

ZANETI JR, Hermes. Mens Legis do mandado de segurança coletivo 1999 (Monografia de mestrado).

27.

ZANETI JR, Hermes. Sentença Constitutiva 1999 (Monografia de mestrado).

28.

ZANETI JR, Hermes. As garantias constitucionais da ação 1998 (Monografia do Mestrado).

29.

ZANETI JR, Hermes. A liberdade da vida privada: uma abordagem crítica do exercício da liberdade de informação X a garantia da vida privada 1998 (Monografia de mestrado).

30.

ZANETI JR, Hermes. Os novos writs constitucionais da CF/88: mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, habeas data 1998 (Monografia de Mestrado).

31.

ZANETI JR, Hermes. A constitucionalização do direito na common law norte-americana 1998 (Monografia de mestrado).

32.

ZANETI JR, Hermes. Leasing internacional 1998 (Monografia de mestrado).

33.

ZANETI JR, Hermes. Direito e política 1998 (Monografia de mestrado).

34.

ZANETI JR, Hermes. O contrato de leasing e seus aspectos controversos 1997 (Monografia).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

PEDRA, A. S. ; **ZANETI JUNIOR, Hermes** . Diálogos acadêmicos - Prof. Adriano Sant'Anna Pedra. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

2.

ZANETI JUNIOR, Hermes; VELANDIA, E. . Diálogos Acadêmicos - Prof. Eduardo Velandia - Universidad Libre. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

3.

ZANETI JUNIOR, Hermes; SILVA, C. M. C. . Diálogos Acadêmicos - Profa. Carloina Machado Cyrillo da Silva - UFFRJ/UBA. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

4.

ZANETI JUNIOR, Hermes; FERRAJOLI, L. . Diálogos Acadêmicos - Prof. Luigi Ferrajoli - Universidade de Roma - Universidad de Externado. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

5.

MOGUI, P. E. G. ; **ZANETI JUNIOR, Hermes** . Diálogos Acadêmicos - Prof. Pablo Elías Gonzáles Moguí - Universidad Libre. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

6.

MITIDIERO, Daniel Francisco ; **ZANETI JUNIOR, Hermes** . Diálogos Acadêmicos - Prof. Daniel Mitidiero - UFRGS. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

7.

ZANETI JUNIOR, Hermes; **MITIDIERO, Daniel Francisco** . Diálogos Acadêmicos - Prof. Daniel Mitidiero - UFRGS. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

8.

MITIDIERO, Daniel Francisco ; **ZANETI JUNIOR, Hermes** . Diálogos Acadêmicos - Prof. Daniel Mitidiero - UFRGS. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Redes sociais, websites e blogs

1.

ZANETI; PEREIRA, C. F. B. . CONJUR (Consultor Jurídico) - Precedentes do novo CPC podem contribuir para sistema jurídico mais racional. 2016. (Site).

2.

ZANETI JUNIOR, Hermes. hermes zaneti jr.. 2011; Tema: Filosofia do Direito. Direito e Processo Coletivo. Atualidades Jurisprudenciais e Legais.. (Rede social).

3.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Academia.com. 2011; Tema: Processo Civil, Processo Constitucional, Direito Processual Comparado e Filosofia do Direito. (Rede social).

4.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Hermes Zaneti Junior. 2008; Tema: Docência e Divulgação das Atividades do Prof. Hermes Zaneti Jr e do Grupo de Pesquisa Processo Coletivo - Modelo Brasileiro. (Blog).

Demais tipos de produção técnica

1.

ZANETI. Ass class actions do direito norte-americano: contrapondo com as ações coletivas brasileiras. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2.

ZANETI. Ass class actions do direito norte-americano: contrapondo com as ações coletivas brasileiras. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

4.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento sobre Eficiência Energética. 2019. .

5.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

6.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

7.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

8.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

9.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

10.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

11.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

12.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

13.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

14.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do
PROPAD. 2019. .

15.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

16.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

17.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

18.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

19.

ZANETI JR., Hermes. Curso de Adaptação à Carreira - Promotores de Justiça. 2019. .

20.

ZANETI JR., Hermes. Curso de Adaptação à Carreira - Promotores de Justiça. 2019. .

21.

ZANETI JR., Hermes. MPES Transparente. 2019. .

22.

ZANETI JR., Hermes. Usabilidade de Ferramentas BI. 2019. .

23.

ZANETI JR., Hermes. 24 Curso Nacional de Formação Inicial. 2019. .

24.

ZANETI JR., Hermes. Ponto de Gestão de Processos Judiciários da Disciplina Padrões de Efetividade. 2019. .

25.

ZANETI JR., Hermes. Os Precedentes no Tribunais. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

26.

ZANETI. Curso de Adaptação à Carreira - Promotores de Justiça em Estágio Probatório - 1ª Etapa. 2018. .

27.

ZANETI JR., Hermes. Curso de Adaptação à Carreira - Promotores de Justiça em Estágio Probatório - 1ª Etapa. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

28.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Novo CPC e Ministério Público. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

29.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Processo Coletivo Brasileiro. 2014. .

30.

ZANETI JUNIOR, Hermes; Brunella Vicenzi ; GIDI, A. C. O. . Curso Monográfico de Processo Coletivo. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

31.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Processo coletivo: modelo brasileiro: um modelo de tutela de direitos subjetivos coletivos lato sensu para países de civil law a partir da perspectiva do direito material, direito constitucional, direito comparado e direito processual. 2014. (Relatório de pesquisa).

32.

ZANETI JUNIOR, Hermes. O 'Novo' Mandado de Segurança Coletivo. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

33.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Prática em Processos Coletivos: Prova e Execução. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

34.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Processo Coletivo. 2013. .

35.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Estratégias para a Efetividade das Ações Cíveis Públicas (Ações Coletivas). 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

36.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Manual do Promotor de Justiça do Meio Ambiente - Tutela Penal do Meio Ambiente. 2009. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático e instrucional).

37.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Curso de Pós-graduação "Lato Sensu" em Hermêutica Jurídica e Prática Judicial. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

38.

ZANETI JR, Hermes. Controle de Constitucionalidade - Série Concursos - Editora Verbo Jurídico. 2004. (Conselho Editorial).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

ZANETTI; MADUREIRA, Claudio Penedo; VARGAS, S. M.. Participação em banca de Marcela Rodrigues Pavesi Lopes. Autocomposição na improbidade administrativa: Acordo de não persecução cível e composição do letígio. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

2.

RODRIGUES, M. A.; ZANETTI; SIQUEIRA, T. F. Participação em banca de Vinicius Sena Gomes de Moraes. A cooperação judiciária nacional e a obtenção conjunta da prova de fato comum: Uma alternativa para o tratamento probatório dos direitos individuais homogêneos individualmente postulados. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

3.

MOUSSALLEM, Tárek Moyses; **ZANETI JR., Hermes**; GONCALVES, T. F.; FREIRE JUNIOR, A. B.; ROCHA, C. I.. Participação em banca de Guilherme Vieira Victor de Souza. A Ampliação da Revisibilidade da Má Aplicação de Precedentes para a Integridade do Direito Brasileiro: Por Precedentes Normativos Pragmaticamente Vinculantes. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

4.

ZANETI JR., Hermes; RODRIGUES, M. A.; ZUFELATTO, C.; MAIA, M. C.. Participação em banca de Pedro Pessoa Temer. As Misérias do Habeas Corpus Coletivo. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

5.

CRUZ, C. A. M.; **ZANETI JR., Hermes**. Participação em banca de DILTON DEPES TALLON NETTO. A MORADIA E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 COMO COMPONENTES DO DIREITO À CIDADE. 2023. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

6.

ZANETI JR., Hermes; JEVEAUX, Geovany Cardoso. Participação em banca de RAUNER AILTON BATISTA PEREIRA. A FORMAÇÃO DE PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES POR VIA DE DECISÕES EM SEDE DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

7.

ZANETI JR., Hermes; MADUREIRA, Claudio Penedo; CORREIA, R. D.; PAULA, R. F.. Participação em banca de LUDMILLA NASCIMENTO CORREIA MACEDO. A VINCULATIVIDADE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS AOS CONSELHOS DE CONTRIBUINTES. 2023. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

8.

ZANETI JR., Hermes; ROQUE, A. V.; SCHENK, L. F.. Participação em banca de Matheus Prestes Tavares Duarte. Ministério Público resolutivo e acesso à justiça: fundamentos e instrumentos extrajudiciais de tutela de interesses transindividuais. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

9.

ARENHART, S. C.; OSNA, G.; SCARPARO, E.; **ZANETI JR, Hermes.** Participação em banca de RAQUEL VIEIRA PANIZ. O REGIME DA COISA JULGADA NA TUTELA COLETIVA DE INTERESSES INDIVIDUAIS À LUZ DO CÂNONE DA PROPORCIONALIDADE PANPROCESSUAL. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

10.

ALBUQUERQUE, F. B.; VIANA, J. V.; SILVA, D. S. V.; **ZANETI JR, Hermes.** Participação em banca de Edilson Santana Gonçalves Filho. GRUPOS VULNERÁVEIS, ACESSO À JUSTIÇA E AÇÃO POPULAR. 2022. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará.

11.

ADEODATO, J. M.; **ZANETI JR., Hermes;** FREIRE JUNIOR, A. B.. Participação em banca de Ronald Gomes Lopes. UMA PREJUDICIALIDADE SEMÂNTICA SOBRE O CONCEITO DE SOBERANIA DOS VEREDITOS NO ÂMBITO DA REPERCUSSÃO GERAL Nº1087/STF. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

12.

ZANETI JR., Hermes; FREIRE JUNIOR, A. B.; COURA, A. A.; PEDRA, A. S.. Participação em banca de Rafael Calhau Bastos. O CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO NA CONCEPÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

13.

VENTURI, E.; **ZANETI JR., Hermes;** ARENHART, S. C.; ROTHENBURG, W. C.. Participação em banca de Mauricio Gotardo Gerum. O DILEMA DO CONSENSO NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS METAINDIVIDUAIS. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

14.

NUNES, L. S.; **ZANETI JÚNIOR, HERMES**; COSTA, A. A.; WEIGERT, M. A. B. E.; BAHIA, A. G. M. F. M.. Participação em banca de Josilene Nascimento Oliveira. O PROCESSO ESTRUTURAL COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA IMPOSTA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELECTUAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: um estudo empírico a partir do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Barbacena I- Jorge Vaz. 2022. Dissertação (Mestrado em Novos Direitos, Novos Sujeitos) - Universidade Federal de Ouro Preto.

15.

MADUREIRA, Claudio Penedo; **ZANETI JR., Hermes**; PEDRA, A. S.. Participação em banca de Carlos André Luís Araújo. Orientações Administrativas vinculantes e Precedentes: Critérios para a Utilização de Instrumentos de Uniformização de Posicionamentos Jurídicos no âmbito Administrativo. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

16.

JEVEAUX, Geovany Cardoso; **ZANETI JR., Hermes**; FREIRE JUNIOR, A. B.. Participação em banca de Luis Henrique Silva de Oliveira. Proporcionalidade e Precedentes Obrigatórios. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

17.

MITIDIERO, D.; CABRAL, A. P.; CYRILO, A. R.; **ZANETI JR., Hermes**. Participação em banca de João Leite Mendonça Tavares. O princípio do contraditório no devido processo legislativo de criação das leis. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

18.

GUEDES, J. C.; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de MURÍLO LAUREANO PINTO. STARE DECISIS A BRASILEIRA: A POLÍTICA PÚBLICA JURISPRUDENCIAL DE ESTABILIZAÇÃO DO DIREITO PELA INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília.

19.

THEODORO JR, H.; MAIA, R. C. V.; FRANCO, M. V.; ALMEIDA, J. A.; ZANETI JUNIOR, H.. Participação em banca de Pedro Augusto Silveira Freitas. Tutela Jurisdicional Mediante Precedente Judicial: A Adequada Proteção do Ordenamento Jurídico no Modelo do Justo Processo. 2020. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito da

20.

CAMPOS, A. P.; **ZANETI JR., Hermes**; RODRIGUES, M.. Participação em banca de Pedro Luiz de Andrade Domingos. Processos Estruturantes no Brasil: Origem, conceito e desenvolvimento. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

21.

ZANETI JR., Hermes; RODRIGUES, M.; SCHENK, L. F.. Participação em banca de Erika Ribeiro de Oliveira Napoleão do Rêgo. A estabilização da tutela provisória no Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

22.

MOUSSALLEM, Tárek Moyses; Cristiane Mendonça; **ZANETI JR., Hermes**. Participação em banca de Vitor Carvalho Barbosa. A estrutura lógica das decisões judiciais - A fundamentação judicial como forma de controle da carga valorativa do direito. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

23.

MADUREIRA, Claudio Penedo; **ZANETI JUNIOR, Hermes**; CABRAL, T. N. X.. Participação em banca de Henrique de Souza Pimenta. A cooperação no CPC-2015: colaboração, comparticipação ou cooperação para o processo?. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

24.

WATANABE, C.; **ZANETI JR., Hermes**; COSTA, S. H.; DOREA, F. H. C. F.. Participação em banca de Diego Santiago y Caldo. Controle da representatividade adequada nas ações coletivas: um estudo comparativo dos sistemas brasileiro e norte-americano. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade de São Paulo.

25.

MAZZEI, R.; GONCALVES, T. F.; **ZANETI JR., Hermes**; NOGUEIRA, P. H. P.. Participação em banca de Raniel Fernandes de Avila. A teoria dos fatos jurídicos processuais no processo civil do estado democrático constitucional brasileiro. 2017. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

26.

ZANETI JR, Hermes; OLIVEIRA, P. M.; FAGUNDEZ, P. R. A.; MARTINS NETO, J. P. Participação em banca de Weber Luiz de Oliveira. Precedentes judiciais na administração pública: limites e possibilidades de aplicação. 2016. Dissertação (Mestrado em Curso de Pós-Graduação em Direito- Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

27.

SILVA NETO, F. A. B. E.; CUNHA, L. C.; GOUVEIA, L. G.; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de Tamyres Tavares Lucena. Ação popular: uma análise sob os novos prismas do direito público e do processo coletivo. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco.

28.

MITIDIERO, Daniel Francisco; **ZANETI JR, Hermes**; AVILA, H. B.; KOPLIN, Klaus. Participação em banca de Maria Angélica Echer Feijó. O Juiz e a Lei: Primeira Linhas para o Desenvolvimento de uma Teoria Reconstitutivista da Jurisdição. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

29.

ZANETI JR, Hermes; MAZZEI, R.; GONCALVES, T. F.. Participação em banca de Igor Pinheiro Sant'Anna. Fase de Saneamento e Organização no Processo de Estrutura Cooperativo-Democrática. 2015. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

30.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Tainá Aguiar Junquilho. A teoria dos precedentes judiciais e a responsabilidade da Suprema Corte no controle de constitucionalidade difuso. 2015. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

31.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Petruska Canal Freitas. Negócios processuais ambientais: requisitos e limites. 2015. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

32.

ZANETI JR, Hermes; ARENHART, S. C.; MARANHÃO, C.. Participação em banca de Rogério Rudiniki Neto. Ação coletiva passiva e ação duplamente coletiva. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

33.

ZANETI JUNIOR, Hermes; MADUREIRA, Claudio Penedo; MAFFINI, R. C.; RODRIGUES, M. A. S.. Participação em banca de Alexandre dos Santos Lopes. PRECEDENTES JUDICIAIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONSTITUCIONALIZAÇÃO, NOVOS PARADIGMAS, PROCESSO E LITIGIOSIDADE (UMA PROPOSTA DE DIALOGO). 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

34.

MITIDIERO, Daniel Francisco; AVILA, H. B.; ARENHART, S. C.; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de Vitor Lia de Paula Ramos. Ônus da prova no processo civil - linhas pela construção de um dever de produzir provas. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

35.

ZANETI JR, Hermes; PINHO, H. D. B.; CAMPOS, A. P.. Participação em banca de Valtair Lemos Loureiro. Microssistema processual coletivo e a tutela do patrimônio público. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

36.

MEIRELLES, E.; **ZANETI JR, Hermes**; DIDIER JR, Fredie. Participação em banca de Eddie Parish Silva. Os efeitos da superação de precedentes no direito processual civil brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal da Bahia.

37.

DIDIER JR, Fredie; **ZANETI JR, Hermes**; MEIRELLES, E.. Participação em banca de Priscilla Silva de Jesus. Precedente judicial e a nova compreensão do interesse processual. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal da Bahia.

38.

MAZZEI, R.; **ZANETI JR, Hermes**; GONCALVES, T. F.. Participação em banca de Leonardo Gonçalves Juzinskas. Técnicas de Efetivação de Tutela no Projeto de Código de Processo Civil. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

39.

MITIDIERO, Daniel Francisco; **ZANETI JR, Hermes**; Carlos Alberto Alvaro de Oliveira; KOPLIN, Klaus. Participação em banca de Marcel Piterman. A tutela jurisdicional coletiva sob a ótica do formalismo-valorativo. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

40.

MOUSSALLEM, Tárek Moyses; **ZANETI JR, Hermes**; CONRADO, P. C.. Participação em banca de OSLY DA SILVA FERREIRA NETO. PROCESSO TRIBUTARIO COLETIVO: UMA TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO DA TUTELA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS NO ÂMBITO FISCAL. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

41.

ZANETI JR, Hermes; Francisco Vieira Lima Neto; MITIDIERO, Daniel Francisco; LUCHI, J. P.. Participação em banca de CALUDIO PENEDO MADUREIRA. A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO PROCESSO E PELO PROCESSO: POSSIBILIDADES E LIMITES À LUZ DO INSTRUMENTALISMO E DO FORMALISMO-VALORATIVO. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

42.

RABELO, Manoel Alves; JEVEAUX, Geovany Cardoso; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de Jefferson Antônio Rodrigues Benardo. Tutela antecipada em face do poder público sob o enfoque dos direitos fundamentais. 2009. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

43.

Brunella Vicenzi; Francisco Vieira Lima Neto; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de Leide Maria Gonçalves Santos. A Boa-Fé Objetiva no Processo Civil: A Teoria dos Modelos de Miguel Reale Aplicada à Jurisprudência Brasileira Contemporânea. 2008. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

44.

LEITE, Eduardo de Oliveira; **ZANETI JR, Hermes**; ZAGANELLI, Margareth Vets.; HERKENHOFF, João Baptista. Participação em banca de Antônio Cortes da Paixão. O Custo do Exame de DNA como Obstáculo ao Acesso à Justiça nas Ações de Investigação de Paternidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

45.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Alexandre Miguel. Acesso efetivo à Justiça e a implantação dos Juizados Especiais Federais no Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

Teses de doutorado

1.

DIDIER JR, Fredie; ZANETI JR., Hermes; HIRSCH, F. P. A.; DANTAS, M. N. R.; CUNHA JUNIOR, D.. Participação em banca de RITA ANDRÉA REHEM ALMEIDA TOURINHO. O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL: negócio jurídico nos planos da existência, validade e eficácia. 2024. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal da Bahia.

2.

FEITOSA, G. R. P.; **ZANETI JR., Hermes;** SALES, A. W. C.; MACIEL, J. M. O.; MONT?ALVERNE, T. C. F.. Participação em banca de Ronald Fontenele Rocha. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ECOLOGICAMENTE RESPONSÁVEL: análise da experiência das audiências públicas judiciais em matéria ambiental no Supremo Tribunal Federal sob a ótica do ecopragmatismo. 2024. Tese (Doutorado em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL MESTRADO E DOUTORADO) - FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ UNIVERSIDADE DE FORTALEZA.

3.

ZANETI JR., Hermes; FELICIANO, G. G.; RODRIGUES, L.; CAVALCANTI, J.; FREITAS JR, A. R.; SANTOS, E. R.. Participação em banca de Adib Pereira Netto Salim. A Reparação Fluída na Tutela de Direitos Individuais Homogêneos Labor-Ambientais e o Poder-Dever do Magistrado do Trabalho de Impulsionar os Legitimados Coletivos. 2023. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da USP.

4.

ZANETI JR., Hermes; SUBTIL, L.; MEINERO, F.; STEINMETZ, W.. Participação em banca de Clóvis Dias de Souza. DIREITO PROCESSUAL CIVIL TRANSNACIONAL E MEIO AMBIENTE; A TUTELA JURÍDICO-AMBIENTAL BRASILEIRA NAS AÇÕES COLETIVAS TRANSNACIONAIS. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Caxias do Sul.

5.

SANTOS, E. R.; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de LORENA DE MELLO REZENDE COLNAGO. A prescrição das pretensões coletivas na Justiça do Trabalho: O prazo e os efeitos nas demandas coletivas e individuais. 2022. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da USP.

6.

COURA, A. C.; PEDRON, F. Q.; **ZANETI JR., Hermes**; SOUSA, P. I.; FREIRE JUNIOR, A. B.; PEDRA, A. S.. Participação em banca de Aloyr Dias Lacerda., POR UMA ATUAÇÃO DEMOCRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO: A CRÍTICA DA GUARDIANIA NA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2022. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

7.

RIBEIRO, M. F.; **ZANETI JR., Hermes**; DIAS, J. A.; GODOY, S. M.; OLIVEIRA, R. B. R.. Participação em banca de JOANA D'ARC DIAS MARTINS. MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM FACE DO ATUAL ESTADO DE COISA - INCONSTITUCIONAL E INCONVENCIONAL - NO CONTEXTO DO ESTADO BRASILEIRO. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Marília.

8.

PINHO, H. D. B.; ZANETI JUNIOR, H.; ARENHART, S. C.; GODINHO, R. R.; HILL, F.; RODRIGUES, M. A.. Participação em banca de LUDMILLA CAMACHO DUARTE VIDAL E MAGALHÃES. MICROSSISTEMA COLETIVO DE NEGOCIAÇÃO: PREMISSAS E PERFORMANCE INTEGRADA. 2022. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

9.

LEONEL, R. B.; YARSHELL, F. L.; PUOLI, J. C. B.; MENDES, A. G. C.; SHIMURA, S. S.; **ZANETI JUNIOR, Hermes**. Participação em banca de Bianca Mendes Pereira Richter. O incidente de assunção de competência no processo civil brasileiro. 2021. Tese (Doutorado em Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo) - Universidade de São Paulo.

10.

COURA, A. A.; FREIRE JUNIOR, A. B.; PEDRA, A. S.; **ZANETI JUNIOR, Hermes**. Participação em banca de Allan Dias Lacerda. A SELETIVIDADE EM FUNÇÃO DA ESSENCIALIDADE DA MERCADORIA NO ICMS: UM ESTUDO ACERCA DA CONCRETIZAÇÃO DESSA TÉCNICA DE TRIBUTAÇÃO NA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. 2021. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

11.

MORAIS, F. M. B. B.; SAMPAIO, J. A. L.; PEDRON, F. Q.; COSTA, S. H.; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de Clenderson Rodrigues da Cruz. TÉCNICAS PROCESSUAIS ESTRUTURAIS E PROCESSUALISMO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO: proposta de um modelo para a construção compartilhada da solução para os litígios de direito público. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

12.

MITIDIERO, D.; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de Rodrigo Baraldo Mendonça. DERROTABILIDADE EM PROCESSO: DA TEORIA DO DIREITO À JUSTIÇA CIVIL. 2021. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

13.

GIDI, A. C. O.; DIDIER JR, Fredie.; LEONEL, R. B.; MEIRELES, E.; **ZANETI JR., Hermes**. Participação em banca de João Paulo Lordelo Guimarães Tavares. Da decisão de saneamento e organização do processo coletivo: uma proposta de certificação "à brasileira". 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal da Bahia.

14.

BASILICO, G.; DALFINO, D.; ARENHART, S. C.; **ZANETI JUNIOR, Hermes**. Participação em banca de Elisangela Simon Caureo. Case Management e Doveri di Verità: Riflessioni sul Doveri di Verità e Completezza e L'Efficienza del Processo Civile. 2019. Tese (Doutorado em Dottorato di Ricerca) - Università degli Studi Roma Tre.

15.

MITIDIERO, Daniel Francisco; CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR, Fredie.; CUNHA, L. C.; MATTOS, S. L. W.; **ZANETI JR., Hermes**. Participação em banca de Rafael Sirangelo Belmonte de Abreu. O processo civil entre o jurídico e o econômico: o caráter institucional e estratégico do fenômeno processual. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

16.

ZANETI JUNIOR, Hermes; CABRAL, Aantonio do Passo; DIDIER JR, Fredie.; AVILA, H. B.; KOPLIN, Klaus; **MITIDIERO, Daniel Francisco**. Participação em banca de Otavio Augusto Dal Molin Domit. Interpretando decisões e precedentes: proposta de uma abordagem antiformalista moderada sobre a interpretação das decisões judiciais aplicada à metodologia dos precedentes. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

17.

ZANETI JR., Hermes; PORTO, S. G.; DIDIER JR, Fredie.; CABRAL, Aantonio do Passo; TESHEINER, José Maria; MACEDO, Elaine Harzheim. Participação em banca de Guilherme Botelho de Oliveira. Modelos Estruturais e Organizacionais no Processo Civil: Uma Novo Perspectiva dos Critérios de Distribuição dos Poderes Processuais. 2017. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

18.

NERY JR, Nelson; **ZANETI JR, Hermes;** MAZZEI, R.; GAMA, T. L.; VILLAS BOAS, R.. Participação em banca de Alexandre José Guimarães. Direitos de terceira geração: a tutela do direito do consumidor no Brasil por meio de ações coletivas. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

19.

MACEDO, E. H.; WAMBIER, L. R.; RIBEIRO, D. G.; PORTO, S. G.; JOBIM, M. F.; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de Gisele Mazzoni Welsch. A Função Normativa da Jurisdição a partir de Critérios Decisionais para a Efetivação dos Direitos e Garantias Fundamentais no Estado Democrático de Direito. 2015. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

20.

AVILA, H. B.; TUCCI, J. R. C. E.; **ZANETI JR, Hermes;** ARENHART, S. C.; **MITIDIERO, Daniel Francisco**. Participação em banca de Henry Gonçalves Lummertz. Jurisprudência e Confiança - A Jurisprudência como Base de Confiança. 2015. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

21.

ORIENTADOR, E. A. A.; CHOUKR, F. H.; SILVA, F. T.; SILVA, B. F. E.; **ZANETI JR, Hermes**. Participação em banca de Rodrigo Reis Mazzei. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: RECURSO DE SANEAMENTO COM FUNÇÃO CONSTITUCIONAL. 2012. Tese (Doutorado em Função Social do Direito) - Faculdade Autônoma de Direito.

Qualificações de Doutorado

1.

CORTES, O. P.; **ZANETI JR., Hermes**; BRANCO, P. G. G.; CARVALHO JUNIOR, P. L.. Participação em banca de Alberto Bastos Balazeiro. Processo Estrutural Trabalhista - Limites e Possibilidades da Atuação Judicial. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Programa de Pós-Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

BACHUR, J. P.; ROBL FILHO, I. N.; SARLET, I. W.; **ZANETI JR., Hermes**. Participação em banca de PAULO HENRIQUE AMARAL MOTTA. IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO CONTEXTO DE ESCASSEZ DE RECURSOS: UMA ABORDAGEM PROPOSITIVA. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Programa de Pós-Graduação em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

3.

SILVA, H. B. M.; VITORELLI, E.; **ZANETI JR., Hermes**. Participação em banca de CRISTIANO LOURENÇO RODRIGUES. O PROCESSO ESTRUTURAL E O RESGATE DA FUNDAMENTALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS. 2021. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade de São Paulo.

4.

ZANETI JUNIOR, Hermes; DERANI, C.; CAVEDON-CAPDEVILLE, F. S.; BAHIA, C. M.. Participação em banca de Ana Maria Moreira Marchesan. O argumento do fato consumado e o dever de preservação do Meio Ambiente como bem fundamental. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Curso de Pós-Graduação em Direito- Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

Qualificações de Mestrado

1.

ZUFELATTO, C.; **ZANETI JR., Hermes**; ASPERTI, M. C. A.. Participação em banca de Larissa Cerqueira de Oliveira. ? Análise do caso Braskem/Maceió sob o prisma das vítimas atingidas e os aspectos da participação direta no litígio coletivo?.. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-Graduação em Direito da FDRP-USP) - USP Ribeirão Preto.

2.

GOES, G. S. F.; SOARES, D. V.; **ZANETI**. Participação em banca de Adilson Carvalho Pantoja. Processo estrutural e entidades de infraestrutura específica: A execução desjudicializada de decisões estruturais. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal do Pará.

3.

JEVEAUX, Geovany Cardoso; **ZANETI JR., Hermes**; SILVEIRA, C. M. T.. Participação em banca de Luis Henrique Silva de Oliveira. A PROPORCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

4.

ALBUQUERQUE, F. B.; SILVA, D. S. V.; VIANA, J. V.; **JUNIOR, HERMES ZANETI**. Participação em banca de Edilson Santana Gonçalves Filho. GRUPOS VULNERÁVEIS, ACESSO À JUSTIÇA E AÇÃO POPULAR. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará.

5.

VITORELLI, E.; **ZANETI JR., Hermes**; PAES, E. S.. Participação em banca de DRUMMOND ATAÍDE MORAES. Perspectivas da atuação do Ministério Público em ações de família à luz da Lei nº 13.894/2019. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Católica de Brasília.

6.

ZANETI JR., Hermes; JEVEAUX, Geovany Cardoso; FREIRE JUNIOR, A. B.. Participação em banca de Jose Angel Cornielles Hernandez. Modelos de Cortes Constitucionales: su Intergración y Funcionamiento. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

7.

ZANETI JR., Hermes; MOUSSALLEM, Tárek Moyses; RUY, F. E. B.; BRASIL JR, S. M.. Participação em banca de Jose Borges Teixeira Junior. A Gratuidade de Acesso nos Juizados Especiais Cíveis de Vitória e sua Influência sobre o Acesso a Justiça: Uma Análise Econômica do Direito. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

8.

ZANETI JUNIOR, Hermes; RODRIGUES, M. A.; JEVEAUX, Geovany Cardoso. Participação em banca de Ricardo Chamon Ribeiro II. O Modelo de Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes (Art 927 do CPC) e o Distinguishing. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

9.

ZANETI JR., Hermes; DIDIER JR, Fredie.; **MAZZEI, R..** Participação em banca de Gustavo Silva Alves. A estabilização das decisões no modelo brasileiro de processo coletivo: a convivência entre os modos de vinculação das ações coletivas e dos casos repetitivos. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

10.

Brunella Vicenzi; ARAÚJO, Ricardo Corrêa de; **ZANETI JR., Hermes.** Participação em banca de Arthur Lopes Lemos. Os (I)legitimados a participarem da esfera pública judicial à luz do ideal republicano de não-dominação. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

11.

ZANETI JR., Hermes; LIMA, M. P.; SOUSA, P. I.. Participação em banca de Mariah Oliveira Santos de Queiroz. Uma relação, dois juízos - O CPC/15 e o início do cumprimento da indenização líquida fixada em sentença penal condenatória. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

12.

RABELO, Manoel Alves; **ZANETI JR., Hermes;** BUFULIN, A. P.. Participação em banca de Aylton Bonomo Júnior. Utilização das técnicas processuais diferenciadas do mandado de segurança no procedimento comum tributário, sob a perspectiva do princípio da adaptabilidade procedimental. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

13.

ZANETI JR., Hermes; [MAZZEI, R.](#); [MITIDIERO, Daniel Francisco](#); NUNES, D. J. C.. Participação em banca de Carlos Frederico Bastos Pereira. Fundamentação e Teoria da Decisão Judicial no Código de Processo Civil: Aspectos Culturais, Teóricos e Dogmáticos. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

14.

ZANETI JR., Hermes; RODRIGUES, M. A.; GONCALVES, T. F.. Participação em banca de Juliana Provedel Cardoso. O Modelo Brasileiro de Processo Coletivo: As Ações Coletivas e o Julgamento de Casos Repetitivos. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

15.

ZANETI JR., Hermes; LIMA, M. P.; COURA, A. C.. Participação em banca de Helder Magevski de Amorim. O Ministério Público em 2º Grau e a Formação de Precedentes. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

16.

JEVEAUX, Geovany Cardoso; COURA, A. C.; **ZANETI JR., Hermes**. Participação em banca de Maira Ramos Cerqueira. Análise dos Arts. 8º e 489, § 2º do Código de Processo Civil de 2015, à Luz da Teoria de Robert Alexy. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

17.

[MAZZEI, R.](#); **ZANETI JR., Hermes;** GONCALVES, T. F.; NOGUEIRA, P. H. P.. Participação em banca de Raniel Fernandes de Ávila. Fatos Jurídicos Processuais: Uma Abordagem sob o Viés do Novo e Constitucionalizado Processo Civil Brasileiro. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

18.

ZANETI JR., Hermes; RODRIGUES, M. A.; MACHADO, M. P.. Participação em banca de Gustavo Mattedi Regiani. O Julgamento Liminar de Improcedência na Perspectiva dos Precedentes, do Contraditório e da Impossibilidade. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

19.

MOSCHEN, V. R. B.; ZANETI JR., Hermes; MAZZEI, R.. Participação em banca de Luiza Nogueira Barbosa. O processo civil internacional brasileiro como veículo de concretização e juridicização de normas transnacionais. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

20.

MOSCHEN, V. R. B.; ZANETI JR., Hermes; MAZZEI, R.. Participação em banca de Helder Corrêa Marcellino. O terceiro e a homologação de sentença arbitral estrangeira. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

21.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Igor Pinheiro Sant'Anna. Os deveres do juiz e a fase de saneamento do processo cooperativo (democrático). 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

22.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Julio Cesar Medeiros Ribeiro. A importância do precedente do superior tribunal de justiça no contexto do estado democrático constitucional: uma análise crítica da chamada jurisprudência lotérica. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

23.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Thaís de Souza Lima de Oliveira. Por uma análise do contexto da descoberta da decisão a partir de posner e vjeweg: a alopoiese no julgamento da ação cível ordinária n 730-5/RJ. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo.

24.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Marianne Rios de Souza Martins. a efetividade dos direitos humanos fundamentais sociais de provimento como uma heterotopia do possível: ativismo judicial e políticas públicas. 2006.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

JORGE, F. C.; **ZANETI JR, Hermes**; GAMA, J. F. C. N.. Participação em banca de Igor De Lazari Dessaune. Extinção do processo por ilegitimidade AD causam e resolução do mérito. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

2.

ZANETI JR, Hermes; CARDOSO, J. P.; OLIVEIRA, T. S.. Participação em banca de Kenedy Adans Roeldes Dally. O precedente judicial e os efeitos da decisão proferida no julgamento de recursos extraordinários e especiais repetitivos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

3.

ZANETI JR, Hermes; SILVESTRE, G. F.; SANTOS, M. C.. Participação em banca de Maísa Arantes Burgos. Precedentes vinculantes no controle de constitucionalidade concentrado brasileiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

4.

ZANETI JR, Hermes; SANTOS, M. C.; CHAGAS, B. S. R.. Participação em banca de Gustavo Silva Alves. Os limites subjetivos da coisa julgada coletiva, as impropriedades do artigo 16 da Lei 7.347/85 e a possibilidade de uma futura mudança na jurisprudência do STJ à luz da técnica do julgamento-alerta. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

5.

SILVESTRI, G. F.; **ZANETI JR, Hermes**; GAVA, R. A.. Participação em banca de Pedro Costa Passos. O termo "a quo" dos juros de mora em condenações por danos morais. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

6.

ZANETI JR, Hermes; SANTO, M. C.; NEVES JUNIOR, R. C.. Participação em banca de Pamela Kerschr Pedrosa Silva. O incidente de conversão da ação individual em ação coletiva no novo CPC e a sua (in)aplicabilidade na tutela dos direitos individuais homogêneos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

7.

ZANETI JR, Hermes; RANGEL, M. A. S. S.; MARQUES, B. P.. Participação em banca de Kliffton Viana Silva. Tutela do dano moral coletivo: a divergência de interpretação no âmbito do Superior Tribunal Federal. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo.

8.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Fernando Antonio Moretto. Querella nullitatis. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil.

9.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Ivan da Silva Azevedo. A responsabilidade civil da administração pública como tomadora de serviço. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil.

10.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Milton Juarez F. Porto. A Telefonía Celular e a Proteção Ambiental. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil.

11.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Felipe Acosta Cabral. Aplicação do duplo grau de jurisdição. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil.

12.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Tatiane Maggi dos Santos. Crimes Ambientais: Breve Estudo Sobre a Aplicação das penas. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil.

13.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Alexsander Silveira. Exceção de pré-executividade. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil.

14.

ZANETI JR, Hermes. Participação em banca de Filipe Tavares da Silva. O sistema de nulidades do processo civil brasileiro. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

ZANETI JR, Hermes; MAZZEI, R.; SILVESTRI, G. F.; DIAS, R. G. B.; POMPEU, J. C.. Membro da Banca de Seleção do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Barra de São Francisco (Área: Direito). 2014. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

2.

ZANETI JR, Hermes. Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RS - 2006/02. 2006.

3.

ZANETI JR, Hermes. Exame da Ordem dos Advogados do Brasil 2005/02 seccional rs. 2005.

4.

ZANETI JR, Hermes. Exame da Ordem dos Advogados do Brasil 02/2004 -seccional rs. 2004. Oredm dos Advogados do Brasil.

5.

ZANETI JR, Hermes. Exame da Ordem dos Advogados do Brasil 2004/01 - seccional rs. 2004.

Outras participações

1.

2.

ZANETI JR, Hermes. Comissão de Seleção de Candidatos às vagas do Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 2014. Colégio de Diretores das Escolas do Ministério Público.

3.

ZANETI JR, Hermes. Exame de Ordem (OAB) 2006/01. 2006.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Eighteenth PPJ Course and Conference.From samba to stare decisis: The rhythms of legal precedents in Brazil. 2024. (Outra).

2.

I Congresso de Lisboa: A nova morfologia da conflitualidade: Ações coletivas e tutela estrutural. A nova morfologia da conflitualidade: Ações coletivas e tutela estrutural. 2024. (Congresso).

3.

Litígios Globais, Meio Ambiente e Cidadania Internacional. Direito Fundamental à tutela efetiva: tutela integral satisfativa (Caso Rio Doce). 2024. (Congresso).

4.

VIII Seminário nacional de incentivo à autocomposição no Ministério Público.Autocomposição e efeitos sistêmicos de desastres ambientais - Casos Rio Doce (Mariana) e Brumadinho. 2024. (Seminário).

5.

6.

X Seminario Internacional.La cosa julgada en los procesos colectivos. 2024. (Seminário).

7.

Ia Jornada Procesos Estructurales.Procesos Estructurales en Brasil. 2023. (Outra).

8.

13º Congresso Estadual do Ministério Público - O MP na Construção de Caminhos para a Resolutividade, Cidadania em Redes e Inovações Sociais. Ministério Público e Processo Estrutural. 2023. (Congresso).

9.

Atualidades sobre as Astreintes.Duração das Astreintes. 2023. (Seminário).

10.

Congresso 7 Anos de Vigência do CPC/2015. Processo Coletivo e o CPC. 2023. (Congresso).

11.

Dialogos de Saberes - CAODH - MPBA.Processo Estrutural e Direitos Humanos. 2023. (Encontro).

12.

Direito e Política.Direito e Política - Processo Constitucional. 2023. (Encontro).

13.

II Congresso Estadual do Ministério Público do Tocantins. Litigios Coletivos Estruturais e Ministério Público Resolutivo. 2023. (Congresso).

14.

III Jornada de Direito Processual Civil - Comissão VI - Processo Coletivo e Estrutural. Processo Coletivo e Estrutural. 2023. (Outra).

15.

Novos Rumos do Processo - Jornadas Brasil-Peru-Uruguai e3. A flexibilização no Brasil e a proporcionalidade processual. 2023. (Congresso).

16.

O Futuro do Processo Coletivo e Estrutural e o Projeto de Lei 1641/2021. Evolução no processo coletivo: avanços em matéria probatória e liquidação e execução. 2023. (Congresso).

17.

Semana Institucional do TRT da 17a Região - Teoria e Prática dos Precedentes. A DOGMÁTICA DO CPC E SUA INFLUÊNCIA NA ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO TRABALHISTA. 2023. (Outra).

18.

Tutela Coletiva e Defensoria Pública. O que a tutela coletiva aprendeu com o Rio Doce?. 2023. (Outra).

19.

V Encontro Nacional de Precedentes Qualificados: Diálogos para a consolidação do sistema de precedentes. O futuro dos precedentes. 2023. (Encontro).

20.

Visiting Scholar Lectures - Zagreb Erasmus +. Public Prosecutors in Brazil: An Independent State Attorney which can Sue the State (King). 2023. (Outra).

21.

XVII - Private and Public Justice - The Heroes of Judicial Periphery: Court Experts, Court Clerks and Other Actors in the Shadow. Public Prosecutors, Ombudsmen and Similar Institutions in Latin American Civil Procedure. 2023. (Congresso).

22.

XXI Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor. Precedentes e Direito do Consumidor. 2023. (Congresso).

23.

XXV Congresso Nacional do Ministério Público. MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E PROCESSUAIS NO SISTEMA DE JUSTIÇA. 2023. (Congresso).

24.

13º Congresso de Direito Processual de Uberaba-MG. O Futuro do Processo Coletivo? De onde viemos, para onde vamos e o que queremos deixar para os nossos filhos?. 2022. (Congresso).

25.

Congresso Internacional de Processo Civil do IAMG - 2022. O Futuro do Processo Coletivo?. 2022. (Congresso).

26.

contractualisation of civil procedure.Litigation agreements in class actions. 2022. (Seminário).

27.

Equal and Open Justice. Supreme Court's and Constitutional Democracies Between Interpretation and Precedents: Noble Dream, Nightmare, and Wake Up Call. 2022. (Congresso).

28.

Novas Tendências do Direito Processual Civil. Novas Tendências do Processo Coletivo. 2022. (Congresso).

29.

Processo Coletivo Estrutural.Processo Coletivo Estrutural. 2022. (Encontro).

30.

Resolução alternativa de Conflitos.Justiça Multiportas e os Negócios Processuais nos Processos Coletivos e Estruturais.

2022. (Seminário).

31.

Seminari di Filosofia del Diritto.Corti Supreme, Democrazia Costituzionale, Precedente Giudiziario. 2022. (Seminário).

32.

Simpósio Direito Processual dos Desastres.As Lições do Rio Doce para o Processo Estrutural dos Desastres. 2022. (Simpósio).

33.

XIV Jornadas de Direito Processual. Autocomposição coletiva no PL 1.641/2022. 2022. (Congresso).

34.

XXIV Congresso Nacional do Ministério Público. Ministério Público Antifrágil: O Processo Estrutural e o Controle Judicial de Políticas Públicas. 2022. (Congresso).

35.

XXXI Congreso Nacional de Derecho Procesal. Reformas procesales en perspectiva comparada: Brasil, Argentina y Perú (América Latina). 2022. (Congresso).

36.

A NOVA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: AVANÇOS OU RETROCESSOS.A NOVA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: AVANÇOS OU RETROCESSOS. 2021. (Outra).

37.

Civil Courts with Covid.Supreme courts matters? Covid and the Brazilian Civil Justice. 2021. (Seminário).

38.

O ART 16 DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: ASPECTOS JURÍDICOS E INTERDISCIPLINARES.Acesso à Justiça Coletiva e Direitos Fundamentais Coletivos. 2021. (Seminário).

39.

Os Projetos de Lei da Ação Civil Pública -.Os Projetos de Lei da Ação Civil Pública - Razões para a Mudança, Riscos e Desafios. 2021. (Outra).

40.

Processo Estrutural: Desafios e Oportunidades.Processo Estrutural: Desafios e Oportunidades. 2021. (Seminário).

41.

Tutela Coletiva do Consumidor em Tempos de Pandemia.Processo dos Desastres, Precedentes e a Tutela Coletiva do Consumidor na Covid. 2021. (Seminário).

42.

El Valor Vinculante de los Precedentes.El Valor Vinculante de los Precedentes. 2020. (Outra).

43.

Hard Talk "Reforma Legislativa do Processo Coletiva".Reforma Legislativa do Processo Coletivo. 2020. (Oficina).

44.

International Conference Covid and Justice.Convid and Justice: Brazilian Perspective. 2020. (Outra).

45.

Jornada Brasilcon - Processo Coletivo em Defesa dos Consumidores: Avanços, Retrocessos e o PL 4778/2020.O Projeto de Lei 4.778/2020 e a relevância de atuação do MP na defesa dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores. 2020. (Outra).

46.

Novas Perspectivas do Direito Processual.Autocomposição e Processo Coletivo. 2020. (Seminário).

47.

48.

Precedentes no Processo Coletivo: Formação e Aplicação. Precedentes no Processo Coletivo: Formação e Aplicação. 2020. (Encontro).

49.

Processo Coletivo Brasileiro. Processo Coletivo Brasileiro. 2020. (Encontro).

50.

Regularização Fundiária Urbana: Aplicações, Limites e Aspectos da Lei 13.465/17. Processo Estrutural, Segurança Jurídica e Regularização Fundiária Urbana. 2020. (Outra).

51.

23º Congresso Nacional do Ministério Público. Decisões Estruturantes e Direitos Fundamentais. 2019. (Congresso).

52.

Acciones de Interés Colectivo, Difuso el Ambito de Aplicación de la Ley n 19496. Proceso Colectivo en Brasil: Éxito o Decepción?. 2019. (Seminário).

53.

Collective and Mass Litigation in Europe Model Rules-IRJS Sorbonne Paris I. Certification and the opt-in/opt-out question. 2019. (Outra).

54.

IX Simpósio Capixaba de Memória Institucional. O Ministério Público Pré-Constituição de 1988. 2019. (Simpósio).

55.

MPES Transparente. Atuação Cível, diferenças entre Portarias de ICs, denúncias, ações civis públicas, TACs e TCAs. 2019. (Seminário).

56.

Os Desafios do Judiciário e do Ministério Público no Século XXI? Diálogos entre Brasil e Itália.Boa-fé e Cooperação no Direito Processual brasileiro. 2019. (Seminário).

57.

Palestra: Autocomposição e Meio Ambiente.Autocomposição e Meio Ambiente. 2019. (Outra).

58.

Palestra Autocomposição e Meio Ambiente.Palestra Autocomposição e Meio Ambiente. 2019. (Outra).

59.

Public and Private Justice. The Brazilian collective redress: success or disappointment?. 2019. (Congresso).

60.

13ª Public and Private Justice: Dispute Resolution in Modern Societies - Harmonization of Civil Procedure in Europe Prospects for an Integration amidst Disintegration?.Procedural Obligations: A Brazilian Perspective. 2018. (Encontro).

61.

Desafios do Novo Processo Civil.Desafios do Processo Civil. 2018. (Seminário).

62.

I Congresso Internacional de Coletivização e Unidade do Direito. Caso Rio Doce: Processo Estruturante?. 2018. (Congresso).

63.

II ENCONTRO SOBRE ALIMENTO SEGURO E USO DE AGROTÓXICOS.CONSIDERAÇÕES FINAIS. 2018. (Encontro).

64.

III Programa Interamericano de Capacitación sobre la Reforma a la Justicia Civil.La práctica del proceso colectivo en brasil.

2018. (Outra).

65.

III Programa Interamericano de Capacitación sobre la Reforma a la Justicia Civil.EL MODELOS DE LOS PRECEDENTES EN EL CPC/2015. 2018. (Outra).

66.

II Jornada de Direito Processual Civil.Precedentes e Processos Judiciais. 2018. (Outra).

67.

II Seminário de Processo Civil da UFOP.Desastre do Rio Doce, Litigância de Interesse Público e Processos Estruturantes: Acordos Estruturantes, Negócios Processuais, Decisões Estruturantes e Execuções Estruturantes. 2018. (Seminário).

68.

Investigação e Negociação Ambiental: Uma Abordagem Interinstitucional. Negociação e Calendarização no Processo Coletivo. 2018. (Congresso).

69.

IV Conferência Internacional de Direito Ambiental - 30 anos da Constituição Ambiental. IV Conferência Internacional de Direito Ambiental - 30 anos da Constituição Ambiental. 2018. (Congresso).

70.

IV Congresso Mulheres no Processo Civil: Mediação, Conciliação e Arbitragem. Autocomposição no Processo Coletivo. 2018. (Congresso).

71.

Justiça Penal Negociada.Justiça Penal Negociada. 2018. (Seminário).

72.

Métodos Adequados de Solução de Conflitos: Desafios da mediação e arbitragem.Desjudicialização e Desenvolvimento dos Métodos Alternativos de Solução de Conflitos. 2018. (Seminário).

73.

O Processo Civil Contemporâneo: Estudos Comparados Itália Brasil. Processo coletivo no Brasil. 2018. (Congresso).

74.

Os Precedentes nos Tribunais.O modelo dos precedentes no CPC/2015. 2018. (Encontro).

75.

Painel - TAC Governança: Rompimento da barragem de fundão.Painel - TAC Governança: Rompimento da barragem de fundão. 2018. (Outra).

76.

Palestra Remaking Jurisprudence. 2018. (Outra).

77.

The Future of Civil Procedure - Prof. Dr. Alan Uzelac.The Future of Civil Procedure - Coments and Discussion. 2018. (Seminário).

78.

Workshop MPES Transparente.Ação Civil Pública, Termos de Ajustamento de Conduta e Termos de Compromisso Ambiental. 2018. (Outra).

79.

Workshp: Ministério Público e Negócios Jurídicos Processuais: Limites, Extensão e Possibilidades.Ministério Público e Convenções Processuais. 2018. (Oficina).

80.

XII Jornadas Brasileiras de Direito Processual. Processo Estrutural: Caso Rio Doce. 2018. (Congresso).

81.

Água,Vida e Direitos Humanos - à luz dos riscos socioambientais.Água e mineração: segurança de barragens e

contaminação. O caso ?Mariana? (Desastre do Rio Doce). 2017. (Seminário).

82.

Alterações no Código de Processo Civil e a Atuação do Ministério Público. Incidente de Assunção de Competência (IAC) e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR): Para Além da Uniformização de Jurisprudência e Rumo a um Modelo de Precedentes. 2017. (Outra).

83.

Conferência IAPL - Judicial Management from Comparative Perspective. 2017. (Congresso).

84.

Congresso de Processo Civil - Um Ano de Vigência do CPC. A Litigiosidade Repetitiva. 2017. (Congresso).

85.

Features of Family Court Trial its Reform in China. The Public Prosecutor's Office in Family Civil Procedures: Normative and Cultural Change in the Attributions of the Parquet. 2017. (Seminário).

86.

I Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil. A Racionalidade dos Precedentes. 2017. (Congresso).

87.

II Congresso de Processo Civil Internacional. Governança Global, justiça e integração regional. 2017. (Congresso).

88.

I Jornadas de Direito Processual Civil - CJP/STJ. Recursos e Precedentes - Debates orais sobre enunciados das Jornadas. 2017. (Outra).

89.

Jornada Científica UNESC - Campus I. "Um ano e meio do novo CPC: como tem sido e o que se pode esperar?". 2017. (Outra).

90.

Jornada Científica UNESC - Campus II."Um ano e meio do novo CPC: como tem sido e o que se pode esperar?. 2017. (Outra).

91.

Journées Franco-Brésiliennes Singularités Brésiliennes à L'Épreuve du Système Français de Justice. Le traitement des les procédures en série / Aggregate Litigation Cases in Brazil. 2017. (Congresso).

92.

Mediação e Negociação pelo Ministério Público. Mediação e Negociação pelo Ministério Público. 2017. (Outra).

93.

O Novo CPC e a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. O Novo CPC e a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. 2017. (Seminário).

94.

Programa Interamericano de Capacitación para la Reforma de la Justicia Civil. Procesos Colectivos en Latino America: Aspectos Practicos (Caso Brasil). 2017. (Outra).

95.

Programa Interamericano de Capacitación sobre la Reforma de la Justicia Civil. Horizontes de la Justicia Civil. 2017. (Outra).

96.

Semana da Advocacia 2017 - ESA/OAB-ES. O Processo Coletivo no CPC: Convergências entre Ações Coletivas e os Casos Repetitivos. 2017. (Congresso).

97.

Semana do Ministério Público 2017 - Atuação Eficiente em Defesa da Sociedade. O Ministério Público e o Novo Processo Civil. 2017. (Congresso).

98.

Seminario di Studi: Il Pubblico Ministero nel Processo Civile. Canoni di Confronto tra Italia e Brasile. Il Pubblico Ministero nel Codice di Procedura Civile Brasiliano del 2015. 2017. (Seminário).

99.

VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. Constituição, Democracia e Judiciário no Brasil do Século XXI. 2017. (Congresso).

100.

XVII Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor. O Processo Coletivo e os Precedentes no CPC 2015. 2017. (Congresso).

101.

XXIX CONGRESO NACIONAL DE DERECHO PROCESAL. El Nuevo Código de Proceso Civil Brasileño de 2015 y los Conflictos Jurídicos: El Derecho Procesal como un camino para la paz social. 2017. (Congresso).

102.

APRODAB - Grandes desastres ambientais - Congresso Nacional. O Novo CPC e o Direito Ambiental: Perspectivas de Futuro para a Tutela Adequada do Meio Ambiente. 2016. (Congresso).

103.

Ciclo de Palestras sobre o Novo Código de Processo Civil - Módulo I".Ministério Público no CPC. 2016. (Encontro).

104.

Curso Formação e Aplicação dos Precedentes - EJUD MS.Introdução à Teoria dos Precedentes Judiciais e Modelo de Precedentes Instituído pelo novo CPC. 2016. (Oficina).

105.

Juízes e Justiça nos Oitocentos.Justiza Tradicional e Justiça Legal: Elementos da Transição e Considerações sobre o

10
6.

Lançamento da obra "Coleção Repercussões do Novo CPC - Processo Coletivo". Repercussões do Novo CPC e os Desafios da Tutela Coletiva e dos Litígios Coletivos. 2016. (Seminário).

10
7.

Lançamento da obra "A Responsabilidade Patrimonial do Novo Sistema Processual Civil". A Responsabilidade Patrimonial do Novo Sistema Processual Civil. 2016. (Seminário).

10
8.

O Valor Vinculante dos Precedentes em Debate. Debates com os Palestrantes. 2016. (Encontro).

10
9.

Palestra Sobre o Ministério Público e o Novo Código de Processo Civil. Palestra Sobre o Ministério Público e o Novo Código de Processo Civil. 2016. (Outra).

11
0.

PALESTRA SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. O MP no novo CPC. 2016. (Outra).

11
1.

Processo Civil - Novas Tendências- Homenagem a Celso Barbi. Recursos e Precedentes. 2016. (Congresso).

11
2.

Projeto Segunda-Feira, 18h00 - MPMG. O MP no Novo CPC: Da Lei à Constituição, Do Litígio à Tutela dos Direitos, Da Tutela dos Direitos à Tutela Adequada. 2016. (Encontro).

11
3.

Recurso Especial e Extraordinário no Novo CPC: Prequestionamento, , o.Recurso Especial e Extraordinário no Novo CPC: Prequestionamento. 2016. (Oficina).

11
4.

XVI Semana Jurídica do Curso de Direito da UFES. Transindividualidade e Litigância Estratégica. 2016. (Congresso).

11
5.

2º Congresso Online - Direito Processual Civil. Princípios do Novo CPC. 2015. (Congresso).

11
6.

Coloquio Internacional "Tutela Cautelar y Antecipación de Tutela".Tutela da Evidência. 2015. (Seminário).

11
7.

Congresso Novo CPC. Precedentes no Novo CPC. 2015. (Congresso).

11
8.

Curso de Especialização em Processo Civil.Mesa de Debates sobre o Processo Coletivo. 2015. (Encontro).

11
9.

Curso sobre Novo Código de Processo Civil. Normas Fundamentais, Precedentes e o Ministério Público no Novo CPC: Giro Linguístico. 2015. (Congresso).

12
0.

12
1.

Direito do Consumidor - Escola Nacional da Magistratura.O Novo Processo Civil e o Processo Coletivo. 2015. (Seminário).

12
2.

Direitos e Garantias do Novo Código de Processo Civil. Precedentes no Novo CPC. 2015. (Congresso).

12
3.

ESMPU - Curso de Aperfeiçoamento - Novo Código de Processo Civil - Turma I.Precedentes e Fundamentação Adequada no Novo CPC. 2015. (Oficina).

12
4.

FPPC - Fórum Permanente de Processualistas Cíveis.Grupo: Precedentes, IRDR, REER e Incidente de Assunção de Competência. 2015. (Oficina).

12
5.

I Congreso Internacional Derecho Procesal y Arbitraje. Precedentes na Dogmática do Novo CPC em Comparação com o Modelo Peruano (art. 400, CPC e art. VII, Cod. Proc. Const.). 2015. (Congresso).

12
6.

Mesa de Debates sobre o Processo Coletivo.O Novo Processo Civil e o Processo Coletivo. 2015. (Outra).

12
7.

Novas Tendências do Processo Civil -Jornadas Franco-Brasileiras de Direito Processual Comparado. Precedentes e modificação de jurisprudência. 2015. (Congresso).

12
8.

Novo Código de Processo Civil - Turma IV. Precedentes e fundamentação analítica das sentenças. 2015. (Oficina).

12
9.

Os Precedentes no Novo Código de Processo Civil. Os Precedentes no Novo Código de Processo Civil. 2015. (Encontro).

13
0.

O Valor Vinculante dos Precedentes - PUC/RS. O Valor Vinculante dos Precedentes. 2015. (Exposição).

13
1.

Precedentes e Sistema Recursal no CPC 2015. Precedentes e Sistema Recursal no CPC 2015. 2015. (Oficina).

13
2.

XII Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional. 2015. (Congresso).

13
3.

XV World Congress of Procedural Law - IAPL. Relatório para o Brasil sobre "Age of Austerity on Civil Procedure - Small and Simple Matters". 2015. (Congresso).

13
4.

XXI Congresso Nacional do Ministério Público. O novo Código de Processo Civil e o Processo Coletivo. 2015. (Congresso).

13
5.

Curso de inverno de direito processual comparado. Class actions e Processo Coletivo: Modelo Brasileiro. 2014. (Congresso).

13
6.

I Encontro de Internacionalização do CONPEDI: BARCELONA. Mandado de injunção e garantismo constitucional: uma junção possível. 2014. (Encontro).

13
7.

I Encontro de Internacionalização do CONPEDI: BARCELONA. 2014. (Encontro).

13
8.

II Encuentro Argentino - Brasileiro de Derecho Procesal. Aspectos processuais do controle de constitucionalidade no Brasil - integração entre o modelo garantista e o rule of law. 2014. (Congresso).

13
9.

Jornada de Derecho Procesal. 2014. (Congresso).

14
0.

Precedentes Judiciais no Novo CPC. Precedentes Judiciais no novo CPC. 2014. (Outra).

14
1.

Jornada de Direito Urbano-Ambiental. O Papel do Poder Judiciário, do Processo Coletivo e do Ministério Público Brasileiro na Tutela do Meio Ambiente: Instrumentos e Perspectivas". 2013. (Outra).

14
2.

XX Congresso Nacional do Ministério Público. Processo de execução nas ações civis públicas: instrumentos e mecanismos para a exequibilidade das decisões em ações coletivas. 2013. (Congresso).

14
3.

14
4.

Curso Avançado de Processo Coletivo - ESMPU - 20 horas aula. Curso Avançado de Processo Coletivo - ESMPU - 20 horas aula. 2012. (Outra).

14
5.

Curso de Elaboração de TAC's. 2012. (Oficina).

14
6.

I Internacional Conference of Procedural Law & XXIII Iberoamerican Procedural Law Convention. 2012. (Congresso).

14
7.

World Congress on Justice, Governance and Law for Environmental Sustainability, Rio de Janeiro RIO + 20. 2012. (Congresso).

14
8.

XII Congresso Brasileiro do Ministério Público do Meio Ambiente - ABRAMPA. 2012. (Congresso).

14
9.

Atividades Econômicas e Proteção Ambiental. Controle Judicial do Licenciamento Ambiental. 2011. (Congresso).

15
0.

Ciclo de Debates de Teses do Prof. Luigi Ferrajoli. Precedente vincolante - Il ruolo del precedente come fonte primaria del diritto. 2011. (Encontro).

15
1.

Curso de Adaptação para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.A Resolutividade das Ações Judiciais. 2011. (Outra).

15
2.

CURSO DE ADAPTAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPES/2011.A Resolutividade das Ações Judiciais. 2011. (Outra).

15
3.

Curso de Tribunal do Júri. 2011. (Outra).

15
4.

Dispositivo e Inquisitivo no Processo Coletivo Brasileiro - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.Dispositivo e Inquisitivo no Processo Coletivo Brasileiro. 2011. (Encontro).

15
5.

III Congresso de Direito do Consumidor do Estado de Rondônia. O MP do Consumidor e o Processo Coletivo. 2011. (Congresso).

15
6.

Mestas e Ações da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. 2011. (Encontro).

15
7.

Minicurso de Direito Processual Comparado - Michele Taruffo. 2011. (Oficina).

15
8.

O Ministério Público do Meio Ambiente: Instrumentos Jurídicos de Defesa do Meio Ambiente. 2011. (Simpósio).

15
9.

O MP entre o seu passado e seu futuro. 2011. (Encontro).

16
0.

Semana de Estudos Jurídicos do UNESC.O MP e sua Formação na Tutela dos Processos Coletivos. 2011. (Encontro).

16
1.

VII Jornadas Processo e Constituição - Homenagem ao Prof. Michele Taruffo. 2011. (Congresso).

16
2.

Workshop Direito do Ambiente - Universidade Lusíada de Lisboa.A Positivação dos Direitos Difusos e Colectivos na Constituição Brasileira e a sua Tutela Processual. 2011. (Oficina).

16
3.

XX Congresso Nacional do CONPEDI. Processo Civil Passado, Reforma e Contemporaneidade. 2011. (Congresso).

16
4.

Costituzione Brasiliana - Seminario Luigi Ferrajoli.La Costituzione Brasiliana come Costituzione di Terza Generazione - Diritti e Garanzie. 2010. (Seminário).

16
5.

Curso de Capacitação no Combate à Lavagem de Dinheiro. 2010. (Outra).

16
6.

Curso Prático - Auditoria em Processos de Licitação. 2010. (Outra).

16
7.

Discussione delle Tesi di Dottorato.Precedente Vincolante. 2010. (Encontro).

16
8.

Encontro Estadual sobre o Meio Ambiente - Ações Institucionais para um Futuro Sustentável.O Ministério Público como Instituição de Garantia no "Novo" Processo Civil. 2010. (Encontro).

16
9.

Estratégias para a Efetividade das Ações Cíveis Públicas.Estratégias para a Efetividade das Ações Cíveis Públicas. 2010. (Oficina).

17
0.

I Congresso Nacional de Fonoaudiologia Forense. 2010. (Congresso).

17
1.

II Congresso do Direito do Consumidor do Estado do Acre. A Defesa do Consumidor e o Processo Coletivo. 2010. (Congresso).

17
2.

IV Encontro Capixaba de Direito do Estado.O Papel da Jurisprudência na Aplicação do Direito no Modelo de Processo Concebido pelo Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil. 2010. (Encontro).

17
3.

La Costituzione Brasiliana Ventidue anni dopo.La Costituzione Brasiliana Ventidue anni dopo - Intervento - Pubblico Ministero nella Costituzione. 2010. (Outra).

17
4.

Seminario: La costruzione della Democrazia. 2010. (Seminário).

17
5.

Seminário Italo-Brasileiro su Il diritto sanitario. 2010. (Seminário).

17
6.

Seminário sobre a Cartelização de Combustíveis. 2010. (Seminário).

17
7.

VIII Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil e Penal. 2010. (Congresso).

17
8.

X Congresso Brasileiro do Ministério Público do Meio Ambiente. Estratégias para a efetividade das ações civis públicas em matéria ambiental (Facilitador). 2010. (Congresso).

17
9.

X Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor. O Incidente de Coletivização e o Processo Coletivo. 2010. (Congresso).

18
0.

13o. Congresso Interncional e 14o. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental. A nova execução, o direito fundamental ao meio ambiente urbano e os deveres do Poder Público no parcelamento do solo. 2009. (Congresso).

18
1.

9o. Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor. Sistema único das ações coletivas? Revogação do CDC e da LACP. 2009. (Congresso).

18
2.

18
3.

Congresso Internacional Direito Processual Civil - Processo Civil e Interesse Público. A coisa julgada na ação de improbidade administrativa: a dupla face da ação (ressarcimento/punição). 2009. (Congresso).

18
4.

GRANDES TEMAS DE PROCESSO CIVIL. PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO. 2009. (Seminário).

18
5.

IX CONGRESSO BRASILEIRO DO MP DO MEIO AMBIENTE - OS DESAFIOS DO DIREITO AMBIENTAL NO PLANETA E AS NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO - TEORIA E PRÁTICA. 2009. (Congresso).

18
6.

Seminário Ada Pellegrini Grinover. O novo mandado de segurança coletivo. 2009. (Seminário).

18
7.

Workshop - Meio Ambiente - CEAF/MPES. Crimes Ambientais e Processo Penal Ambiental. 2009. (Oficina).

18
8.

Capacitação de Promotores de Justiça da Saúde - Região Centro. 2008. (Outra).

18
9.

Congresso Brasileiro de Carreiras Jurídicas de Estado - AGU. Acesso à Justiça e Processos Coletivos. 2008. (Congresso).

**19
0.**

Curso de Gestão em Recursos Humanos e Avaliação de Desempenho. 2008. (Outra).

**19
1.**

Fórum de Debates - A Reforma do Processo Penal. 2008. (Outra).

**19
2.**

Processo Eletrônico: A Revolução Digital no Poder Judiciário. 2008. (Encontro).

**19
3.**

Simpósio A Efetividade e a Atuação do MP na Proteção do Meio ambiente. 2008. (Simpósio).

**19
4.**

Temas Atuais e Controvertidos em Ações Coletivas.A Fase de Execução em Ações Coletivas: Cumprimento e Liquidação de Sentenças - Controvérsias. 2008. (Seminário).

**19
5.**

Temas atuais sobre recursos cíveis.Atualidades em Recursos Cíveis - Agravo de Instrumento. 2008. (Outra).

**19
6.**

Treinamento Introdutório dos Servidores Recém-Aprovados para os Cargos Efetivos do Ministério Público do Espírito Santo.Os Códigos e a Lei de Improbidade Administrativa. 2008. (Oficina).

**19
7.**

TREINAMENTO INTRODUTÓRIO DOS SERVIDORES REÇÉM-APROVADOS PARA OS CARGOS EFETIVOS DO MINISTÉRIO

19
8.

Combate às Organizações Criminosas. 2007. (Outra).

19
9.

Curso de atualização em processo civil. Tutela Coletiva - teoria geral do processo coletivo - competência - legitimidade - coisa julgada. 2007. (Simpósio).

20
0.

II Seminário de direito sanitário. Dever de Prestação de Contas e Improbidade Administrativa. 2007. (Seminário).

20
1.

XVII Congresso Nacional do Ministério Público. O Regime Geral da Atuação do MP em Mandados de Segurança e a Obrigatoriedade de Intervenção nos Mandados de Segurança Coletivos. 2007. (Congresso).

20
2.

XVII Congresso Nacional do Ministério Público. A dignidade da Tutela Coletiva: O caráter (In)Disponível e (Trans)Individual dos Direitos Individuais Homogêneos para Fins de Tutela. 2007. (Congresso).

20
3.

Aula Inaugural do Semestre Letivo 2006/1 - As Recentes Reformas do Processo Civil. O novo regime do agravo de instrumento. 2006. (Outra).

20
4.

Curso de Tiro Defensivo na Preservação da Vida - TPVD. 2006. (Outra).

**20
5.**

II Curso de Adaptação para Ingresso à Carreira do MP do Estado do Espírito Santo. 2006. (Outra).

**20
6.**

II Encontro do MP em Defesa dos Direitos do Consumidor. 2006. (Encontro).

**20
7.**

1º Congresso Beneficente de Direito Processual Civil. Processo Constitucional : Reflexões sobre a Judicial Review e o Stare Decisis no Direito Brasileiro. 2005. (Congresso).

**20
8.**

Ciclo de Palestras Jurídicas 2005. 2005. (Outra).

**20
9.**

Curso de Capacitação e Atualização para Advocacia ESA/OAB/RS.Os Recursos Cíveis na Atualidade: modificações no CPC e EC/45. 2005. (Outra).

**21
0.**

Curso de Verão ESA/OAB/RS - Inovações nos Recursos Cíveis e o Problema da Verdade.Inovações em Tema de Recursos Cíveis - Recursos Cíveis no Estado Democrático de Direito. 2005. (Outra).

**21
1.**

Fórum Social Muncial. 2005. (Outra).

**21
2.**

II Curso de Verão ESA/OAB/RS.Prova Cível. 2005. (Outra).

21
3.

Jurisprudência Vinculante do Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência Vinculante do Supremo Tribunal Federal. 2005. (Encontro).

21
4.

Jurisprudência Vinculante do Supremo Tribunal Federal - Procuradoria Regional da República da 4ª Região. Jurisprudência Vinculante do Supremo Tribunal Federal. 2005. (Encontro).

21
5.

Jornada Castanheira Neves - Coloquio Luso-Brasileiro acerca do Sentido do Direito e da Praxis dos Juristas. 2003. (Congresso).

21
6.

REPENSANDO O PROCESSO CIVIL - A VISÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. REPENSANDO O PROCESSO CIVIL - A VISÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2003. (Seminário).

21
7.

XIII CONFERENCIA CONTINENTAL DE LA AAJ - Associação Americana de Juristas. XIII CONFERENCIA CONTINENTAL DE LA AAJ. 2003. (Congresso).

21
8.

XIII Conferencia Continental Justicia Social, Democracia y Paz. 2003. (Outra).

21
9.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E MANDADO DE SEGURANÇA. 2002. (Seminário).

22
0.

ações contitucionais e controle de constitucionalidade.ações
constitucionais e controle de constitucionalidade. 2002.
(Outra).

22
1.

AGRAVOS E EMBARGOS NA REFORMA DO CPC.RECURSOS
CÍVEIS - AGRAVOS E EMBARGOS. 2002. (Outra).

22
2.

PROVA CIVIL - TEORIA GERAL.PROVA CIVIL. 2002.
(Seminário).

22
3.

Provas em espécie e as reformas do cpc.provas em espécie.
2002. (Seminário).

22
4.

TUTELA DE URGÊNCIA.TUTELA DE URGÊNCIA. 2002. (Outra).

22
5.

II Jornadas de direito processual civil. II jornadas de direito
processual civil. 2001. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

UZELAC, A. ; **ZANETI JR., Hermes** ; VITORELLI, E. ; LEONEL,
R. B. ; CABRAL, A. P. ; PASQUALOTTO, V. ; **MOSCHEN, V. R. B.**
; JEVEAUX, Geovany Cardoso . Curso de Processo Civil
Comparado. 2023. (Outro).

2.

ZANETI JR., Hermes. Ministério Público e Justiça Multiportas.
2023. (Outro).

3.

ZANETI JUNIOR, Hermes. III Congresso Estadual dos Membros do Ministério Público do Espírito Santo. 2023. (Congresso).

4.

ZANETI JUNIOR, Hermes. II Congresso Estadual de Servidores do Ministério Público do Espírito Santo. 2023. (Congresso).

5.

ZANETI JR., Hermes; JEVEAUX, Geovany Cardoso ; RODRIGUES, M. A. . Novos Rumos do Processo - Jornadas Brasil-Peru-Uruguai de Direito Processual Civil. 2023. (Congresso).

6.

ZANETI JR., Hermes. 1º FPCC Convida: Prof. Dr. Jordão Violin. 2020. (Outro).

7.

ZANETI JR., Hermes. 2º FPCC Convida: Prof. Dr. Délton Winter de Carvalho. 2020. (Outro).

8.

ZANETI JR., Hermes. 3º FPCC Convida: Prof. Dr. Edilson Vitorelli. 2020. (Outro).

9.

ZANETI JR., Hermes. 4º FPCC Convida: Prof. Dr. Antonio do Passo Cabral. 2020. (Outro).

10.

ZANETI JR., Hermes. 5º FPCC Convida: Prof. Dr. Dierle Nunes. 2020. (Outro).

11.

ZANETI JR., Hermes. 6º FPCC Convida: Prof. Dr. Vitor de Paula Ramos. 2020. (Outro).

12.

ZANETI JR., Hermes. 7º FPCC Convida: Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha. 2020. (Outro).

13.

ZANETI JR., Hermes. 8º FPCC Convida: Prof. Dr. Sofia Temer. 2020. (Outro).

14.

ZANETI JR., Hermes. 9º FPCC Convida: Prof. Dr. Susana Henriques da Costa. 2020. (Outro).

15.

ZANETI JR., Hermes. 10º FPCC Convida: Prof. Dr. Daniel Mitidiero. 2020. (Outro).

16.

ZANETI JR., Hermes. 11º FPCC Convida: Prof. Dr. Fredie Didier Jr.. 2020. (Outro).

17.

ZANETI JR., Hermes. 12º FPCC Convida: Prof. Dr. Eduardo Talamini. 2020. (Outro).

18.

ZANETI JR., Hermes. 13º FPCC Convida: Prof. Dr. Fredie Didier Jr.. 2020. (Outro).

19.

ZANETI JUNIOR, H.. Justiça Civil: Desafios. 2019. (Outro).

20.

ZANETI JR., Hermes. Seminário "MPES E O TERCEIRO SETOR". 2019. (Outro).

21.

ZANETI JR., Hermes. Oficina: Definição e ideação de estratégias. 2019. (Outro).

22.

ZANETI JR., Hermes. Oficina Tribunal do Júri: O Ministério Público em Defesa da Justiça. 2019. (Outro).

23.

ZANETI JR., Hermes. Oficina Diretrizes Nacionais Feminicídio - Investigar, processar e julgar. 2019. (Outro).

24.

ZANETI JR., Hermes; FREITAS, G. P. ; FABRIS, D. C. ; VIEIRA, M. L. . Palestra: Autocomposição e Meio Ambiente. 2019. (Outro).

25.

ZANETI JR., Hermes; TARUFFO, M. ; MITIDIERO, D. . Temas Avançados de Processo. 2019. (Outro).

26.

ZANETI JR., Hermes; SOUZA, L. G. . ABERTURA DAS ATIVIDADES DE 2019. 2019. (Outro).

27.

ZANETI JR., Hermes; MATTA, A. A. ; AMARAL, V. M. ; SOUZA, H. C. ; GARCIA, L. ; LENGGRUBER, S. ; OLIVEIRA, A. C. G. . IV ENCONTRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM OS PROCONS MUNICIPAIS. 2019. (Outro).

28.

ZANETI JUNIOR, H.. Congresso Estadual do MPES. 2019. (Congresso).

29.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso Avaliação de Risco em Casos de Violência Contra Mulheres (Frida). 2019. (Outro).

30.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso de Atualização do Novo CPC. 2019. (Outro).

31.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso de Excel - Turma II. 2019. (Outro).

32.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso de Excel - Turma III. 2019. (Outro).

33.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso de Power BI - Módulo 1. 2019. (Outro).

34.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso de Power BI - Módulo 2. 2019. (Outro).

35.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso de Power BI - Módulo 3. 2019. (Outro).

36.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso de Power BI - Módulo 4. 2019. (Outro).

37.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso Prático de Excel. 2019. (Outro).

38.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso Sobre as Alterações da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2019. (Outro).

39.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso Desafios para Escuta Especial de Crianças e Adolescentes. 2019. (Outro).

40.

ZANETI JUNIOR, H.. Palestra Sobre a Reforma da Previdência. 2019. (Outro).

41.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento DIMPES. 2019. (Outro).

42.

ZANETI JUNIOR, H.. Usabilidade de Ferramenta BI. 2019. (Outro).

43.

ZANETI JUNIOR, H.. Curso de Adaptação à Carreira - Promotores de Justiça - 1ª Parte. 2019. (Outro).

44.

ZANETI JUNIOR, H.. Capacitação SIPEF. 2019. (Outro).

45.

ZANETI JUNIOR, H.. Debate Sobre a Lei de Internações Voluntárias e Compulsórias. 2019. (Outro).

46.

ZANETI JUNIOR, H.. Debates Sobre as Novas Tecnologias e Análise Econômica do Direito. 2019. (Outro).

47.

ZANETI JUNIOR, H.. Visita Institucional. 2019. (Outro).

48.

ZANETI JUNIOR, H.. 1º Encontro Preparatório Para as Eleições Municipais de 2020 - Workshop Sobre Doações Irregulares. 2019. (Outro).

49.

ZANETI JUNIOR, H.. Diálogo Sobre Adoção. 2019. (Outro).

50.

ZANETI JUNIOR, H.. Diálogo Sobre Adoção - Sistema de Justiça. 2019. (Outro).

51.

ZANETI JUNIOR, H.. Encontro da Juventude Negra com o MPES. 2019. (Outro).

52.

ZANETI JUNIOR, H.. Encontro Sobre Alimentação Escolar - Atuação do MPES na Educação Infantil. 2019. (Outro).

53.

ZANETI JUNIOR, H.. II Encontro da Juventude Negra com o MPES. 2019. (Outro).

54.

ZANETI JUNIOR, H.. IV Encontro do Ministério Público com os Procons Municipais. 2019. (Outro).

55.

ZANETI JUNIOR, H.. Learning Pills: Balanço dos 3 Anos do CPC. 2019. (Outro).

56.

ZANETI JUNIOR, H.. Projeto Praxis - Improbidade. 2019. (Outro).

57.

ZANETI JUNIOR, H.. Projeto Praxis - Improbidade Administrativa. 2019. (Outro).

58.

ZANETI JUNIOR, H.. Projeto Praxis - Meio Ambiente. 2019. (Outro).

59.

ZANETI JUNIOR, H.. Projeto Regionalizando - Guarapari (Membros). 2019. (Outro).

60.

ZANETI JUNIOR, H.. Projeto Regionalizando - Guarapari (Servidores). 2019. (Outro).

61.

ZANETI JUNIOR, H.. VII Encontro Estadual da Lei Maria da Penha. 2019. (Outro).

62.

ZANETI JUNIOR, H.. Visita Institucional 2019. 2019. (Outro).

63.

ZANETI JUNIOR, H.. Oficina Diretrizes Nacionais Feminicídio - Investigar, Processar e Julgar. 2019. (Outro).

64.

ZANETI JUNIOR, H.. Oficina Tribunal do Júri: O Ministério Público em Defesa da Justiça. 2019. (Outro).

65.

ZANETI JUNIOR, H.. Oficina: Autocomposição e Negociação Direta da Sanção. 2019. (Outro).

66.

ZANETI JUNIOR, H.. Oficina: Definição e Ideação de Estratégias - Linhares. 2019. (Outro).

67.

ZANETI JUNIOR, H.. Painel de Segurança Pública, Jurimetria e Crimes Cibernéticos. 2019. (Outro).

68.

ZANETI JUNIOR, H.. Ciclo de Palestras: Temas Atuais de Direito. 2019. (Outro).

69.

ZANETI JUNIOR, H.. Dia do Motorista. 2019. (Outro).

70.

ZANETI JUNIOR, H.. O MPES e a Proteção da Pessoa Idosa: Lançamento do PAIPI (Panorama de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas). 2019. (Outro).

71.

ZANETI JUNIOR, H.. Palestra Business Intelligence. 2019. (Outro).

72.

ZANETI JUNIOR, H.. Palestra: Autocomposição e Meio Ambiente. 2019. (Outro).

73.

ZANETI JUNIOR, H.. Palestra: Educação Especial no Sistema Educacional - Acesso e Garantia da Qualidade da Educação. 2019. (Outro).

74.

ZANETI JUNIOR, H.. Temas Avançados de Processo. 2019. (Outro).

75.

ZANETI JUNIOR, H.. IV Seminário Direito à Diversidade Sexual. 2019. (Outro).

76.

[ZANETI JUNIOR, H..](#) Seminário Execução Orçamentária na Saúde e Educação - Aplicação do Gasto Mínimo. 2019. (Outro).

77.

[ZANETI JUNIOR, H..](#) Seminário MPES e o Terceiro Setor. 2019. (Outro).

78.

[ZANETI JUNIOR, H..](#) Seminário A Investigação do Ministério Público no Combate à Corrupção (GNCOG). 2019. (Outro).

79.

[ZANETI JUNIOR, H..](#) Seminário O Código Florestal Após Julgamento do STF e a Lei da Mata Atlântica - Interpretação e Papel do Ministério Público na Proteção do Meio Ambiente. 2019. (Outro).

80.

[ZANETI JUNIOR, H..](#) IX Simpósio Capixaba de Memória Institucional. 2019. (Outro).

81.

[ZANETI JUNIOR, H..](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça da Mulher de Vitória. 2019. (Outro).

82.

[ZANETI JUNIOR, H..](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Afonso Cláudio. 2019. (Outro).

83.

[ZANETI JUNIOR, H..](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Água Doce do Norte. 2019. (Outro).

84.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Aguiá Branca. 2019. (Outro).

85.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Alfredo Chaves. 2019. (Outro).

86.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Alto Rio Novo. 2019. (Outro).

87.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Anchieta. 2019. (Outro).

88.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Apiacá. 2019. (Outro).

89.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Aracruz. 2019. (Outro).

90.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Barra de São Francisco. 2019. (Outro).

91.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Boa Esperança. 2019. (Outro).

92.

[ZANETI JUNIOR, H.](#) Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Bom Jesus do Norte.

2019. (Outro).

93.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Conceição da Barra. 2019. (Outro).

94.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Conceição do Castelo. 2019. (Outro).

95.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Ecoporanga. 2019. (Outro).

96.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Fundão. 2019. (Outro).

97.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Ibatiba. 2019. (Outro).

98.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Iconha. 2019. (Outro).

99.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Itaguaçu. 2019. (Outro).

100.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Itarana. 2019. (Outro).

10
1.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Iúna. 2019. (Outro).

10
2.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Jerônimo Monteiro. 2019. (Outro).

10
3.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Laranja da Terra. 2019. (Outro).

10
4.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Mantenópolis. 2019. (Outro).

10
5.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Mimoso do Sul. 2019. (Outro).

10
6.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Montanhas. 2019. (Outro).

10
7.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Mucurici. 2019. (Outro).

10
8.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Muniz Freire. 2019. (Outro).

10
9.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Nova Venécia. 2019. (Outro).

11
0.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Pancas. 2019. (Outro).

11
1.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Pedro Canário. 2019. (Outro).

11
2.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Pinheiros. 2019. (Outro).

11
3.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy. 2019. (Outro).

11
4.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Rio Bananal. 2019. (Outro).

11
5.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Rio Novo do Sul. 2019. (Outro).

11
6.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Santa Leopoldina. 2019. (Outro).

11
7.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Santa Maria de Jetibá. 2019. (Outro).

11
8.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Santa Teresa. 2019. (Outro).

11
9.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de São Domingos do Norte. 2019. (Outro).

12
0.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de São Gabriel da Palha. 2019. (Outro).

12
1.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de São José do Calçado. 2019. (Outro).

12
2.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Vargem Alta. 2019. (Outro).

12
3.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Venda Nova do Imigrante. 2019. (Outro).

12
4.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Piúma. 2019. (Outro).

12
5.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Alegre. 2019. (Outro).

12
6.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Dorcas do Rio Preto. 2019. (Outro).

12
7.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Guaçuí. 2019. (Outro).

12
8.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Ibitirama. 2019. (Outro).

12
9.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento Sobre Eficiência Energética - PJ Vila Velha. 2019. (Outro).

13
0.

ZANETI JUNIOR, H.. Treinamento de Implantação do PROPAD - Área Finalística - Promotoria de Justiça de Castelo. 2019. (Outro).

13
1.

ZANETI JUNIOR, H.. Workshop Relacionamento com a Imprensa: Oportunidades e Desafios. 2019. (Outro).

13
2.

ZANETI JUNIOR, H.. Workshop Tipologias de Lavagem de Dinheiro - Operação Lava-Jato (Rio de Janeiro). 2019. (Outro).

13
3.

ZANETI JR, Hermes. Seminário Internacional "Os desafios do Judiciário e do Ministério Público no século XXI: Diálogos entre Brasil e Itália". 2019. (Outro).

13
4.

UZELAC, A. ; **MOSCHEN, V. R. B. ; ZANETI JUNIOR, Hermes** . The Future of Civil Procedure. 2018. (Outro).

13
5.

ZANETI JR., Hermes. III CONGRESSO BRASIL- ARGENTINA EM DIREITO PROCESSUAL. 2018. (Congresso).

13
6.

ZANETI JR., Hermes. Por Uma Nova Teoria Dos Procedimentos Especiais: O Caso Do Processo Coletivo. 2018. (Outro).

13
7.

ZANETI JUNIOR, Hermes; CUNHA, L. C. ; COSTA, S. H. ; NUNES, D. J. C. ; CABRAL, Antonio do Passo . Seminário Desafios do Novo Processo Civil. 2018. (Outro).

13
8.

ZANETI JR., Hermes. Direito Coletivo em evolução: direito comparado e casos repetitivos. 2018. (Outro).

13
9.

ZANETI JR., Hermes. Direito Coletivo na China: tão perto tão longe. 2018. (Outro).

14
0.

ZANETI JR., Hermes; CAMPOS, A. P. ; SALGADO, J. M. . II Seminário Justiça, Processo e Constituição - Montanhas Capixabas - Domingos Martins. 2018. (Congresso).

14
1.

ZANETI JR., Hermes. Recursos e Precedentes no Novo CPC. 2018. (Outro).

14
2.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Curso Recursos e Precedentes no Novo CPC. 2018. (Outro).

14
3.

VAN RHEE, C. H. ; RODRIGUES, M. ; **ZANETI JR., Hermes** . Processo Civil Comparado: Case Management e Princípio da Cooperação - A Virada da Justiça Brasileira para o Processo Cooperativo. 2017. (Outro).

14
4.

ZANETI JR., Hermes; CAMPOS, A. ; SILVESTRE, G. F. . I Seminário Processo e Constituição - Montanhas Capixabas - Domingos Martins. 2017. (Outro).

14
5.

ZANETI JR., H. ; **ZANETI JR., Hermes** . SEMINÁRIO JUSTIÇA MULTIPORTAS: ACESSO À JUSTIÇA, PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO. 2017. (Outro).

14
6.

[ZANETI JUNIOR, H.](#), Seminário Justiça Multiportas: Acesso à Justiça, Poder Judiciário e Ministério Público. 2017. (Outro).

14
7.

[ZANETI JR, Hermes](#); BRASIL JR, S. M. ; JEVEAUX, Geovany Cardoso ; COURA, A. C. . O Valor Vinculante dos Precedentes em Debate - Lançamento Acadêmico da 2ª ed. 2016. (Outro).

14
8.

[ZANETI JR., Hermes](#); ALVES, Gustavo Silva ; [PEREIRA, C. F. B.](#) ; [CARDOSO, J. P.](#) . Lançamento da obra "Coleção Repercussões Novo CPC - Processo Coletivo". 2016. (Outro).

14
9.

[ZANETI JR, Hermes](#). O Sistema Criminal dos Estados Unidos e o Plea Bargain. 2015. (Outro).

15
0.

[ZANETI JR, Hermes](#). Lei 13.105/2015 - Alterações do Novo CPC. 2015. (Outro).

15
1.

[ZANETI JR., Hermes](#). PALESTRA O SISTEMA CRIMINAL DOS ESTADOS UNIDOS E O PLEA BARGAIN. 2015. (Outro).

15
2.

[ZANETI JUNIOR, H.](#). Palestra O Sistema Criminal dos Estados Unidos e o Plea Bargain. 2015. (Outro).

15
3.

GIDI, A. C. O. ; [MOSCHEN, V. R. B.](#) ; [ZANETI JR, Hermes](#) . Curso Monográfico de Processo Coletivo - perspectiva crítica e comparada. 2014. (Outro).

15
4.

GIDI, A. C. O. ; **ZANETI JR, Hermes** . Direito Processual Coletivo Brasileiro e Comparado. 2014. (Outro).

15
5.

ZANETI JUNIOR, H.. Palestra Sobre Direito Processual Coletivo Comparado e Brasileiro. 2014. (Outro).

15
6.

ZANETI JUNIOR, H.. Seminário Sobre a Importância das Unidades de Conservação. 2014. (Outro).

15
7.

ZANETI JR, Hermes. FORMALISMO-VALORATIVO. 2008. (Congresso).

15
8.

ZANETI JR, Hermes. Tutela de urgência. 2004. (Congresso).

Orientações


Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

 pedro pessoa temer. Habeas Corpus Coletivo. Início: 2022. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

2.


 Brigida Roldi Passamani. Precedentes normativos formalmente vinculantes no controle concentrado de

constitucionalidade.. Início: 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

3.

 Paulo Rogério Sato. Ação Rescisória e Precedentes Judiciais. Início: 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

4.

 Daniela Bermudes Lino. O meio ambiente não possui fronteiras: Da competência adequada à jurisdição adequada na tutela coletiva socioambiental. Início: 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. (Orientador).

Tese de doutorado

1.

Edilson Santana Goç Alves Filho. TUTELA JURÍDICA COLETIVA POR MEIO DOS MÊMBROS DO GRUPO CUJOS INTERESSES ENCONTRAM-SE EM DISCUSSÃO. Início: 2023. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará. (Coorientador).

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Alex Fabianny Lemos Quintão. -. Início: 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

2.

Andre Felipe de Araujo Boina. -. Início: 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

Iniciação científica

1.

Heitor Ferreira Contemor. A verdade na Autocomposição (como equivalentes jurisdicionais) e sua relação de semelhança com os jogos de soma não-zero. Início: 2023. Iniciação científica

2.

Richard Jean Barroso Gomes Rodrigues. A utilização de técnicas processuais estruturais na resolução de litígios coletivos complexos: uma análise do Desastre Rio Doce. Início: 2019. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

3.

Valquíria da Silva Messias. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e a sua contribuição para a solução de demandas no caso Desastre Rio Doce. Início: 2019. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. (Orientador).

4.

Natalia Lorenzutti Pereira Pinto. A aplicação dos métodos adequados de resolução de conflitos nos processos coletivos derivados do Desastre do Rio Doce.. Início: 2019. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

5.

Valquiria da Silva Messias. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e a sua contribuição para a solução de demandas no caso Desastre Rio Doce. Início: 2018. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

6.

Pedro Mansur Trés. A atividade jurisdicional contemporânea e a aplicação de normas semanticamente abertas.. Início: 2016. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

7.

Camila Pirovani Paixão. Os limites do controle jurisdicional pelo STF sobre os regulamentos internos da Câmara e do Senado. Início: 2016. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. (Orientador).

8.


Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado


1.

Marcela Rodrigues Pavesi Lopes. Autocomposição na improbidade administrativa: Acordo de não persecução civil e composição do litígio. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.


2.

 Luana Cabral Mendes Gontijo. A participação dos grupos, subgrupos e membros de grupo no processo coletivo. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Hermes Zaneti Junior.


3.

 Rosana de Jesus Guilherme. Justiça Digital e suas implicações no Sistema de Justiça brasileiro. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.


4.

 Larissa de Almeida Silva. O Modelo de Julgamento de Casos Repetitivos como Técnica de Gestão de Processos: A Fixação de Tese Jurídica e a Eventual Formação de Precedentes. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Hermes Zaneti Junior.


5.

 Ricardo Chamon Ribeiro II. O modelo de precedentes normativos formalmente vinculantes do CPC/2015 e o distinguishing. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.


6.

 José Angél Cornielles. Modelos de cortes constitucionales per curiam y seratim: integración y funcionamiento de la Sala Constitucional de Venezuela y del Supremo Tribunal Federal de Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Hermes Zaneti Junior.


7.

 Gustavo Silva Alves. A EXTENSÃO SUBJETIVA DA COISA JULGADA COLETIVA E OS TITULARES DOS DIREITOS INDIVIDUAIS: UMA RELEITURA A LUZ DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO. Ações coletivas e casos repetitivos: os membros do grupo e a convivência entre os modos de vinculação decorrentes do modelo brasileiro de processo coletivo,. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Hermes Zaneti Junior.


8.

 Alexandre dos Santos Lopes. Precedentes Judiciais e Administração Pública: Constitucionalização, novos paradigmas, processo e litigiosidade (uma proposta de diálogo).. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.


9.

 Carlos Frederico Bastos Pereira. O Controle da Decisão Judicial no Processo Civil: A Contribuição da Hermenêutica e da Analítica para um Modelo de Fundamentação Adequado ao Paradigma da Linguagem. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.


10.

 Juliana Provedel Cardoso. O Modelo Brasileiro de Processo Coletivo: As Ações Coletivas e o Julgamento de Casos Repetitivos. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

11.

 Helder Magevski de Amorim. O Ministério Público e a Unidade do Ordenamento Jurídico: O Ministério Público em 2º Grau e a Formação, Aplicação e Superação de Precedentes no Código de Processo Civil de 2015. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.

12.

 Gustavo Mattedi Reggiani. O julgamento liminar de improcedência na perspectiva dos precedentes, do contraditório e da impossibilidade jurídica do pedido. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.


13.

Bruno Castello Miguel. A participação de terceiros afetados no julgamento por amostragem de recursos repetitivos. 2014. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.


14.

Livia Regina Savergnini Bissoli Lage. Direitos Fundamentais Sociais e Controle Judicial. 2010. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.


15.

 Aloyr Dias Lacerda. O Inquérito Civil como Instrumento de Garantia dos Direitos Subjetivos Individuais e Coletivos. 2010. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.

16.

 Márcia Vitor de Magalhães e Guerra. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL CONGLOBAnte: NOVAS OBSERVAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NOS PROCESSOS COLETIVOS E A NECESSIDADE DE CONTROLE JUDICIAL DA LEGITIMAÇÃO ADEQUADA E DA ADEQUADA REPRESENTAÇÃO. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.

17.

 CAMILLA DE MAGALHÃES GOMES. A PROVA NO PROCESSO COLETIVO - TEORIA DOS MODELOS DA PROVA APLICADA AO PROCESSO COLETIVO. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Hermes Zaneti Junior.

18.

 Vinícius Pinheiro de Sant'Anna. A Disciplina das Cláusulas Gerais, Conceitos Jurídicos Indeterminados e Princípios no Anteprojeto do Código de Processo Civil. 2009. Dissertação

Supervisão de pós-doutorado

1.

Alexandre José Guimarães. A gestão de processos durante a pandemia da covid-19 no Ministério Público do Estado do Espírito Santo. 2022. Universidade Federal do Espírito Santo, . Hermes Zaneti Junior.

2.

Bruno Gomes Borges da Fonseca. 2019. Universidade Federal do Espírito Santo, . Hermes Zaneti Junior.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Kátia Kellen de Oliveira. A Aplicação do Art. 515, parágrafo 3º do CPC nos Julgamentos no STF e do STJ de Recurso Ordinário Constitucional em Sede de Mandado de Segurança. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Pós Graduação Lato Sensu Processo Civil) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

2.

Alan Alfim Malanchini. O Enunciado Número Sete da Súmula do Superior Tribunal de Justiça e a Vedação ao Reexame de Prova em Sede de Recurso Especial. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Pós Graduação Lato Sensu Processo Civil) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

3.

Leila Aparecida Pereira de Almeida. A Legitimidade Ativa do MP na Tutela do Interesse Individual à Saúde Independente da Qualidade do Titular do Direito. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Pós Graduação Lato Sensu Processo Civil) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

4.

Diego Moura Fadini. A Possibilidade de Ajuizamento de Ação Civil Pública pelo MP quando se Tratar de Direitos Individuais Homogêneos. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Pós Graduação

5.

Murillo Guzzo Fraga. Os meios de impugnação imediata às decisões interlocutórias em sede de juizado especial cível estadual. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Pós Graduação Lato Sensu Processo Civil) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

6.

Márcia Pereira Azzario. O princípio do contraditório e o direito probatório: perspectivas de processo constitucional. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

7.

Francisco Santafé Aguiar. Princípio da Isonomia e as Prerrogativas Funcionais do Ente Público. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

8.

Juliana Falcão Irigaray. O Juiz, a lei e sociedade. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

9.

Márcia de Barros Alves Vieira. Busca da Verdade Real: Uma comparação entre o processo civil e o processo do trabalho. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Kenedy Adams Roeldes Dally. O precedente judicial e os efeitos da decisão proferida no julgamento de recursos extraordinários e especiais repetitivos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

2.

Maisa Arantes Burgos. Precedentes vinculantes no controle de constitucionalidade concentrado brasileiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

3.

Gustavo Silva Alves. Os limites subjetivos da coisa julgada coletiva, as impropriedades do artigo 16 da Lei 7.347/85 e a possibilidade de uma futura mudança na jurisprudência do STJ à luz da técnica do julgamento-alerta.. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

4.

Talles Fundão Marchito. Os Direitos Fundamentais Sociais e o Seu REconhecimento como Limites Materiais ao Poder Constituinte de Reforma. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

5.

Laise Sindra Ribeiro. Coisa Julgada nas Ações Coletivas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

6.

Carla Gadelha Xavier. Reparação pelos Danos Globalmente Causados: A Fluid Recovery no Direito Brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

7.

Gabriel Langa Neto. A ação coletiva ex delicto: a tutela civil dos bens jurídicos penais coletivos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

8.

Fernanda Oliveira Pontes. Antecipação de Tutela Contra a Fazenda Publica. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

9.

Júlio César Amorim Fraga. Embargos de executado e título executivo. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

10.

Vitor Renato Giozza Ávila. Lesão penal ao patrimônio ambiental. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

11.

Rossano Lopes. O princípio do contraditório no processo de execução. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

12.

Aline Portanova. Execução de alimentos. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

13.

Heloísa Medeiros. A multa administrativa no direito ambiental. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Luterana do Brasil. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

Iniciação científica

1.

Ana Carolina Fontes Frizzeira. A aplicação de Decisões Estruturais ao Desastre do Rio Doce quanto a questão ambiental. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

2.

Cristina de Freitas Caiado Machado. Análise da autocomposição e da ação coletiva como causas de suspensão e interrupção da prescrição para ações individuais no caso Rio Doce. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

3.

Eduarda Rodrigues Prado de Paula. O princípio da oralidade e o Desastre do Rio Doce: uma análise sobre a sua efetivação nos processos coletivos. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

4.

Lorenzo Caser Mill. Autocomposição no Caso Samarco: inovações do CPC/2015 e da Lei de Mediação voltadas à tutela de interesses individuais e coletivos. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

5.

Maria Luiza Arminio Machado. A aplicabilidade do Dano Moral Coletivo aos direitos coletivos lato senso originados pelo Caso Samarco: um estudo à luz do Microssistema de Processo Coletivo e da Constituição Federal. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

6.

Aline Oliveira Silva. Acesso ao direito, a busca e o acesso à Justiça através de meios adequados pelos atingidos por desastres ambientais. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

7.

Richard Jean Barroso Gomes Rodrigues. A constitucionalidade da vinculação do juiz aos precedentes.. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

8.

Thaís Henriques Dias. Análise do uso dos meios alternativos de resolução dos litígios coletivos entre a Samarco/Vale/BHP e as populações atingidas pelo rompimento da barragem em Mariana ? MG.. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

Gabriel Langa Neto. A ação coletiva ex delicto: a tutela civil dos bens jurídicos penais coletivos. 2008. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Espírito Santo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Hermes Zaneti Junior.

Inovação

Projetos de pesquisa

2014 - 2016

Processo coletivo: modelo brasileiro

Descrição: O grupo pretende analisar, discutir e apresentar propostas a respeito do processo coletivo brasileiro. Foram identificadas recentemente, na tese de pós-doutorado do Prof. Hermes Zaneti Jr, três grandes tendências ou modelos de processos coletivos: class actions; ações associativas e litígios agregados; processo coletivo: modelo brasileiro. O grupo pretende portanto aprofundar as pesquisas sobre a matriz metodológica do direito processual coletivo brasileiro no direito comparado, civil law e common law, bem como, através da crítica comparativa identificar as tendências do processo coletivo no Brasil e em outros ordenamentos jurídicos, notadamente da Europa, América-Latina e Estados Unidos da América. Adotou-se, ademais, um novo conceito de processo coletivo, compreendido como: "[...] processo coletivo é aquele em que se postula um direito coletivo lato sensu (situação jurídica coletiva ativa) ou se afirma a existência de uma situação jurídica coletiva passiva [...] o núcleo do conceito de processo coletivo está em seu objeto litigioso: coletivo é o processo que tem por objeto litigioso uma situação jurídica coletiva ativa ou passiva" (DÍDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Curso de direito processual civil. Processo coletivo. 9ed. revista, ampliada e atualizada. Salvador: Jus Podivm, 2014, p. 38/39, vol. 4). Assim tanto as class actions como as ações associativas e os litígios agregados poderão ser identificados do ponto de vista comparado como processos coletivos. Por outro lado, a pesquisa procura identificar o conteúdo dogmático e teórico dos direitos fundamentais coletivos e dos direitos subjetivos materiais coletivos ao lado dos direitos processuais assegurados pelo processo coletivo e já devidamente reconhecidos, pois se parte da premissa que o direito

material e o processo convivem em uma relação circular e mutuamente implicada. O grupo pretende ainda analisar a constitucionalização dos processos coletivos. Atualmente o Prof. Dr. Antonio Gidi é co-lider e o grupo focará a atividade na análise crítica de sua produção científica e na sua conhecida expertise em processo comparado..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (10) / Especialização: (50) / Mestrado acadêmico: (10) .

Integrantes: Hermes Zaneti Junior - Coordenador / Antonio Carlos de Oliveira Gidi - Integrante.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Novo CPC e Ministério Público. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

2.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

3.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento sobre Eficiência Energética. 2019. .

4.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

5.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

6.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

7.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

8.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

9.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

10.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

11.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

12.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

13.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

14.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

15.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

16.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

17.

ZANETI JR., Hermes. Treinamento de Implementação do PROPAD. 2019. .

18.

ZANETI JR., Hermes. Curso de Adaptação à Carreira - Promotores de Justiça. 2019. .

19.

ZANETI JR., Hermes. Curso de Adaptação à Carreira - Promotores de Justiça. 2019. .

20.

ZANETI JR., Hermes. Curso de Adaptação à Carreira - Promotores de Justiça em Estágio Probatório - 1ª Etapa. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

21.

ZANETI JR., Hermes. MPES Transparente. 2019. .

22.

ZANETI JR., Hermes. Usabilidade de Ferramentas BI. 2019. .

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

ZANETI JR., Hermes. Oficina: Definição e ideação de estratégias. 2019. (Outro).

2.

ZANETI JR., Hermes. Oficina Tribunal do Júri: O Ministério Público em Defesa da Justiça. 2019. (Outro).

3.

ZANETI JR., Hermes. Oficina Diretrizes Nacionais Femicídio - Investigar, processar e julgar. 2019. (Outro).

Redes sociais, websites e blogs

1.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Hermes Zaneti Junior. 2008; Tema: Docência e Divulgação das Atividades do Prof. Hermes Zaneti Jr e do Grupo de Pesquisa Processo Coletivo - Modelo Brasileiro. (Blog).

2.

ZANETI JUNIOR, Hermes. hermes zaneti jr.. 2011; Tema: Filosofia do Direito. Direito e Processo Coletivo. Atualidades Jurisprudenciais e Legais.. (Rede social).

3.

ZANETI JUNIOR, Hermes. Academia.com. 2011; Tema: Processo Civil, Processo Constitucional, Direito Processual Comparado e Filosofia do Direito. (Rede social).

Outras informações relevantes

Líder do Grupo de Pesquisa Fundamentos do Processo Civil Contemporâneo - FPCC - UFES, Grupo fundador da ProcNet - Rede Internacional de Pesquisa Justiça Civil e Processo Contemporâneo. Para a pesquisa do FPCC conferir o site do LAPROCON - Laboratório sobre Processo Constitucional da UFES <https://laprocon.ufes.br/>.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 07/08/2024 às 6:44:38

Imprimir currículo





República Federativa do Brasil
Ministério da Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito, em 16 de novembro de 2005, confere o título de

Doutor em Direito

Área de Concentração: Direito Processual

Hermes Zaneti Junior

nacionalidade brasileira, nascido a 18 de março de 1973, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e outorga-lhe o presente diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Porto Alegre, 10 de janeiro de 2006.

Sérgio José Porto
Diretor

José Carlos Ferraz Hennemann
Reitor

Antônio H. Toscano de Brito
Secretário do Dep. de Direito - UFES

Antônio H. Toscano de Brito
Secretário do Dep. de Direito - UFES

CÓPIA AUTENTICADA
Confere com o original
Visto 03/08/2007

CAFE
119
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Curso reconhecido pela Portaria nº 2.878, do Ministro de Estado da Educação, de 24/08/2005, publicado do D.O.U., 26/08/2005, nº 165, Seção 1, p.21. Diploma registrado sob o nº 0829, fls. 139-v, do Livro PG 19, de acordo com artigo 48, parágrafo 1º, da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Processo nº 23078.040336/05-77.

Porto Alegre, 10 de janeiro de 2006.

Kátia Rosane Rocha Born
Kátia Rosane Rocha Born

Chefe da Seção de Registro de Diplomas de Pós-Graduação

Valquíria Linck Bassani
Valquíria Linck Bassani
Pró-Reitora de Pós-Graduação

Antônio H. Tescaro
Secretário do Depto. de Ensino - UFES

CÓPIA AUTENTICADA
Confere com o original
Vitória 03/18/2006

2.º TABELIONATO	
Rua Siqueira Campos, 1245 - Fone: 3228-5020	
AUTÊNTICO verso o verso da presente cópia reprográfica	
assinada nas duas partes, conforme o original e não	
apresentado do que por	
P. Alegre - RS	
<input checked="" type="checkbox"/> LUIZ CARLOS WESCHERLANN - Tabelião	16 MAR 2006
<input checked="" type="checkbox"/> MARCO ANTONIO DUTRA DA SILVA - Sub. do Tabelião	
<input checked="" type="checkbox"/> LUIZ PAULO WESCHERLANN - Esc. Autêntica	
<input checked="" type="checkbox"/> CRISTIANO C. SILVA - Esc. Autêntica	
<input checked="" type="checkbox"/> FABIO FRAGA - Esc. Autêntica	



Nº 027129

120

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ATA Nº. 05/2005

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora da Tese de Doutorado intitulada "A Constitucionalização do Processo: A virada do Paradigma Racional e Político no Processo Civil Brasileiro do Estado Democrático Constitucional" – área de concentração em Direito Processual - apresentada no Programa de Pós-Graduação em Direito pelo candidato DOUTORES: Luiz Guilherme Marinho, Titular da Universidade Federal do Paraná, e Doutor em Direito pela Università Degli Studi Di Milano - Italia; Ingo Wolfgang Sarlet, Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e Doutor em Direito pela Universidade de Munique – Alemanha; Flavio Luiz Iarschel, Professor associado da Universidade de São Paulo, e Doutor em Direito pela mesma Universidade; Rui Portanova, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; José Maria Rosa Teshneier, titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Livre Docente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A referida defesa foi presidida pelo Professor Doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, orientador do referido trabalho. Procedeu-se ao exame e à arguição da Tese mencionada, deliberando a Banca Examinadora atribuir as seguintes notas: Professor Doutor Luiz Guilherme Marinho: 10,0 (dez); Professor Doutor Ingo Wolfgang Sarlet: 10,0 (dez); Professor Doutor Flavio Luiz Iarschel: 10,0 (dez); Professor Doutor Rui Portanova: 10,0 (dez); Professor Doutor José Maria Rosa Teshneier: 10,0 (dez); média final: 10,0 (dez); correspondendo ao conceito: "A", com Louvor. Tendo em vista a Resolução nº. 13/99, do Vice-Reitor no exercício da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Resolução nº. 03/91 da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e o resultado da Tese apresentada, a Banca Examinadora, para os efeitos regimentais pertinentes, concedeu ao candidato o título de Doutor, do que eu, Eliane Kusbick, secretária "ad hoc", lavrei a presente ata que vai por todos assinada. A Banca Examinadora recomenda a publicação do presente trabalho, observadas as ponderações realizadas.

[Handwritten signatures of the examiners and the secretary, Eliane Kusbick, over the typed text.]

1-16 de 18 resultados

Classificar por: Mais vendidos

Departamento

Livros

Direito Profissional e Técnico

Preço

R\$8 – R\$24 e mais



Condição

Novo

Usado

Formato

Capa Comum

Idioma

Português

Vendido por

Sebo Espaço Cultural 2

Books Mouker

Ver mais

Disponibilidade

Exibir Itens sem Estoque

Resultados

Consulte as páginas dos produtos para ver outras opções de compra.



Ministério Público Estratégico - Resolução Consensual e Tratamento Adequado dos Conflitos - 1ª Ed - 2024 - ...
por Mario Luiz Sarubbo, Alexandre Alberto de Azevedo Magalhães Jr., e outros. | 22 dez. 2023

Capa comum

R\$ **167**⁵⁴ De: R\$210,00

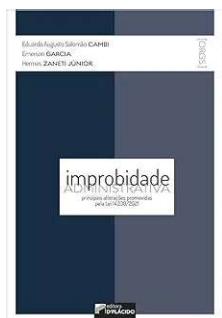
em até 3x de R\$55,86 sem juros

Receba **quinta-feira, 22 de ago.** -
quarta-feira, 28 de ago.

R\$ 9,99 de frete

Mais opções de compra

R\$ 159,87 (7 ofertas de novos)



Improbidade Administrativa: Principais Alterações Promovidas Pela lei 14.230/2021

por Eduardo Augusto Salomão Cambi, Emerson Garcia, e outros. | 20 mai. 2022

Capa comum

R\$ **146**⁸⁸ De: R\$240,00

em até 2x de R\$73,44 sem juros

Receba até **sexta-feira, 16 de ago.**

Opção de frete GRÁTIS disponível



A cultura jurídica e a filosofia analítica no século XX

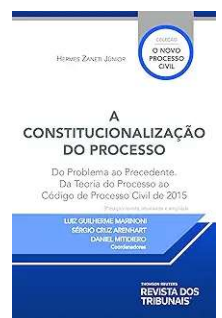
Edição Português | por Luigi Ferrajoli, Alice Bianchini, e outros. | 31 dez. 2014

Capa Comum

R\$ **49**⁰⁰ De: R\$90,00

Receba **terça-feira, 20 de ago.** -
quinta-feira, 22 de ago.

R\$ 16,32 de frete



A Constitucionalização do Processo - 3ª Edição (2022)

Edição Português | por Hermes Zaneti Júnior | 31 out. 2021

Capa Comum

R\$ **161**⁶⁸ De: R\$242,00

em até 3x de R\$53,90 sem juros

Receba até **sexta-feira, 16 de ago.**

Opção de frete GRÁTIS disponível

Mais opções de compra

R\$ 132,00 (8 ofertas de novos)



O Valor Vinculante Dos Precedentes - 5ª Edição (2021)

Edição Português | por Hermes Zaneti Junior | 10 ago. 2021



Capa comum

Não disponível

**Mandado de Segurança Individual e Coletivo**

Edição Português | por Aylton Bonomo Júnior e Hermes Zaneti Jr. | 7 jun. 2019

2

Capa comum

R\$ 94⁹⁰Receba até **sexta-feira, 16 de ago.**

Frete GRÁTIS

Mais opções de compra

R\$ 70,00 (4 ofertas de novos)

**Ministério Público e Justiça Multiportas (Volume 1)**

por Hermes Zaneti Júnior Gustavo Silva Alves, Marcelo Lemos Vieira, e outros. | 12 jan. 2023

Capa comum

Nenhuma opção de compra em destaque

R\$ 246,41 (1 nova oferta)

**Introdução ao Estudo do Processo Civil. Primeiras Linhas de Um Paradigma Emergente**

Edição Português | por Daniel Francisco Mitidiero e Hermes Zaneti Junior | 1 jan. 2004

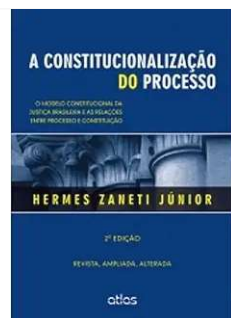
Capa comum

R\$ 114⁰⁰

em até 2x de R\$57,00 sem juros

Receba **terça-feira, 20 de ago. -****quinta-feira, 22 de ago.**

R\$ 16,88 de frete

**A Constitucionalização Do Processo: O Modelo Constitucional da Justiça Brasileira e as Relações Entre...**

Edição Português | por Hermes Zaneti Júnior | 1 jan. 2014

1

Capa Comum

**O Novo Mandado de Segurança Coletivo**

Edição Português | por Hermes Zaneti Junior | 1 jan. 2013

Capa Comum

R\$ 75⁰⁰Receba até **sexta-feira, 16 de ago.**


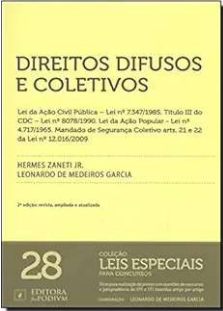

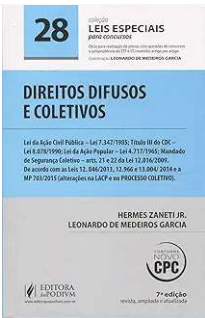


R\$ 23,50 de frete

Mais opções de compra

R\$ 50,00 (3 ofertas de produtos novos e usados)

**Leis Especiais Para Concursos - V. 28 - Direitos Difusos E Coletivos**

Edição Português | por Leonardo De Medeiros Zaneti Junior, Hermes Garcia | 1 jan. 2012

	Capa comum
	Leis Especiais V.28- Direitos Difusos E Coletivos Edição Português por Zaneti Junior Hermes^Garcia Leonardo De Medeiros 1 jan. 2011 Capa comum
	Curso De Direito Processual Civil V.4 Edição Português por Fredie Zaneti Junior, Hermes,Didier Junior 1 jan. 2007 Encadernação de livro didático
	Direitos Difusos e Coletivos - Volume 28 Coleção Leis Especiais Para Concursos Edição Português por Hermes Zaneti Junior 31 dez. 2015 Capa Comum Nenhuma opção de compra em destaque R\$ 25,00 (3 ofertas de produtos novos e usados)
	O Valor Vinculante dos Precedentes Edição Português por Hermes Zaneti Junior 1 jan. 2015 2 Capa Comum
	Direitos Difusos E Coletivos - Volume 28. Coleção Leis Especiais Para Concursos Edição Português por Hermes Zaneti Junior 1 jan. 2014 Capa comum

< Anterior

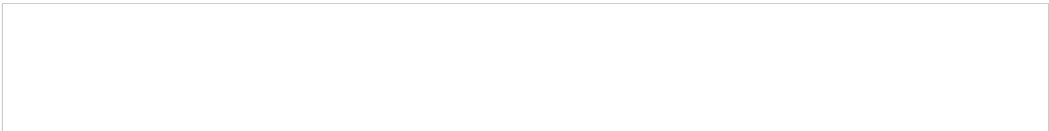
1

2

Próximo >

Precisa de ajuda?

[Consulte a seção de ajuda](#) ou [entre em contato conosco](#)



Patrocinado

[Voltar ao início](#)

Conheça-nos

- [Sobre a Amazon](#)
- [Informações corporativas](#)
- [Carreiras](#)
- [Comunicados à imprensa](#)
- [Comunidade](#)
- [Acessibilidade](#)
- [Amazon Science](#)

Ganhe dinheiro conosco

- [Venda na Amazon](#)
- [Proteja e construa a sua marca](#)
- [Forneça para a Amazon](#)
- [Publique seus livros](#)
- [Seja um associado](#)
- [Anuncie seus produtos](#)

Pagamento

- [Meios de Pagamento](#)
- [Compre com Pontos](#)
- [Cartão de Crédito](#)

Deixe-nos ajudar você

- [Sua conta](#)
- [Frete e prazo de entrega](#)
- [Devoluções e reembolsos](#)
- [Gerencie seu conteúdo e dispositivos](#)
- [Recalls e alertas de segurança do produto](#)
- [Ajuda](#)

Brasil

[Condições de Uso](#) | [Notificação de Privacidade](#) | [Cookies](#) | [Anúncios Baseados em Interesses](#)
© 2021-2024 Amazon.com, Inc. ou suas afiliadas

Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda. | CNPJ 15.436.940/0001-03

Av. Juscelino Kubitschek, 2041, Torre E, 18° andar - São Paulo CEP: 04543-011 | [Fale conosco](#) | ajuda-amazon@amazon.com.br

Formas de pagamento aceitas: cartões de crédito (Visa, MasterCard, Elo e American Express), cartões de débito (Visa e Elo), Boleto e Pix.

SERVIÇOS

- [ACESSIBILIDADE](#)
- [CARTA DE SERVIÇOS](#)
- [CERTIDÃO ONLINE](#)
- [CONCURSOS E SELEÇÕES](#)
- [CONSULTA A PROCESSOS](#)
- [CURSOS E EVENTOS](#)
- [DIÁRIO OFICIAL - DOMP](#)
- [E-CONSELHO SESSÃO VIRTUAL](#)
- [EMOLUMENTOS DE SERVIÇOS NOTARIAIS](#)
- [ENCONTRE UMA PROMOTORIA](#)
- [FORNECEDORES](#)
- [FUNEMP CARTÓRIOS](#)
- [GOVERNO DIGITAL](#)
- [LICITAÇÕES](#)
- [MAPA DO SITE](#)
- [MP CIDADÃO](#)
- [MP EM NÚMEROS](#)
- [MP-TV](#)
- [PERGUNTAS FREQUENTES](#)
- [PLANTÃO](#)
- [POLÍTICA DE COOKIES](#)
- [PORTAL DA TRANSPARÊNCIA](#)
- [PORTAL LGPD](#)
- [PROTOCOLO ELETRÔNICO](#)
- [RECURSOS HUMANOS](#)
- [REVISTA ELETRÔNICA DO MP](#)
- [SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC](#)
- [TURMA RECURSAL](#)



Especialização Novo CPC - 9º Módulo



ESPECIALIZAÇÃO

O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM PERSPECTIVA E AS TUTELAS COLETIVAS COMO INSTRUMENTOS DE DEFESA DA CIDADANIA

Banner de divulgação.

ESMP realiza dia 20 de outubro o 9º módulo da especialização sobre o Novo CPC

Será realizado na próxima sexta-feira (20/10), a partir das 8 horas, o 9º módulo do curso de pós-graduação lato sensu **O Novo Código de Processo Civil em Perspectiva e as Tutelas Coletivas como instrumentos de Defesa da Cidadania**. “Temas de Processo Coletivo” será a temática do módulo que terá como conteúdo da aula, as ações coletivas em espécie, os projetos de código processual coletivo e as principais tendências do Direito Processual Coletivo.

A Especialização está sendo promovida pela Escola Superior do MP de Goiás (ESMP) em parceria com a Fundação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP).

A aula, que acontecerá das 8 às 12h e das 14h às 18h, na sala T-15, do edifício-sede do MPGO, será ministrada pelo Promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo, Hermes Zaneti Junior, que tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual, atuando principalmente nos seguintes temas: constitucionalização do processo, processo coletivo, processo civil comparado e precedentes judiciais.

Atualmente é professor adjunto dos Curso de Graduação e Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), além de ser membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP), da International Association of Procedural Law (IAPL), da Associação Brasileira dos Membros dos Ministérios Públicos do Meio Ambiente (Abrampa) e da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON).

Hermes Zaneti é pós-doutor em Direito pela Università degli Studi di Torino; doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de concentração Direito Processual; doutor em Direito pela Università degli Studi di Roma Tre (2014), área de concentração Teoria do Direito. Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. *(Elaine Borges/Apoio Técnico em Comunicação ESMP-GO)*.



Professor Hermes Zaneti Júnior é o convidado da segunda edição especial do projeto Sextas Inteligentes

O encontro virtual acontece nesta sexta-feira (23), às 16h30, e tem transmissão ao vivo pelo canal do STF no YouTube.

21/06/2023 09h11 - Atualizado há



1031 pessoas já viram isso



O Supremo Tribunal Federal receberá na próxima sexta-feira (23), às 16h30, o professor e promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo Hermes Zaneti Júnior. O tema da segunda edição do projeto Sextas Inteligentes será "Precedentes e Boas Razões". O encontro virtual terá transmissão ao vivo pelo [canal do STF no YouTube](#).

Projeto busca fortalecer sistema nacional de precedentes qualificados

O projeto Sextas Inteligentes ocorre semanalmente, de forma virtual, e reúne magistrados e servidores dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes (Nugeps) dos tribunais de todo o país. Por meio do diálogo e da troca de ideias com especialistas, a iniciativa busca fortalecer e racionalizar o sistema nacional de precedentes qualificados.



[Institucional](#)

[Processos](#)

[Repercussão Geral](#)

[Jurisprudência](#)

[Publicações](#)



[Diretor-geral de Redação](#)





				REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA							
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.081.189/0001-36 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			DATA DE ABERTURA 07/01/2011		
NOME EMPRESARIAL EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA DO DIREITO LTDA.							
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EPPUR SI MUOVE					PORTE ME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas							
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.11-5-00 - Edição de livros 85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico 85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico							
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada							
LOGRADOURO TV JUNDIAI		NÚMERO 2227		COMPLEMENTO APT 401			
CEP 90.520-270	BAIRRO/DISTRITO HIGIENOPOLIS		MUNICÍPIO PORTO ALEGRE		UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO HERMESZANETIJR@GMAIL.COM			TELEFONE (51) 3024-6475				
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****							
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/01/2011			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL							
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/07/2024 às 15:32:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 <div>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo</div>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 43206814963	Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
1 - REQUERIMENTO				
Nome: ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUÇÕES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA - ME (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)				
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:			Nº FCN/REMP  RSP2100342232	
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERAÇÃO
		021	1	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		051	1	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2211	1	ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICÍPIO
		2003	1	ALTERAÇÃO DE SÓCIO/ADMINISTRADOR
PORTO ALEGRE Local		Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:		
22 Outubro 2021 Data		Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____		
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL				
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA				
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data			<input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data	
Responsável			Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável	
DECISÃO SINGULAR				
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
				____/____/____ Data
				_____ Responsável
DECISÃO COLEGIADA				
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
____/____/____ Data		_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
		Presidente da _____ Turma		
OBSERVAÇÕES				





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

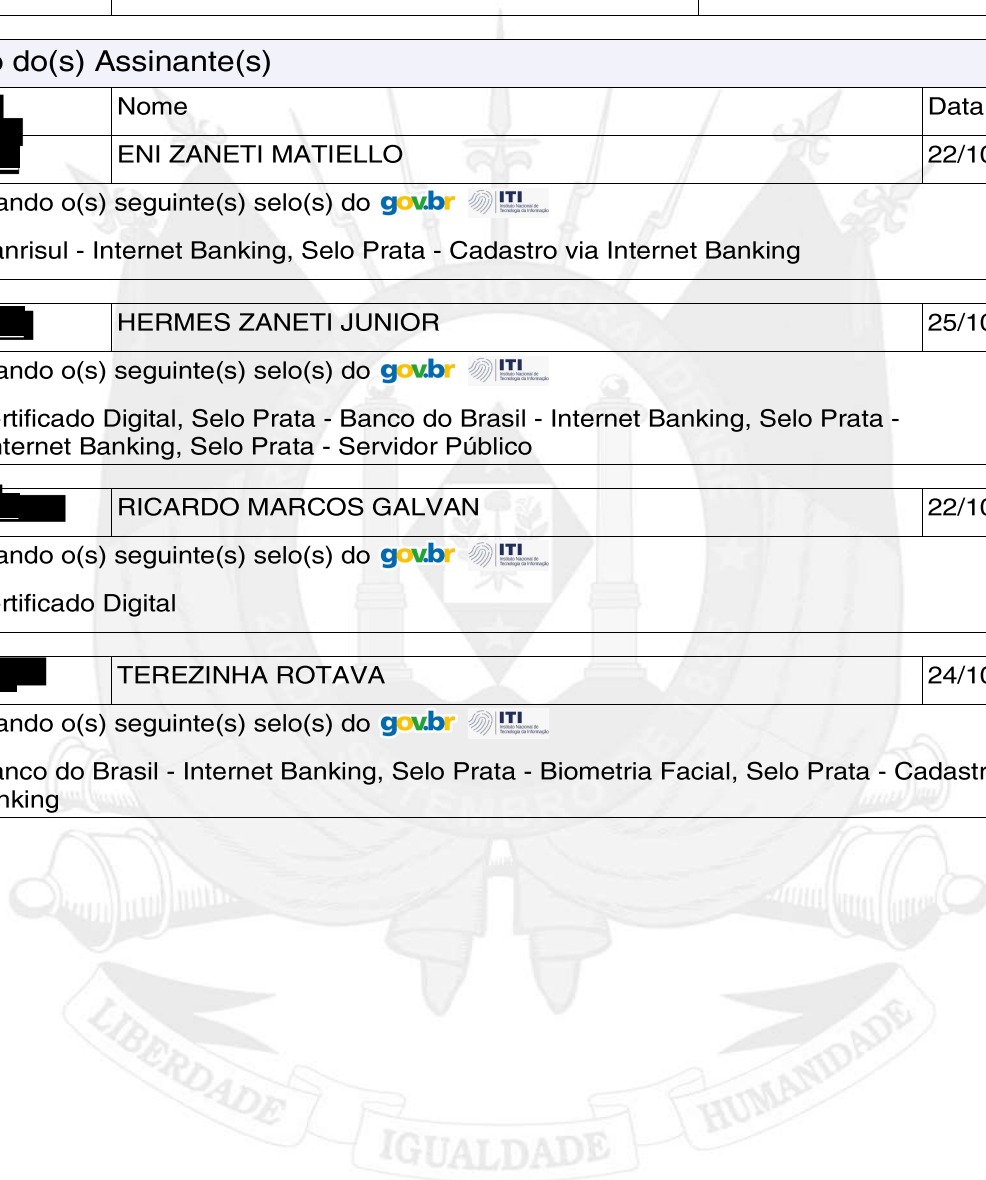
Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
[REDACTED]	RSP2100342232	05/10/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
[REDACTED]	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	ENI ZANETI MATIELLO	22/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI [REDACTED] anrisul - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

[REDACTED]	HERMES ZANETI JUNIOR	25/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Servidor Público		

[REDACTED]	RICARDO MARCOS GALVAN	22/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	TEREZINHA ROTAVA	24/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7945599 em 28/10/2021 da Empresa EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA DO DIREITO LTDA - ME, CNPJ 13081189000136 e protocolo 213474034 - 11/10/2021. Autenticação: EAF7F8919429B34CAC27DCFBCEB8919E62B436. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/347.403-4 e o código de segurança wWbL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 2/10

EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUÇÕES CULTURAIS – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA.

13.081.189/0001-36

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

HERMES ZANETI JUNIOR, brasileiro, casado [REDACTED]

RICARDO MARCOS GALVAN, brasileiro, solteiro, nascido em 11/09/1973 [REDACTED]

TEREZINHA ROTAVA, brasileira, divorciada, aposentada, [REDACTED]

Únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada que gira sob a razão social de EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUÇÕES CULTURAIS – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 13.081.189/0001-36, e registrada sob NIRE 43206814963, estabelecida sito à Av. Borges de Medeiros nº. 612 – Conj. 168, bairro Centro Histórico, CEP 90.020-022, em Porto Alegre/RS; resolvem, alterar e consolidar seu contrato social, em conformidade com a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme as cláusulas que seguem:

DAS ALTERAÇÕES:

1ª DE ENDEREÇO:

A empresa resolve alterar sua sede e domicílio para a Travessa Jundiaí, nº 2227 / 401, bairro Higienópolis, CEP 90.520-270, em de Porto Alegre/RS.

2ª DA ENTRADA DE SÓCIO:

Ingressa, neste ato, a sócia **ENI ZANETI MATIELLO**, brasileira, casada [REDACTED]

3ª DA SAÍDA DE SÓCIO(S) E DO CAPITAL SOCIAL:

Parágrafo Primeiro: A sócia **TEREZINHA ROTAVA**, qualificada anteriormente, retira-se neste ato, no qual vende, cede e transfere, a título oneroso, para a sócia ingressante, ENI ZANETI MATIELLO, a totalidade do seu capital social, equivalente a R\$100,00 (cem reais), divididos em 100 (cem) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.



Parágrafo Segundo: O sócio **RICARDO MARCOS GALVAN**, qualificado anteriormente, retira-se neste ato, no qual vende, cede e transfere, a título oneroso, para o sócio HERMES ZANETI JUNIOR a totalidade do seu capital social, equivalente a R\$1.000,00 (um mil reais), divididos em 1.000 (um mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

4ª DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:

Fica o capital social distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
HERMES ZANETI JUNIOR	9.900	R\$ 9.900,00	99%
ENI ZANETI MATIELLO	100	R\$ 100,00	1%
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00	100%

Parágrafo único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art. 1.052 CC/2002.

5ª DA ADMINISTRAÇÃO:

A administração da sociedade será exclusivamente pela sócia **ENI ZANETI MATIELLO**, respondendo pela empresa, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele, em conjunto ou individual, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo único: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que possam impedi-los de exercer atividade empresarial conforme artigo 1.011, 1º do CC/2002.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas pelo presente instrumento permanecem inalteradas.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Cláusula Primeira - A sociedade tem como nome empresarial **EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUÇÕES CULTURAIS – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA**, tendo nome fantasia a expressão de **EPPUR SI MUOVE**.

Cláusula Segunda – A sociedade tem sua sede e domicílio na Travessa Jundiaí, nº 2227 / 401, bairro Higienópolis, CEP 90.520-270, em de Porto Alegre/RS.

Parágrafo único: A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do país, se assim, em conjunto, decidirem os sócios, mediante alteração contratual assinada por todos.

Cláusula Terceira – O objeto social é a atividade de exploração do ramo de pesquisa, ensino e desenvolvimento da ciência do direito, gestão de direitos autorais e serviço de promoção e



organização de eventos e cursos na área jurídica e Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico.

Cláusula Quarta – A sociedade iniciou suas atividades em **08/12/2010**, data em que o contrato social fora homologado, e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta –O capital social é de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), dividido em 10.000 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional do País, pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
HERMES ZANETI JUNIOR	9.900	R\$ 9.900,00	99%
ENI ZANETI MATIELLO	100	R\$ 100,00	1%
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00	100%

Cláusula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art. 1.052 CC/2002.

Cláusula Sétima – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas no todo ou em parte a terceiros, sem expresse consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único: O sócio que pretenda ceder ou transferir toda ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas a venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência a sessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas

Cláusula Oitava – A administração da sociedade será exclusivamente pela sócia **ENI ZANETI MATIELLO**, respondendo pela empresa, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele, em conjunto ou individual, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo único: O sócio quotista **HERMES ZANETI JÚNIOR**, declara que não exerce a administração desta sociedade empresária, por ser servidor público.

Cláusula Nona – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador presta contas justificadas da sua administração, procedendo à elaboração de inventário de balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico. O lucro apurado será distribuído igualmente entre os sócios, podendo ser distribuídos lucros intermediários, sendo os mesmos



compensados com o lucro apurado no final do exercício social. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com saldo de reservas existentes, ou aportados ingressos de valores pelos sócios na proporção de suas quotas.

Cláusula Décima Primeira – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único: Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento dos sócios que não exerçam a administração.

Cláusula Décima Segunda – Em caso de morte ou interdição de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida e continuará sendo gerida pelo sócio remanescente ou pelos herdeiros. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, os valores de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da empresa. O mesmo procedimento será adotado em qualquer dos casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

Cláusula Décima Terceira – O administrador declara, sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que possam impedi-los de exercer atividade empresarial conforme artigo 1.011, 1º do CC/2002.

Cláusula Décima Quarta – Os sócios declaram que a atividade se enquadra em Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, Lei Complementar nº 123, de 2006).

Cláusula Décima Quinta – As partes elegem o foro de Porto Alegre/RS para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratuais, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

Porto Alegre, 17 de setembro de 2021.

HERMES ZANETI JUNIOR

ENI ZANETI MATIELLO

RICARDO MARCOS GALVAN

TEREZINHA ROTAVA





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

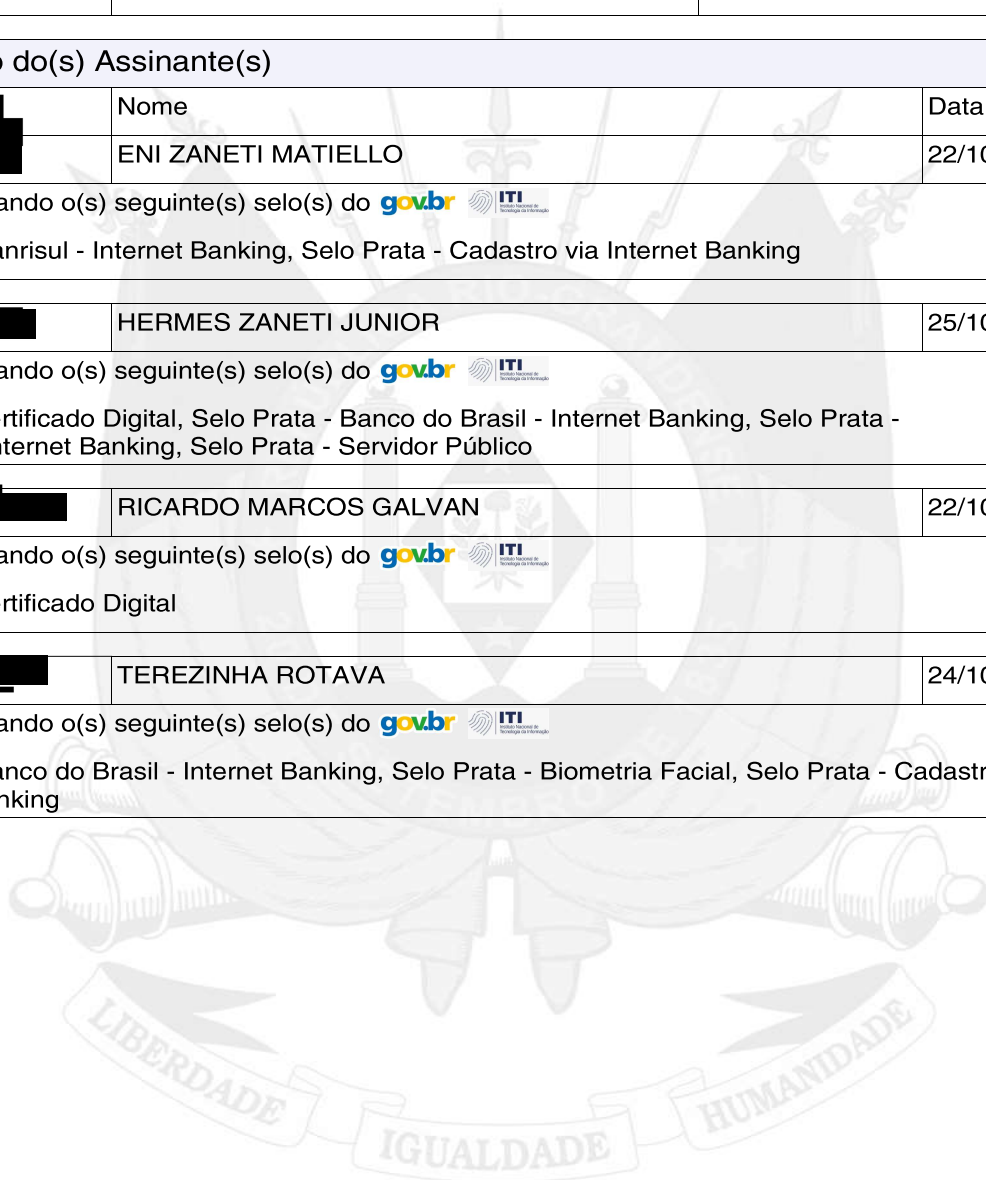
Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
[REDACTED]	RSP2100342232	05/10/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
[REDACTED]	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	ENI ZANETI MATIELLO	22/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI [REDACTED] anrisul - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

[REDACTED]	HERMES ZANETI JUNIOR	25/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Servidor Público		

[REDACTED]	RICARDO MARCOS GALVAN	22/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		

[REDACTED]	TEREZINHA ROTAVA	24/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7945599 em 28/10/2021 da Empresa EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA DO DIREITO LTDA - ME, CNPJ 13081189000136 e protocolo 213474034 - 11/10/2021. Autenticação: EAF7F8919429B34CAC27DCFBCEB8919E62B436. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/347.403-4 e o código de segurança wWbL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL









pág. 7/10



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA DO DIREITO LTDA - ME, de CNPJ 13.081.189/0001-36 e protocolado sob o número 21/347.403-4 em 11/10/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7945599, em 28/10/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Sandra Rosa Moreira Arrieche.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	ENI ZANETI MATIELLO	22/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
[REDACTED]	HERMES ZANETI JUNIOR	25/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Servidor Público		
[REDACTED]	RICARDO MARCOS GALVAN	22/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
[REDACTED]	TEREZINHA ROTAVA	24/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 21/347.403-4.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[REDACTED]	ENI ZANETI MATIELLO	22/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Prata - Bannisul - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
[REDACTED]	HERMES ZANETI JUNIOR	25/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking, Selo Prata - Servidor Público		
[REDACTED]	RICARDO MARCOS GALVAN	22/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
[REDACTED] Selo Digital		
[REDACTED]	TEREZINHA ROTAVA	24/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI		
Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 17/09/2021



Documento assinado eletronicamente por Sandra Rosa Moreira Arrieche, Servidor(a) Público(a), em 28/10/2021, às 21:11.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 21/347.403-4.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7945599 em 28/10/2021 da Empresa EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA DO DIREITO LTDA - ME, CNPJ 13081189000136 e protocolo 213474034 - 11/10/2021. Autenticação: EAF7F8919429B34CAC27DCFBCEB8919E62B436. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/347.403-4 e o código de segurança wWbL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 9/10



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

[REDACTED]

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES

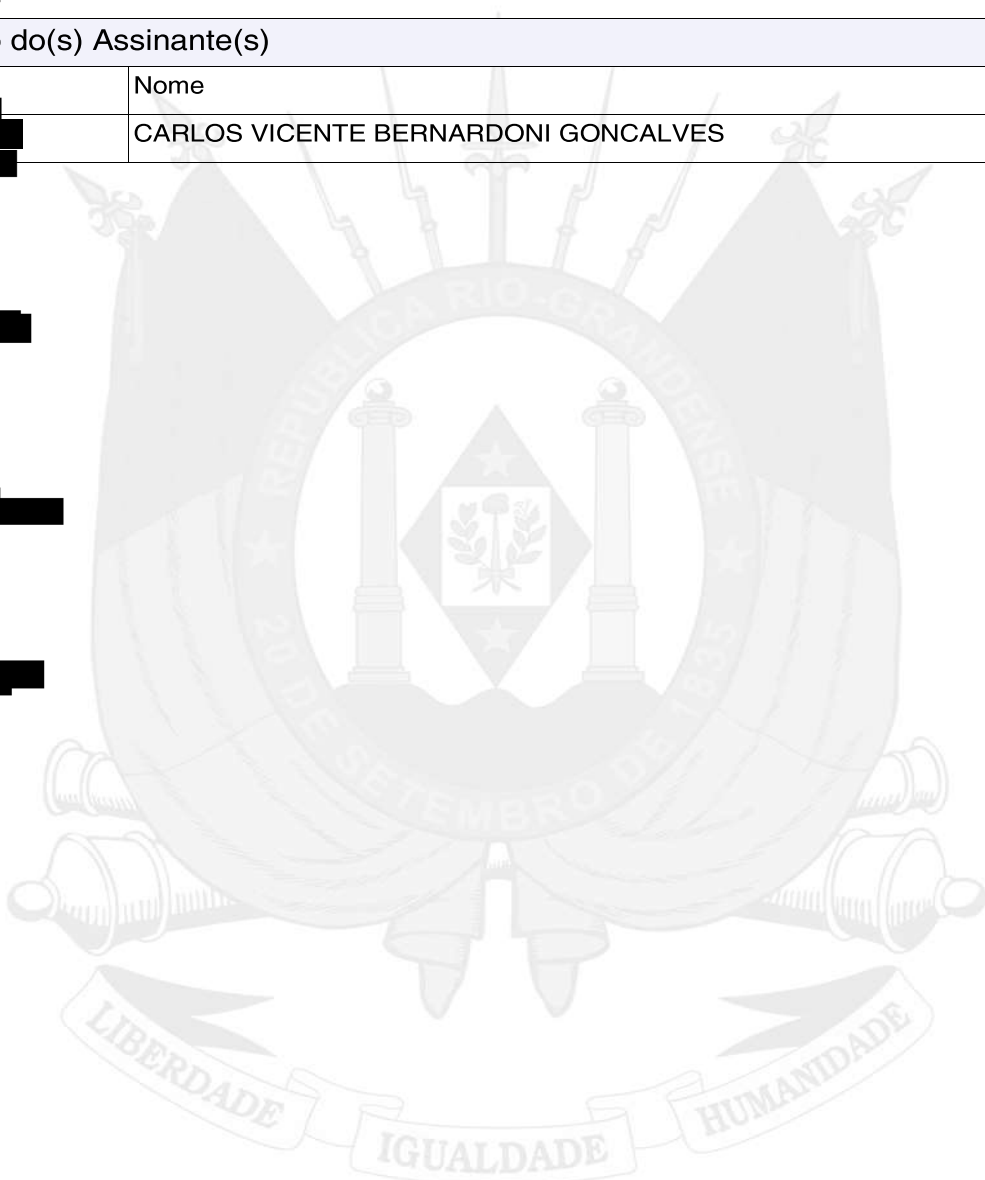
[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



Porto Alegre. quinta-feira, 28 de outubro de 2021



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7945599 em 28/10/2021 da Empresa EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA DO DIREITO LTDA - ME, CNPJ 13081189000136 e protocolo 213474034 - 11/10/2021. Autenticação: EAF7F8919429B34CAC27DCFBCEB8919E62B436. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/347.403-4 e o código de segurança wWbL Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

CARLOS GONCALVES
SECRETÁRIO-GERAL


pág. 10/10

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE - RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

A Empresa EPPUR SI MUOVE ESM PRODUÇÕES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO inscrita no CNPJ 13.081.189/0001-36 por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). ENI ZANETI MATIELLO, CPF [REDACTED] **DECLARA**, nos termos da Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Porto Alegre, 06 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente
 ENI ZANETI MATIELLO
Data: 06/08/2024 19:07:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

_____ (assinatura)

ENI ZANETI MATIELLO


Representante Legal

EPPUR SI MUOVE ESM PRODUÇÕES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE,
SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

A Empresa EPPUR SI MUOVE ESM PRODUÇÕES CULTURAIS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO, inscrita no CNPJ 13.081.189/0001-36, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). ENI ZANETI MATIELLO, CPF [REDACTED] **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo o maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

(Porto Alegre, 06 de agosto de 2024.

 Documento assinado digitalmente
ENI ZANETI MATIELLO
Data: 06/08/2024 19:07:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinatura)

ENI ZANETI MATIELLO

Representante Legal

EPPUR SI MUOVE ESM PRODUÇÕES CULTURAIS PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO DO DIREITO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS - PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA DO DIREITO LTDA.**
CNPJ: 13.081.189/0001-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:36:10 do dia 06/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/02/2025.

Código de controle da certidão: **1F82.6EEB.8D87.ED88**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUÇÕES CULTURAIS - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 13.081.189/0001-36

Certidão nº: 54499557/2024

Expedição: 08/08/2024, às 13:33:09

Validade: 04/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUÇÕES CULTURAIS - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.081.189/0001-36**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.081.189/0001-36
Razão Social: EPPUR SI MUOVE ESM PROD CULT PESQ DESENV CIENCIA DIR LT
Endereço: AV BORGES DE MEDEIROS 612 CONJ 168 / CENTRO HISTORICO / PORTO ALEGRE / RS / 90020-022

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/07/2024 a 29/08/2024

Certificação Número: 2024073101581798009747

Informação obtida em 08/08/2024 13:31:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20243346654**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	13.081.189/0001-36

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 08/08/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

CNPJ: **13.081.189/0001-36**

Certificamos que, aos **06 dias do mês de AGOSTO do ano de 2024**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Observações: Nada Consta

O nome do titular do CPF/CNPJ não consta nos bancos de dados da Secretaria da Fazenda. Se necessário, solicite documento de identificação.

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 4/10/2024

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **29902475**
Autenticação: **40206992**





PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **04/11/2024**

Nome: EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS - PESQUISA E

CNPJ: 13.081.189/0001-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 30 de julho de 2024.

Certidão emitida em 06/08/2024 às 18:38:24, conforme Decreto 14.560 e Instruções Normativas SMF 04/2003 e 07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 13.081.189/0001-36** e o código de autenticidade **A2A9D5C6F51A**

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por Certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 13.081.189/0001-36

Razão Social: EPPUR SI MUOVE (ESM) PRODUCOES CULTURAIS - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA

Atividade Econômica Principal:

7220-7/00 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Endereço:

TRAVESSA JUNDIAI, 2227 - APT 401 - HIGIENOPOLIS - 90.520-270 - Porto Alegre / Rio Grande do Sul

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 12/08/2024 20:18

1 de 1



DECLARAÇÃO - EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

DECLARO, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro e subsequentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/GESTORA*	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ELEMENTO DA DESPESA**
1	40101 / 0007	3594	9900	100	33.90.39

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE:

DOTAÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ***
1	33.90.39	R\$ 12.456,64	R\$ 8.000,00	64,22 %

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

(x) A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário financeiro em qualquer dos exercícios orçamentário-financeiros seguintes.

() O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO(R\$)
	R\$
	R\$

4) ORIGEM DO RECURSO:

(x) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.

() Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

() Recursos Oriundos de Convênio Federal.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula: 353.215	Nome Completo: Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	Cargo/Função: Assistente - Técnica Administrativa
Unidade Administrativa: Unidade de Finanças do CEAF		



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 14/08/2024, às 10:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1186078** e o código CRC **9DEEA99F**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br

MANIFESTAÇÃO

AUTORIZO a realização da despesa, mediante contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, no valor de R\$ 8.000,00.

DECLARO, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

INDICO os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação:

OBJETO : Realização do “Curso Processo Civil: Hipóteses em que o Ministério Público deve intervir”, que será ministrado pelo Instrutor Hermes Zaneti Júnior, no dia 24/09, na modalidade presencial, em Salvador/BA, para servidores e membros do MPBA.

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Liliane Formigli Noblat	352.906
FISCAL ADMINISTRATIVO	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	353.215
SUPLENTE	Michele da Costa Bittencourt	353.657
FISCAL TÉCNICO	Laís Divinal Ribeiro Santos	354.596
SUPLENTE	Ângela Ribeiro Almeida	351.823

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores supra relacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO	
Nome completo: Patricia Kathy Azevedo Medrado Alves Mendes	Matrícula: 351.446
Unidade Administrativa: Coordenação do CEAF / em substituição	Cargo/Função: Promotora de Justiça
INSERIR ASSINATURA DIGITAL (GESTOR ORÇAMENTÁRIO):	



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Kathy Azevedo Medrado Alves Mendes** - Promotora de Justiça, em 14/08/2024, às 14:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1186134** e o código CRC **B975F91A**.

19.09.45340.0023692/2024-49

1186134v1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - www.mpba.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Ciente e de acordo com a indicação do Ordenador de Despesas (documento SEI 1186134), replicada no quadro abaixo. Trata-se da realização do Curso Processo Civil: Hipóteses em que o Ministério Público deve intervir, que será ministrado pelo Instrutor Hermes Zaneti Júnior, no dia 24/09, na modalidade presencial, em Salvador/BA, para servidores e membros do MPBA. Ressalto que a gestão e a fiscalização serão baseadas nas tratativas e no termo de referência que compõem os processos de contratação SEI 19.09.45340.0023692/2024-49.

NOME COMPLETO	MATRÍCULA	
GESTOR DE CONTRATO	Liliane Formigli Noblat	352.906
FISCAL ADMINISTRATIVO	Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade	353.215
SUPLENTE	Michele da Costa Bittencourt	353.657
FISCAL TÉCNICO	Laís Divinal Ribeiro Santos	354.596
SUPLENTE	Ângela Ribeiro Almeida	351.823

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 14/08/2024, às 14:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Michele da Costa Bittencourt** - Coordenadora Administrativa III, em 14/08/2024, às 15:16, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Formigli Noblat** - Coordenador Técnico, em 14/08/2024, às 15:30, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Laís Divinal Ribeiro Santos** - Coordenadora Administrativa II, em 14/08/2024, às 15:33, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Angela Ribeiro Almeida** - Assessora Técnica, em 14/08/2024, às 17:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1186715** e o código CRC **B9998463**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL:

Encaminho processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal N. 14.133/2021, para análise de conformidade.

Atenciosamente,

Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 14/08/2024, às 17:49, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1186838** e o código CRC **2839C12D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação, instruído com fundamento na Lei Federal de nº 14.133/21, catalogada nesta unidade sob o nº 053/2024, encaminhado pelo CEAF, visando à prestação de serviços de capacitação e desenvolvimento profissional de servidores e membros do MPBA por meio do curso de processo civil: hipóteses em que o Ministério Público deve intervir, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (doc 1185923), com fundamento no art. 74, inciso I, da lei nº 14.133/2021.

Cuida-se de demanda cuja análise da Assessoria Jurídica encontra-se dispensada, uma vez que se subsume à hipótese prevista no art. 18, II do Ato Normativo nº 04 de 23 de janeiro de 2024.

Informamos que, após análise da instrução do processo em epígrafe, a documentação acostada nos autos está em conformidade com a base de conhecimento, nos termos a seguir pontuados:

1. DFD devidamente preenchido (doc 1185923);
2. Termo de Referência devidamente preenchido (doc 1185919);
3. Documentos de Informação Orçamentária (Declaração do Executor e Manifestação do Gestor) (docs 1186078 e 1186134);
4. Manifestação dos servidores indicados para a gestão e fiscalização contratual (docs 1186715);
5. Tabela de preços similares (doc 1185931);
6. Documentos de habilitação da pretensa contratada:
 - 6.1 Cartão CNPJ (docs 1178224);
 - 6.2 Contrato Social e alterações (doc 1185618);
 - 6.3 Certidões Negativas de Débitos (doc 1178278)
7. Documentos que comprovem a contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização visando o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (doc 1187634 e 1178982)
8. Consulta da situação da contratada no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs 1189683 e 1189688).

Assim sendo, indicou-se como Contratada a empresa **EPPUR SI MUOVE PRODUÇÕES CULTURAIS - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA**, CNPJ nº 13.081.189/0001-36, pelo preço proposto de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, conforme proposta 1178868.

Registra-se que as despesas correrão por conta da **Unidade Gestora 40.101/0007 – CEAF**, conforme Declaração - Executor Orçamentário (doc 1186078).

Salientamos, ainda, que **não haverá celebração de contrato**. A formalização se dará apenas com a emissão de empenho. Neste sentido, esclarecemos que em que pese o quanto disposto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme entendimento da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão administrativa deste Ministério Público, exarado no parecer nº 151/2024, não há que se impor a obrigatoriedade de formalização por instrumento de contrato, ressalvando-se que a opção pela contratação sem tal meio de formalização coube à Unidade Gestora dos recursos.

Diante do exposto, encaminhamos o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação. Registramos, especialmente, a necessidade de elaboração de manifestação decisiva/autorização a fim de que possamos dar cumprimento à publicação da mesma no PNCP.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente Técnico Administrativa, em 16/08/2024, às 12:03, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189563** e o código CRC **A1A22837**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista da empresa pretensa contratada, **EPPUR SI MUOVE PRODUÇÕES CULTURAIS - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA**, CNPJ **13.081.189/0001-36**, encontram-se válidas, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seu (s) sócio (s) majoritário, conforme documento anexo.

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora-Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Mat. 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente Técnico Administrativa, em 16/08/2024, às 12:03, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189683** e o código CRC **741A57B9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 347/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.45340.0023692/2024-49, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização da contratação decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 053/2024, relativo à prestação de serviços de capacitação e desenvolvimento profissional de servidores e membros do MPBA por meio do curso de processo civil: hipóteses em que o Ministério Público deve intervir.

GESTOR DO CONTRATO: Liliane Formigli Noblat, matrícula 352.906.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Grazielle Maria Grave Teixeira de Andrade, matrícula 353.215 e Michele da Costa Bittencourt, matrícula 353.657, respectivamente.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Laís Divinal Ribeiro Santos, matrícula 354.596 e Ângela Ribeiro Almeida, matrícula 351.823, respectivamente.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant'Ana Ribeiro** - Superintendente, em 21/08/2024, às 12:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189690** e o código CRC **E1E74D2D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios,

Considerando a instrução processual, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as informações prestadas pela DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios (doc. [1189563](#)), autorizo a inexigibilidade de licitação em favor da empresa **EPPUR SI MUOVE PRODUÇÕES CULTURAIS - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA DO DIREITO LTDA**, CNPJ nº **13.081.189/0001-36**, pelo preço proposto de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, conforme proposta (doc.1178868), para prestação de serviços de capacitação e desenvolvimento profissional de servidores e membros do MPBA por meio do curso de processo civil: hipóteses em que o Ministério Público deve intervir, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda - DFD (doc 1185923), com fundamento no art. 74, inciso I, da lei nº 14.133/2021.

Encaminhe-se este expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

ANDRÉ LUIS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** - Superintendente, em 21/08/2024, às 18:43, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1196094** e o código CRC **1B508647**.



Contratações | Contratações Diretas

- FORNECEDORES SANCIONADOS
- CONCORRÊNCIA
- PREGÃO ELETRÔNICO
- PREGÃO PRESENCIAL
- CONCURSO
- CONVITE
- TOMADA DE PREÇO
- AVISOS DE DISPENSAS DE LICITAÇÕES
- CONTRATAÇÕES DIRETAS
- CONTRATOS E ADITIVOS
- CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Ver Rastrear Controle de acesso

Processo Administrativo (SEI):	1909453400023692202449
Modalidade de Contratação:	Inexigibilidade de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	053/2024
Fundamento Legal:	Art. 74, III, f da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	s/n
Favorecido (a):	Eppur Si Muove Produções Culturais – Pesquisa e Desenvolvimento da Ciência do Direito Ltda, CNPJ nº 13.081.189/0001–36
Objeto:	Capacitação e desenvolvimento profissional de servidores e membros do MPBA por meio do curso de processo civil: hipóteses em que o Ministério Público deve intervir
Valor:	R\$ 8.000,00 (oto mil reais0
Unidade Orçamentária / Gestora:	40.101/0007 – CEAF
Data da Autorização:	21/08/2024
Link:	download
Processo Administrativo (SEI):	1909021850021915202411
Modalidade de Contratação:	Dispensa de Licitação
Nº da Dispensa/Inexigibilidade:	173/2024
Fundamento Legal:	Art. 75, II da Lei Federal Nº 14.133/2021
Parecer Jurídico nº:	043/2023
Favorecido (a):	Cereja do Bolo Produções e Comércio Ltda, CNPJ nº 21.979.987/0001–08
Objeto:	Contratação de empresa para aquisição e entrega de lanche para evento institucional
Valor:	R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais)



Ato que autoriza a Contratação Direta nº 169/2024

Última atualização 22/08/2024

Local: Salvador/BA **Órgão:** ESTADO DA BAHIA **Unidade compradora:** 926302 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f **Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de Disputa:** Não se aplica

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 22/08/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 13937032000160-1-001354/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Capacitação e desenvolvimento profissional de servidores e membros do MPBA por meio do curso de processo civil: hipóteses em que o Ministério Público deve intervir

Informação complementar:

Unidade Gestora: 40.101/0007 - CEAF

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00

<div>ItensArquivosHistórico</div>					
Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Treinamento Qualificação Profissional Treinamento Qualificação Profissional	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página

<>

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>
 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente ao CEAF - **Unidade de Execução Orçamentária**, acompanhado da publicação da autorização da Inexigibilidade nº 053/2024 no Portal Nacional de Contratações Públicas ([Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP \(www.gov.br\)](http://Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.gov.br))) e no Portal do MPBA ([Contratações | Contratações Diretas | Ministério Público do Estado da Bahia. \(mpba.mp.br\)](#)).

Em virtude da não exigência legal de publicação das portarias de gestão e fiscalização, bem assim considerando que os servidores designados manifestaram ciência da designação, registramos que deixamos de realizar as publicações no Diário de Justiça Eletrônico acerca das portarias designatórias.

Por fim, em atenção ao quanto disposto no art.18, § 1º do Ato Normativo 036 de 09 de agosto de 2024, solicitamos que o servidor responsável pela execução orçamentária, **quando da instrução do processo de pagamento, anexe o empenho com posterior remessa, concomitante, ao fiscal administrativo da contratação**, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12; e a esta **Coordenação** para divulgação do Portal Nacional de Contratações Públicas, para fins do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 18, § 1º: O processo de pagamento deverá ser iniciado pelo servidor responsável pela execução orçamentária da unidade gestora mediante encarte do empenho emitido, com posterior remessa ao fiscal administrativo da contratação, para adoção das providências relativas ao inciso I do art. 12. (grifo nosso)

Não havendo atos adicionais a serem praticados por esta Coordenação, concluímos o presente expediente na unidade.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora- Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** - Assistente Técnico Administrativa, em 22/08/2024, às 08:50, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1197136** e o código CRC **243977BE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Dicofin:

Encaminho processo de contratação para conhecimento.

Atenciosamente,
Unidade de Finanças do CEAF



Documento assinado eletronicamente por **Graziele Maria Grave Teixeira de Andrade** - Assistente Técnico Administrativa, em 22/08/2024, às 11:29, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1197608** e o código CRC **E9C4F628**.